

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGG)
MESTRADO EM ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

**PAISAGEM EM DISPUTA: A CONSTRUÇÃO DA TORRE SEVILLA E OS
DISCURSOS SOBRE A PAISAGEM URBANA NA ESPANHA**

VITOR SOARES SCALERCIO



ABRIL 2016

VITOR SOARES SCALERCIO

**PAISAGEM EM DISPUTA: A CONSTRUÇÃO DA TORRE SEVILLA E OS
DISCURSOS SOBRE A PAISAGEM URBANA NA ESPANHA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Geografia
da Universidade Federal do Rio de Janeiro
como pré-requisito para obtenção de grau
de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Winter Ribeiro

RIO DE JANEIRO

2016

S279p SOARES SCALERCIO, VITOR
PAISAGEM EM DISPUTA: A CONSTRUÇÃO DA TORRE
SEVILLA E OS DISCURSOS SOBRE A PAISAGEM URBANA NA
ESPANHA / VITOR SOARES SCALERCIO. -- Rio de
Janeiro, 2016.
150 f.

Orientador: RAFAEL WINTER RIBEIRO.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Geociências,
Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação
em Geografia, 2016.

1. SEVILHA. 2. PAISAGEM. 3. PATRIMÔNIO. 4. CENTRO
HISTÓRICO. 5. UNESCO. I. WINTER RIBEIRO, RAFAEL ,
orient. II. Título.

CIP - Catalogação na Publicação

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

**PAISAGEM EM DISPUTA: A CONSTRUÇÃO DA TORRE SEVILLA E OS
DISCURSOS SOBRE A PAISAGEM URBANA NA ESPANHA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Geografia
da Universidade Federal do Rio de Janeiro
como pré-requisito para obtenção do título
de Mestre em Geografia.

(Prof. Dr. Rafael Winter Ribeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

(Prof.^a Dr. Ana Maria Lima Daou, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

(Prof. Dr. Marcelo Antonio Sotratti – Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

28/04/2016

AGRADECIMENTOS

Dar conta de um mestrado é uma tarefa extremamente difícil e desafiadora para um jovem adulto que termina sua graduação e está entrando no mercado de trabalho do magistério. Em grande medida, é uma experiência solitária, silenciosa, que não combina com a minha polvorosa ansiedade. Ainda que eu tivesse feito uma exemplar graduação e acumulado considerável experiência com pesquisa (2007-2012), a pós-graduação me exigiu uma responsabilidade, maturidade e controle de tempo que até então eu não sabia que não os tinha. Os três anos de idas e vindas, as três mudanças de temas e a mudança de orientação/grupo de pesquisa, me colocaram diante de um objetivo que muitas vezes eu não vislumbrava o seu fim.

Primeiramente, devo agradecer a Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Departamento de Geografia onde tive a oportunidade de me graduar, ser bolsista de iniciação científica, bolsista de extensão, monitor de disciplina, bolsista de intercâmbio e bolsista de mestrado.

O professor Paulo César da Costa Gomes, coordenador do Grupo de Pesquisa Território e Cidadania onde tive a oportunidade de, ao longo da minha graduação, fazer pesquisa e desenvolver minha aptidão pelo conhecimento geográfico e científico. À professora Leticia Ribeiro pelas tão pertinentes orientações e choques de realidade nos momentos mais desanimadores.

A *Universidad de Sevilla* e ao programa *Erasmus Mundus* que me deram a oportunidade de conhecer uma das cidades mais incríveis e fascinantes: Sevilha. Além de me proporcionar imenso amadurecimento e experiência de vida, esta cidade me colocou diante de observações que me fizeram desenvolver a presente pesquisa de mestrado.

O Colégio Pedro II que me valoriza e me estimula a desenvolver trabalhos de pesquisa para eu ser um profissional de excelência.

O meu orientador e amigo Rafael Winter que acolheu a minha pesquisa e sempre acreditou na minha competência, não permitindo minha desistência em nenhum momento. Apesar das minhas idas e vindas, nunca hesitou em me ajudar ou acreditar no meu trabalho. Rafael é uma das pessoas mais generosas e competentes que eu conheço. Sou imensamente agradecido.

A minha mãe Luzanira Scalercio que sempre valorizou a educação e que durante toda a minha trajetória escolar e acadêmica me deu todo o apoio e incentivo. A ela eu devo absolutamente tudo.

E por fim, mas não menos fundamental, os meus amigos, o Igor Perrut, minhas irmãs Daniele e Graziela, meus sobrinhos Elis e Arthur. Todos eles dão sentido e prazer à minha vida.

EPÍGRAFE

É preciso ser dito e contextualizado que todo meu interesse, e na verdade o fascínio, por esta cidade nasceu a partir da minha experiência de mobilidade acadêmica (graduação) viabilizada por uma bolsa *Erasmus Mundus* concedida a mim no ano de 2012 na Universidad de Sevilla. Sete meses de residência na Andaluzia foram muito mais do que um mero intercâmbio, mas sim um ponto de mudança na minha vida em diversos sentidos e aspectos. Ainda graduando, o meu olhar atento sobre os fenômenos urbanos fizeram germinar em mim questionamentos e um apetite por tentar entender melhor Sevilla. O fato é que esta cidade passou a ser minha. A mobilidade me rendeu o atual tema e as discussões que frutificaram ao longo dos anos posteriores a esta experiência. Por fim, esta prosa define o mágico e apaixonante de uma experiência geográfica, de lugar, com Sevilla:

"Una plaza se abre ante vosotros con tales caracteres, tal orden de edificaciones, que cuanto elaborábais sobre visiones anteriores queda deshecho inevitablemente; estudiáis esa plaza, esa calle, esa casa y no tardáis en encontrar otra razón espiritual de su existencia; os entregáis a esta última impresión y vais desmenuzándola, cuando una nueva sorpresa anula la anterior; por eso se ha llamado a Sevilla la ciudad misteriosa e indefinible. Cada esquina que doblamos, es una nueva ciudad; si no fuera una generalización en exceso deficiente, hablaríamos de España en Sevilla; no de la España actual, sino de una España redimida del tiempo, en la que los siglos se detienen o se precipitan. Cada ladrillo, cada hierro de forja, cada sillar, tiene una vida propia, una significación independiente, y, a veces, adversaria de la significación que la disciplina ciudadana le otorga, hasta humanizarse, dotarse de vida propia. Esta penitencia espiritual, conseguida después de muchos siglos, hace que nuestra ciudad sea sabia y eminentemente sobria".

Manuel Chaves Nogales
(1897-1944)
La Ciudad

RESUMO

Em 2007 foi anunciada pelo banco espanhol Cajasol a construção de um arranha-céu de 180 metros de altura ao lado do centro histórico da cidade de Sevilha. A partir daí a cidade se viu dividida entre aqueles que viam o empreendimento como um novo marco de modernidade e outros que o enxergavam de modo incompatível com o seu perfil histórico. O debate ganhou maior destaque em 2008 quando o comitê do ICOMOS espanhol divulgou um informe sugerindo o impacto visual negativo sobre a paisagem e os três bens listados como patrimônio Mundial da UNESCO desde 1987. Ao longo de quase uma década acumulou-se um intenso debate entre agentes públicos e privados, instituições e setores da sociedade civil organizada que tiveram como ponto comum a instrumentalização do conceito de paisagem na defesa de seus argumentos. Os dois principais objetivos da pesquisa são de entender as razões locais de construção de um edifício de altura na cidade espanhola e de compreender o debate gerado entre grupos favoráveis e desfavoráveis em relação ao empreendimento. Nesse sentido, através do levantamento de reportagens jornalísticas espanholas que abordavam o assunto, identificamos os principais grupos sociais envolvidos e investigamos suas principais estratégias de defesa ou de refutação do empreendimento. Metodologicamente, também lançamos mãos dos documentos, informes e relatórios produzidos pelas instituições envolvidas no caso. Em nossa perspectiva teórico-metodológica, paisagem vai além de seus aspectos físico-materiais, sendo um modo de olhar que resulta das tensões de diferentes visões de mundo e dos interesses distintos na organização do espaço geográfico. O que esteve em voga ao longo do debate presenciado na cidade não foi apenas uma discussão entre arquitetura moderna e tradicional, mas sobretudo a forma de compreender a inserção da torre na paisagem urbana e a relação com seu patrimônio, tanto que a partir do “caso Sevilha” ganhou força dentro da UNESCO a discussão em torno da nova abordagem da “paisagem urbana histórica”.

Palavras-chave: Sevilha; Arranha-céu; Torre Sevilla; Torre Cajasol; Torre Pelli; Centro Histórico; Paisagem Urbana; Política da Paisagem e UNESCO.

RESUMEN

En 2007 fue anunciada por la banca Cajasol la construcción de un rascacielos con 180 metros junto al casco antiguo de Sevilla. Desde entonces la ciudad se ha visto dividida entre los que vieron el proyecto como un nuevo hito de la modernidad y otros que lo vieron incompatible con su propio perfil histórico. El debate ha adquirido una mayor importancia en 2008, cuando el Comité Español de ICOMOS emitió un informe que sugiere el impacto visual negativo en el paisaje y sobre los tres bienes que figuran en la Lista del Patrimonio Mundial desde 1987. Durante casi una década se construyó un intenso debate entre los agentes públicos y privados, entidades y sectores de la sociedad civil que tuvieron en común la instrumentalización del concepto de paisaje en la defensa de sus argumentos. A través del estudio de los periódicos españoles que abordaron el tema, identificamos los principales grupos sociales involucrados e investigamos sus principales estrategias de defensa o refutación del proyecto. En nuestro punto de vista teórico y metodológico, paisaje va más allá de sus aspectos físicos y materiales, pues es una manera de ver que resulta de las tensiones de las diferentes visiones del mundo y diferentes intereses en la organización del espacio geográfico. Lo epicentro de la discusión no fue solamente un debate entre la arquitectura tradicional y moderna, pero en gran medida la forma de entender el inserto de la torre en el paisaje urbano y la relación con su patrimonio, de manera que desde el "caso Sevilla" ganó fuerza dentro de la UNESCO de la discusión sobre el nuevo enfoque de "paisaje urbano histórico".

Palabras clave: Sevilla; Rascacielos; Torre Sevilla; Torre Cajasol; Torre Pelli; Casco Antiguo; Paisaje Urbano; Política del Paisaje y UNESCO;

ABSTRACT

In 2007 it was announced by the Spanish Bank Cajasol that they were building a 180 meter high skyscraper next to the historic center of Seville. Since then, the city has been divided between those who saw the project as a new modern benchmark and others who see the structure as an inconsistency in historical profile. In 2008 the debate about the skyscraper gained prominence when the Spanish ICOMOS committee issued a report suggesting the negative visual impact on the landscape and the three assets listed as a UNESCO World Heritage since 1987. Over nearly a decade, the debate intensely built up between the public and the private actors, institutions, and sectors of civil society who had concepts of similar landscape as defense in their arguments. The two main objectives of the research are to understand the locational reasons to build a skyscraper in the Spanish city and understand the debate generated between those in favor and against the enterprise. In this way, through the survey conducted by a Spanish newspaper that addressed the issue, we identify the main social groups involved and investigate their defense strategies for the opposition of the construction. Methodologically, we also use documents and reports produced by the institutions involved in the case. In our theoretical and methodological perspective, landscape goes beyond its physical and material aspects; it's a kind of perception that results from the tensions of different world views and different interests in the organization of geographical space. The main point of the debate about the city landscape was not only a discussion between traditional and modern architecture. The concept went as far as to understand how the tower being inserted in the urban landscape would affect the culture's heritage, in this way the "case Seville" gained strength from the UNESCO discussion and a new approach of "Historic Urban Landscape".

KEYWORDS: Seville, skyscraper, Seville Tower; Cajasol Tower; Pelli Tower; Historic Center; Urban Landscape; Landscape Policy and UNESCO.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
CAPÍTULO 1	
Paisagem e Geografia: a multiplicidade de abordagens de um conceito.....	16
CAPÍTULO 2	
2.1 - Sevilha como estudo de caso: a morfologia do conjunto histórico sevilhano, as políticas de proteção / patrimônio e o contexto urbano.....	28
2.2 – A categoria de patrimônio mundial da UNESCO.....	37
2.3 A inscrição sevilhana na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO e as narrativas/justificativas patrimoniais.....	42
CAPÍTULO 3	
3.1 - O projeto e a construção da Torre Sevilla.....	52
3.2 Política local e os projetos arquitetônicos antecedentes à Torre Sevilla.....	55
3.3 – Regenerações urbanas e o fenômeno da construção de arranha-céus na urbanização contemporânea.....	62
3.4 – A onda de construção de arranha-céus na Espanha.....	68
CAPÍTULO 4	
4.1 - As reverberações dicotômicas em torno da construção da torre e os posicionamentos dos agentes envolvidos no debate.....	72
4.2 - As ações e estratégias dos grupos favoráveis à construção da Torre Sevilla.....	78
4.2.1 – Os promotores do empreendimentos: Sociedad Puerto Triana/Cajasol/ CaixaBank.....	78
4.2.2 - As esferas da política pública: <i>Ayuntamiento, Junta de Andalucía e Gobierno Central</i>	79
4.3 – As ações e estratégias dos grupos contrários à construção da Torre Sevilla	
As ações e posicionamento do ICOMOS.....	99

4.3.1 – A instrumentalização da paisagem no informe pelo ICOMOS e pela Plataforma Cidadã “Tumbala”.....	104
Resumo esquemático sobre as ações e estratégias dos grupos favoráveis e contrários.....	122
4.4 - As Ações da UNESCO e as respostas contrárias ao seu posicionamento.....	124
4.5 - O “Caso Sevilha” e a emergência da Paisagem Urbana Histórica da UNESCO.....	132
Conclusão.....	138
Referências.....	144.

INTRODUÇÃO

A construção de uma nova intervenção arquitetônica por parte de uma empresa “ameaça” uma cidade que detém o título de Patrimônio Mundial da UNESCO. O enredo presenciado nos últimos anos nas cidades europeias de Dresden e Sevilha segue o debate entre a dificuldade de conciliação entre políticas de conservação e o desenvolvimento urbano. Em ambas as cidades, um relatório elaborado pelo ICOMOS¹ apontou que uma obra já iniciada ou mesmo prestes a ser concluída levaria, em função do impacto derivado da relação de proximidade física com os bens listados, à perda do título da UNESCO caso as recomendações feitas não fossem cumpridas.

Especificamente no caso da cidade espanhola, em meados de 2008, após o anúncio da construção de um arranha-céu de 180 metros de altura ao lado do seu centro histórico, a cidade detentora de três bens da lista do Patrimônio Mundial desde 1987, viu surgir um grande debate entre grupos favoráveis e outros contrários ao projeto. Mesmo havendo um conjunto de legislações específicas e de políticas de patrimônio que têm como propósito a proteção do conjunto histórico e da manutenção da morfologia da cidade, o arranha-céu foi erguido e terminado em 2015. Bastante dependente do turismo e beneficiada com a visibilidade que o título de Patrimônio Mundial confere à cidade, a possível ameaça da retirada da lista da UNESCO não se sustentou e tampouco conseguiu deter a execução da construção.

Podemos perceber nos casos anteriormente citados, assim como especificamente em Sevilha, cidade objeto da nossa investigação, que certos projetos arquitetônicos são entendidos de antemão como um problema, uma vez que possuiriam natureza conflitante com os centros históricos. Assim, de um modo geral, surge um embate entre discursos divergentes entre o “novo” e o “antigo”. Parece, em alguns momentos, que há ainda uma dicotomia maniqueísta entre defensores do “desenvolvimento” e outros da “preservação”. Ademais, também parece ser consensualmente aceito por muitos o termo “ameaça”, oferecendo-nos moralmente a premissa de que determinadas construções contemporâneas vão de encontro com bens patrimonializados, apresentando risco ou perigo ao caráter histórico.

¹ Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, em língua inglesa "International Council of Monuments and Sites" (ICOMOS), é uma associação cívica não-governamental, ligada à ONU, através da Unesco. A instituição foi fundada em 1965, como resultado da assinatura da chamada "Carta de Veneza" no ano anterior (1964). É responsável por propor os bens que recebem o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Disponível em <http://www.icomos.org/fr/> (acessado em 27/08/15)

Mas de que modo uma nova construção poderia afetar uma cidade e o seu patrimônio? Será que em todos os casos onde é erguida uma nova construção que não dialoga arquitetônica ou morfologicamente com bens históricos tombados, há uma ameaça ao patrimônio? Quando, onde e como o “novo” consegue não ser uma ameaça ao “histórico”?

No caso de Sevilha, tanto o ICOMOS, como a maioria dos grupos contrários, alegaram o impacto visual e alteração significativa da paisagem urbana da cidade. Para eles, mesmo o conjunto tombado e a ambiência que conformam o *Casco Antigo* estando totalmente íntegros e preservados, a “típica” paisagem sevilhana já não é mais a mesma com a inserção da nova forma simbólica que rivalizaria com outras secularmente consagradas. Já para defensores, a torre seria um marco arquitetônico e a possibilidade de projetar a cidade na esteira do desenvolvimento econômico.

O presente trabalho busca compreender o conflito urbano gerado entre as políticas de patrimonialização e os discursos sobre o conjunto arquitetônico da cidade espanhola de Sevilha a partir da construção do arranha-céu, observando como a paisagem participa desse debate. Os dois objetivos gerais são: primeiro, compreender as razões locacionais para construção de um arranha-céu na cidade. Segundo, compreender o debate gerado entre grupos favoráveis e desfavoráveis em relação ao empreendimento. Nossa hipótese é de que a paisagem é operacionalizada em ambos os discursos, sendo um elemento central mobilizado para tecerem diferentes concepções sobre a cidade e a organização de seu tecido urbano. Sendo assim, a questão central que nos ajudará a lograr nossos objetivos é: de que forma a paisagem tem sido instrumentalizada nos argumentos favoráveis e contrários construção da Torre Sevilla? Como questões secundárias, temos: a) quais são as políticas patrimoniais que atuam no conjunto histórico da cidade? Como diferentes grupos se posicionam no debate? b) quais são as estratégias utilizadas por aqueles que defendem e aqueles que refutam a torre? quais são os favoráveis e quais são os contrários? c) em que medida e de que modo a paisagem é mobilizada nesses discursos? Como os grupos entendem a noção de paisagem? d) quais as consequências da construção da Torre para as políticas de patrimônio locais e internacionais?

Por meio do levantamento de notícias, documentos oficiais e não-oficiais, reportagens, imagens e relatórios produzidos pelos diferentes atores ligados direta ou indiretamente ao conflito, buscaremos identificar as vozes (grupos) presentes neste debate. Partimos dos pressupostos de que as políticas de patrimonialização podem ser entendidas através de uma

perspectiva espacial e de que são construídos diferentes discursos sobre a cidade, sua identidade e a formação de sua paisagem urbana.

Sem maiores pretensões e aceitando as limitações da pesquisa, pretendemos desnaturalizar algumas ideias costumeiramente naturalizadas nas discussões sobre patrimônio e preservação. Não partimos do pressuposto de que a torre é essencialmente uma “ameaça”, tampouco aceitamos que ela seja algo positivo. Nosso objetivo tenta contemplar a perspectiva de investigar como e porque certos grupos se posicionam de certa forma num debate onde a paisagem urbana é o foco central. Patrimonializar, tomar um bem, assim como aceitar ou não novas inserções na paisagem da cidade, sempre passam por um processo de seleção, escolhas e construção de narrativas sobre a história ou sobre o espaço. Portanto, se ela é uma ameaça, representa um risco para quem? Por quê? Se ela é necessária e não implica risco, por que, para quem? Certamente veremos que há diferentes visões sobre o que é o patrimônio e quais são os elementos importantes na constituição da identidade da cidade.

Em nossa perspectiva de análise a paisagem é o filtro metodológico e o elemento central da discussão do estudo de caso. Negligenciada na maioria dos estudos, a paisagem urbana também possui fundamentalmente uma dimensão política, pois a sua produção é marcada por disputas e debates entre os diferentes grupos sociais os quais tentam fazer seus interesses de modo a organizar o espaço urbano de acordo com suas visões de mundo (Castro, 2002). Não sendo somente aquilo que se vê, mas sobremaneira um modo de se ver (Ribeiro, 2007), a noção de paisagem se constrói numa relação entre os indivíduos e a sociedade como um todo, que a reconhece, a produz e a transforma de acordo com lógicas diferentes (Berque, 1998). Portanto, o trabalho se justifica devido à necessidade de compreendermos que a paisagem, um conceito chave tão caro à geografia, tem sido operacionalizada pelos diferentes grupos sociais, nos permitindo, por exemplo, melhor entender as políticas públicas que impactam diretamente na organização e na gestão do território.

Partimos da compreensão de paisagem dentro do arcabouço teórico-metodológico da Geografia Cultural pós-1970. Pretendemos ir além da compreensão da dimensão morfológica, real e concreta típicas das tradições consolidadas pela Escola de Berkeley. Para nós, a metáfora da paisagem apenas como um quadro e recorte físico-material do espaço geográfico que é apenas resultado das ações sociais que se desenrolam, é problemática e deve ser criticada. Desse modo, fundamentalmente, lançamos mão das contribuições de Duncan (1990), Cosgrove (2000 e 2007), Claval (1999), Berque (1998), Corrêa (2005;2007;2008),

Ribeiro (2007; 2013), Maciel (2009), Castro (2002) e Choay (2006). Fizemos o esforço de dialogar e compreender conceitualmente a paisagem através das suas dimensões simbólicas e semânticas, que afetam e produzem diferentes modos de olhar e de se pensar da população de um modo geral, quanto órgãos públicos e empresas privadas produtores e interventores do espaço urbano. A abordagem da ideia de paisagem como texto de Cosgrove (2000), que diz respeito a um entendimento de paisagem como significado, não apenas como significante, foi a base para a identificação dos diferentes discursos sobre a torre e a cidade de Sevilha. Outrossim, nos auxiliou o conceito de metonímias geográficas e de retórica da paisagem de Maciel (2009) para compreendermos a importância que algumas paisagens assumem na formação identitária dos grupos sociais. Teoricamente, entendemos a Torre Sevilha como um geossímbolo e forma simbólica espacial (CORRÊA & ROZENDAHL 1988).

Já através dos textos de Ribeiro (2013) e Castro (2005) atentamos para a dimensão política da produção e da significação da paisagem. No caso, Ribeiro (2013) frisou o fato da captura que o conceito de paisagem tem tido na formação de políticas públicas. Entretanto, alerta que sua compreensão tem sido costumeiramente confusa e até mesmo empobrecida teoricamente. Desse modo, faz-se necessário a utilização do conceito com o referencial teórico adequado, não por mero parnasianismo, senão porque seu entendimento direciona todo um trabalho a ser executado. Assim, muitas vezes, ainda que chame atenção para as relações entre homem e natureza, em muitos casos a paisagem é encarada como algo objetivo, com existência real-concreta em si.

Ainda sobre a perspectiva política, a obra dos geógrafos italianos Rossi & Vanolo (2010) intitulada Geografia Política Urbana, nos permitiu traçar um caminho metodológico baseado na “tríade da política urbana”, que propõe compreender a política urbana através de três diferentes modalidades, a política como representação, a política como governo e a política como contestação. Esta tríade é variavelmente complementar e autônoma entre si, de exercício e manifestação da política espacial e territorial, nos ajudando a compreender as vozes sobre a Torre e as diferentes escalas que envolvem o problema.

A presente dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro é essencialmente teórico-conceitual, havendo uma discussão sobre o conceito chave da pesquisa, a paisagem, além de outros conceitos importantes que norteiam nossa pesquisa. A capítulo dois nos insere em nosso estudo de caso, a cidade espanhola de Sevilha. Tentamos compreender a morfologia do seu conjunto histórico sevilhano seu contexto urbano recente e,

principalmente, as políticas de proteção e patrimônio existentes. O terceiro capítulo apresenta a problemática da construção da Torre Sevilha. Em seguida fazemos o levantamento dos antecedentes da construção e tentamos compreender as razões locacionais do projeto na cidade. Por fim, na quarta parte situamos as reverberações dicotômicas em torno da construção da torre. A partir da identificação de vozes contrárias e favoráveis ao projeto, buscamos analisar as justificativas e estratégias utilizadas por diferentes grupos nesse debate que tem a paisagem urbana como um dos elementos centrais.

CAPÍTULO 1

Paisagem e Geografia: a multiplicidade de abordagens de um conceito

A relação entre espaço urbano e cultura passou a tomar a agenda dos geógrafos com mais força somente a partir do final da década de 1970 com a eclosão do movimento que ficou conhecido inicialmente como a Nova Geografia Cultural. Contudo, o interesse pela investigação dessa relação não é completamente novo, senão uma tradição da ciência geográfica, podendo ser encontrados estudos desenvolvidos desde o final do século XIX. Segundo Corrêa (2007), a relação entre espaço urbano e cultura se faz a partir de uma abordagem desta última através da sua dimensão espacial. Esta dimensão diz respeito às práticas espaciais dos diferentes grupos e das *“ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais”* (CORRÊA, 2007).

De modo mais específico, Ribeiro (2007) afirma que é em grande medida através do conceito de paisagem que os geógrafos têm incorporado a dimensão cultural em seus trabalhos. Nesse sentido, Castro (2002) aponta que na agenda da geografia pós-1970 a discussão em torno da paisagem assumiu novos conteúdos resultantes da ampliação dos horizontes e da incorporação de novas noções, tal como a percepção, imaginário e simbolismo.

Costumamos reconhecer o espaço urbano e suas singularidades a partir de sua paisagem, marcada por formas materiais próprias que evidenciam o processo de urbanização e as relações econômicas, sociais e políticas existentes. Produto da ação do homem modelando a superfície terrestre, a paisagem urbana precisa ser entendida não apenas como resultado aleatório da ação do tempo, e do acréscimo sucessivo de formas materiais, mas como uma instância fundamental na compreensão da própria sociedade.

Sendo os estudos da paisagem uma tradição da geografia, é recorrente nos trabalhos dos pesquisadores a tentativa de compreender como é produzida a paisagem urbana. Essa indagação nos demanda uma análise complexa a qual podem ser levadas em conta diferentes variáveis e perspectivas teórico-metodológicas na produção do espaço urbano. Assim, o conceito de paisagem pode muitas vezes acabar sendo confundido com o de espaço e vice-versa.

Para Santos (2009) o espaço geográfico é composto por diferentes objetos produzidos através da acumulação desigual de tempos, com objetos e técnicas diferentes, que remetem a tempos distintos e a estruturas sociais diferentes, num processo contínuo de mudanças. Dentro de suas preocupações de se pensar o campo da geografia e o conceito de espaço, afirmou que *"o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de certa autonomia"* (Santos, 2008. p.45). Logo, podemos considerar que a relação entre o substrato espacial e as ações que acontecem nele é dialética, pois ao mesmo tempo em que a forma como o espaço está organizado influencia nas ações que nele ocorrem, o contrário também acontece.

Apesar de paisagem ser um termo amplamente utilizado pelas diferentes áreas, a geografia é uma das disciplinas que ao longo da sua história mais tem se dedicado a pensá-la como um conceito (Ribeiro, 2007). Como consequência, foram desenvolvidas múltiplas abordagens e definições que a tratam de modo bastante distinto dependendo das matrizes teórico-conceituais utilizadas.

A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorreram ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como base material para a produção de diferentes simbologias, lócus de interação entre materialidade e as representações simbólicas (RIBEIRO, 2007. p.14).

Buscando melhor compreensão sobre a paisagem, o autor em tela distingue dois momentos marcados por abordagens distintas em relação ao conceito. O primeiro, desenvolvido por Carl Sauer, no primeiro quartel do século XX nos Estados Unidos, privilegiou uma abordagem e um método morfológico de análise. Havia forte preocupação em investigar a gênese da paisagem e como a cultura humana a transforma através das diferentes técnicas. Fundador de uma escola de pensamento, a Escola de Berkeley, teve forte influência de autores como Passarge e Schlüter e produziu trabalhos de maneira vigorosa até pelo menos meados de 1950.

No final da década de 1960, dentro do turbilhão de novas correntes de pensamento que rompiam com as antigas tradições dos estudos geográficos, surge gradualmente na Europa e nos Estados Unidos um novo momento de resgate e (re)significação do conceito de paisagem. A partir da valorização da análise subjetiva fecundada pelo movimento da geografia humanista, com uma gama heterogênea de autores e sob a influência de diferentes bases

teórico metodológicas, tal como o marxismo e a fenomenologia, a denominada Nova Geografia Cultural passa a privilegiar a investigação em torno da simbologia da paisagem (RIBEIRO, 2007).

Retomada no caudal da nova geografia cultural, a discussão sobre paisagem é reinvestida de novos conteúdos, resultantes da ampliação dos horizontes explicativos da disciplina pela incorporação de noções como percepção, representação, imaginário e simbolismo. (CASTRO, 2002. p. 122)

Para ilustrar a presente discussão, apesar de não ter sido foco dos seus estudos, os trabalhos do geógrafo Milton Santos são bons exemplos de como o conceito pode ser apreendido sob diferentes perspectivas. Na obra intitulada *A Natureza do Espaço: Tempo e Técnica. Razão e Emoção*, publicada em 1996, o autor trata a paisagem através de uma perspectiva deveras morfológica, mais próxima à geografia cultural tradicional. Diferentemente do espaço geográfico, que, para Santos, é fundamentalmente entendido através das ações sociais que ocorrem sob uma base material (SANTOS, 2009). Ademais, considera que a paisagem é, a rigor, uma porção do conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área (configuração territorial), que é possível abarcar com a visão.

Contudo, em outra obra publicada anteriormente em 1988, *Metamorfozes do Espaço Habitado*, o geógrafo apresentou uma visão mais ampla sobre o conceito e o trata para além dos aspectos morfológicos, coadunando com as ideias da Nova Geografia Cultural. Assim, paisagem seria a dimensão da percepção, aquilo que vemos, mas também tudo aquilo chega aos nossos sentidos; odores, sons, movimentos, volumes, incluso aquilo que é visível (SANTOS, 2008). O autor destaca que a percepção sempre é um ato seletivo e subjetivo, podendo ser entendida como uma forma de olhar. Ou seja, apesar de ser composta por formas materiais, a paisagem pode e deve ser entendida como produtora de significados.

A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada; dessa forma, a visão pelo homem das coisas materiais é sempre deformada. Nossa tarefa é de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado (SANTOS, 2008. p. 68).

Mas vale dizer que para Milton Santos, tanto numa perspectiva, quanto noutra, paisagem sempre foi entendida como materialidade, ou seja, a pensa apenas como substrato da paisagem. Quando o autor aceita que a paisagem produz significado, ele aceita primeiro que ela é significante. Diferentemente de Ribeiro (2013), que trata o espaço como significante e a paisagem como significado. Em outras palavras, a interpretação e a valorização que

transformam o espaço em paisagem, através de um processo político e cultural de produção de significados.

(...) defendo que a paisagem é um significado simbólico. É o olhar, o sentir e a interpretação que transformam o espaço em paisagem. A paisagem não é o que se vê e o que se sente, mas como se vê e como se sente. É a tradução que fazemos pela observação. (RIBEIRO, 2013. p. 252)

Desse modo, Ribeiro (2013) defende a ideia de que a paisagem é uma maneira de ver o mundo. Quer dizer, ela é o significado, não o significante. Numa perspectiva similar, Duncan (1990) afirmou que a paisagem deve ser entendida como um texto, assim ela pode ser entendida como a forma de se ler os objetos e as relações sociais existentes no espaço geográfico (RIBEIRO, 2013). Os homens imprimem nela a ordem de significados que os motivam, podendo um mesmo espaço ser lido como paisagem de diferentes maneiras, por um mesmo indivíduo ou grupo (CLAVAL, 1999),.

(...) defendemos que o potencial mais importante e democrático da abordagem da paisagem está em outro ponto. Esse potencial pode ser desenvolvido a partir de abordagens mais relacionadas à leitura da paisagem como um texto ou um quadro, apropriando-se da ideia de narrativa (RIBEIRO, 2011 *apud* RIBEIRO, 2013. p. 253)

Não cabe a nós geógrafos, ao menos no nosso entendimento, produzir uma leitura monolítica da paisagem, como se houvesse apenas um caminho para sua compreensão e análise. Adiantamos que não temos a intenção de fazer juízo de valor positivo ou negativo ante a construção da torre na cidade alvo do nosso estudo de caso. Partimos da multiplicidade de entendimentos que se podem ter esta nova forma material na paisagem, sendo esta miríade de interpretações, na verdade, a matéria-prima para a nossa investigação.

(...) uma abordagem da paisagem que a identifica como, antes de mais nada, uma maneira de ver o mundo. (...) Um mesmo espaço pode ser lido como paisagem de diferentes maneiras, até por um mesmo indivíduo ou grupo. É com essa abordagem que o conceito de paisagem poder de fato se diferenciar daquele de espaço, ganhar uma valorização própria e ser mais apropriado para se pensar nas políticas de patrimonialização. (RIBEIRO, 2013. p.252)

Além de James Duncan, o geógrafo inglês Denis Cosgrove foi um grande tributário das perspectivas da Geografia Cultural Pós-70. Nesta perspectiva, a paisagem é mais do que o visível (concreto), pois *“é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre atitudes e a percepção sobre o meio. Nessa visão, a estética da paisagem é uma criação simbólica, desenhada com cuidado, onde as formas refletem um conjunto de atitudes humanas.”* (Idem, 2007. p. 253).

Nesse sentido, evidencia-se a complexidade fornecida ao conceito de paisagem, a qual valoriza essa categoria de análise do espaço ao abarcar todos os elementos da paisagem e, não apenas, as dimensões culturais e naturais. A materialidade e a imaterialidade (valor semântico) conferem a paisagem maior importância, sendo essa categoria como um conjunto único e capaz de expressar todas as marcas da ação humana.

Ao se reconstruir os conceitos de paisagem e de cultura com novas referências conceituais, os estudos recentes de geografia cultural enfatizam o caráter de construção cultural sofisticada do próprio conceito de paisagem. [...] o conceito de paisagem é ele próprio, um modo especial de compor, estruturar e dar significado a um mundo externo, cuja história tem que ser entendida em relação à apropriação material da terra. Assim, as qualidades simbólicas da paisagem, que produzem e sustentam seu significado social, tornaram-se objeto de pesquisa, ampliando as fontes disponíveis para a geografia cultural. (COSGROVE & JACKSON 2007. p.137)

Corrêa e Rozendahl (1988) apontam que a paisagem tende a ser definida como um conjunto de formas naturais e culturais existentes e associados numa determinada área. Assim, como ponto de partida, precisamos compreender que a paisagem diz respeito a uma materialidade a qual é valorizada a dimensão morfológica e estética pela apreciação positiva do trabalho humano sobre o meio. Portanto, a paisagem é produto de uma cultura, podendo ser chamada, baseado nesta perspectiva, de paisagem cultural.

Contudo, isso não quer dizer que ela seja apenas resultado da ação humana como um conjunto material esvaziado de sentido ou sem a capacidade de influenciar a própria sociedade, como as citações de Cosgrove & Jackson (2007) nos sugeriram. É preciso levar em conta sua dimensão semântica, uma vez que os diferentes arranjos espaciais (GOMES, 1998) assumem diferentes sentidos segundo o “modo de olhar” (CABRAL, 2000),

Se formas, linhas, cores, volumes... são aspectos do mundo apreendidos de imediato pelos nossos olhos, estes podem assumir diferentes sentidos de existência e compreensão segundo o modo de olhar (atribuir significados) instituído em cada sociedade. Assim é possível pensar a paisagem como ‘mediação entre o mundo das coisas e aquele da subjetividade humana’. (BERQUE, 1985 *apud* BARBOSA, 1998. p.2)

Como aponta Augustin Berque (1998), a paisagem passa a servir como um quadro de referência que tem a capacidade de determinar olhares e significações. Para o autor, a paisagem deve ser entendida, primeiro, como *marca*, pois é vista por um olhar, experienciada por uma consciência, valorizada pela sua utilidade e por sua estética e regulamentada por uma política e, segundo, como *matriz*, pois ela determina/guia olhares, a consciência e a política (BERQUE, 1998).

Visível e concebida. Marca e Matriz. Sentido da relação de uma sociedade com a natureza, a paisagem é o registro gravado de uma civilização. Vale dizer, então, que a paisagem é produto como também suporte da cultura, porque é veículo de mitos, tradições, valores... que contribuem para transferir saber, crenças, sonhos e atitudes sociais de uma geração a outra (CLAVAL,1992 apud BARBOSA, 1998. p.2)

Portanto, através da perspectiva de análise, a paisagem funciona como *marca* (positivista, que posiciona, mensura, classifica e descreve), pois expressa uma civilização e tem que ser interpretada no contexto histórico das sociedades. Mas ao mesmo tempo é *matriz*, já que ela participa dos esquemas de representação, percepção e concepção, próprias a uma cultura, que orientam numa certa direção os olhares. (CASTRO, 2002).



Figura 1. - Paisagem urbana do centro histórico da cidade de Sevilha²

“Olhar” a imagem acima nos convida a identificar uma paisagem tipicamente urbana: formas matéricas aglomeradas representadas por construções de diversos tipos, que abrigam diferentes funções, tal como prédios, ruas, casas, igrejas, praças, elementos materiais típicos e identificáveis de um espaço urbano. Contudo, apesar de possuírem um aspecto genérico e cada vez mais globalizado, as cidades ao longo do tempo acabam por desenvolver uma “personalidade” através de alguns elementos que as tornam singulares e idiossincráticas. Essa construção identitária não é casual, em muitos casos, produto de políticas engendradas por diferentes atores sociais que pensam e gerenciam a cidade, tal como as prefeituras, órgãos patrimoniais e pesquisadores.

O desenvolvimento desta identidade pode ser conferido a partir de elementos culturais particulares, como uma festa popular ou uma culinária típica do local, mas em muitos casos é através da dimensão espacial, que passamos conhecer e a reconhecer as cidades. Como destaca Iná Castro, a paisagem é antes de tudo, uma imagem (CASTRO, 2002). Assim, uma das maneiras as quais as cidades podem se “revelar” é através de imagens que representam a paisagem urbana. Neste caso, a dita dimensão espacial é inteligível pelos nossos diversos

² fórum de discussão *Skyscrapercity*. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/> (acessado em 25/11/2015)

sentidos, mas, sobretudo pela visão. Dessa forma, a paisagem urbana é um marco visual da cidade moderna, é através delas que reconhecemos as cidades e suas características singulares.

Entretanto, apesar dos espaços urbanos serem formados por um conjunto indeterminado de paisagens heterogêneas, com morfologias e conteúdos sociais diferentes, que compõe um mosaico complexo, muitas vezes marcado por diferenças e desigualdades inerentes ao capitalismo, há determinadas paisagens³ que funcionam como “metonímias³ geográficas” e encerram em si os significados e imagens atribuídas à realidade determinadas cidades.

Quando se estuda o conceito de paisagem, percebe-se claramente que uma das mais fortes determinações semânticas da imaginação geográfica reside na seleção de alguns atributos da realidade, os quais são colocados em destaque, tomados como centrais ou, no limite, passam a designar por inteiro esta realidade a que se referem. Tal procedimento básico aponta justamente para a possibilidade de se considerar as paisagens enquanto metonímias geográficas, esquemas ou modelos antecipatórios acerca de uma realidade mais extensa. (MACIEL, 2009. p. 34)

Tomemos o exemplo da cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos. No imaginário social, atribuímos a esta complexa metrópole contemporânea uma paisagem típica marcada pela urbanização densa e verticalização de seus prédios, que funcionam como metonímia da parte pelo todo, como se toda a cidade apresentasse esta mesma morfologia e aspecto. Para confirmar nossa afirmação, fizemos uma entrada na ferramenta de busca *Google* com as seguintes palavras: “*New York landscape*” (Nova Iorque paisagem) e encontramos algumas das seguintes imagens:

³ “Considera-se a figura como metonímia, quando a relação entre os termos é qualitativa. Na metonímia, há uma implicação entre os conceitos que decorre de uma relação de contiguidade entre eles. As relações entre os termos são, por exemplo, a causa pelo efeito, o continente pelo conteúdo, o autor pela obra, o lugar pelo produto, o instrumento pela pessoa que o utiliza etc.

Considera-se a figura como sinédoque quando a relação entre os termos é quantitativa, ou seja, pela sinédoque alarga-se ou reduz-se a significação da palavra. As relações entre os termos são basicamente as seguintes: parte pelo todo, singular pelo plural, gênero pela espécie, o particular pelo geral (ou vice-versa).

Como se pode notar, a diferença entre metonímia e sinédoque é bastante sutil e a distinção entre elas não é de todo relevante. Como o conceito de metonímia abarca o de sinédoque, a maioria dos autores prefere não mais fazer distinção entre essas duas figuras, optando usar o nome metonímia para designar as figuras de linguagem em que a transposição de significado decorre de uma relação contiguidade material ou conceitual entre os termos.

(<http://www.ernaniterria.com.br/distincao-entre-metonmia-e-sinedoque.php> - acessado em 08/03/15)



Fig.2 - Imagem de captura de tela do buscador *Google* através da palavra-chave “paisagem nova Iorque”. (google.com.br)

Como sabemos, o buscador *Google* oferece aos usuários os resultados na primeira página dos sítios eletrônicos mais acessados, a partir de uma seleção que leva em conta a descrição da imagem nomeados pela página virtual. Ou seja, o resultado que temos representa o que os criadores das páginas *web* entendem como “paisagem de Nova Iorque”. E neste caso, o resultado da busca nos parece bastante homogêneo e preciso, pois é através destas paisagens metonímicas que reconhecemos a cidade em questão. Esta, portanto, é composta por um conjunto de formas materiais que possuem uma determinada organização espacial (composição ou arranjo espacial), na qual dentro desta morfologia, algumas formas ganham maior expressividade, tal como é o caso do edifício *Empire State Building*, em destaque em algumas imagens e podem ser consideradas formas simbólicas espaciais.

De acordo com Corrêa (2008), as formas simbólicas são formas materiais ou imateriais impregnadas de significados. Por exemplo, de modo geral, uma coroa de ouro representa uma monarquia e o poder exercido por um rei; ou a cruz cristã, que representante o catolicismo. Tornam-se formas simbólicas espaciais quando estão diretamente relacionadas ao espaço, constituindo-se em fixos e fluxos, possuindo localizações e itinerários. Templos religiosos, palácios, *shopping centers*, edifícios, entre outros, podem ser considerados como formas simbólicas espaciais, diferentemente de uma vestimenta, anel, brincos ou outro objeto de adereço humano.

Corrêa (2005) ainda destaca o fato de que as formas simbólicas possuem uma natureza política, o que culmina numa política locacional das mesmas. Dessa maneira, as formas simbólicas possuem uma localização absoluta, um sítio e, uma localização relativa, determinada pela acessibilidade da forma simbólica. Ambas confluem e interferem na comunicação das mensagens das formas simbólicas espaciais para grupos sociais distintos.

Ainda sobre o caráter político das formas simbólicas apontadas por Corrêa (2005), é deves importante termos em mente que o espaço geográfico - seja urbano, ou rural - pode ser analisado como um espaço onde processos políticos ocorrem em determinados momentos. Nesta perspectiva, temos a produção do espaço geográfico como um campo de forças disputado por diferentes grupos coletivos, com interesses diferenciados, muitas vezes conflitantes e que tentam organizá-lo de maneira a atender melhor suas necessidades e visões de mundo. E a paisagem pode ser entendida como conceito que privilegia essas diferentes visões, nos faz operar no campo da geografia política.

(...) as questões e conflitos de interesse surgem das relações sociais e se territorializam, ou seja, materializam-se em disputas por grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos seus interesses. Essas disputas no interior da sociedade criam tensões e formas de organização do espaço que definem um campo importante da análise geográfica. Neste sentido, podemos indicar que é na relação entre política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e o território – base material e simbólica da sociedade – que se encontram os temas e questões do campo da geografia política. (CASTRO, 2005. p.124)

Compreender os diferentes discursos sobre a paisagem nos ajuda a entender como que o espaço é uma arena política, por questões de diferentes escalas, pois se relacionam elementos e fenômenos de escalas variadas, desde a local, até a internacional. Longe de ser um acúmulo aleatório de formas materiais sobrepostas, a produção da paisagem de uma cidade é fruto de intencionalidades, disputas, discursos díspares e embates presentes no seio da própria sociedade. Para Ribeiro (2013), o modelo de gestão sobre a paisagem deve incorporar essa preocupação. Assim, como já enfatizamos anteriormente, o grande desafio das políticas de patrimônio é levar em conta as diferentes vozes em torno da compreensão e entendimento da paisagem urbana, que para o autor, devem ser identificadas e analisadas.

Se a paisagem é múltipla e variada, e possui diferentes significados para diferentes grupos, sendo passível de diferentes leituras, seu reconhecimento, sua atribuição de valor e sua gestão significam a seleção de alguns valores, de algumas leituras, podendo significar também a inclusão de valores associados a alguns grupos e a exclusão de outros. (RIBEIRO, 2013. p.252)

Diante da apresentação e discussão de alguns conceitos, a paisagem é utilizada metodologicamente como instrumento conceitual para a compreensão do nosso estudo de caso. Desse modo, resumimos aqui as duas perspectivas importantes na compreensão da paisagem urbana. Primeiro, levaremos em conta a dimensão morfológica e visível, segundo, a dimensão semântica, de visibilidade e significação que a paisagem possibilita (CABRAL, 2000).

Nesta direção, Maciel (2009) afirmou em sua investigação que a abordagem cultural pode contemplar a paisagem tanto como uma realidade, que tem existência concreta em si, quanto como leitura subjetiva de mundo. Da mesma maneira, Iná Castro (2002) também seguiu nesta mesma direção e destacou a dimensão dual da paisagem, real e representação:

(...) a paisagem que se vê resulta de uma seletividade propiciada pelos jogos das distâncias e das escalas e manipulada por atores conscientes e dominantes, como propõe Lacoste e Cosgrove. No entanto, sendo marca que cada cultura imprime no espaço, uma geo-grafia, uma escrita que possibilita ler valores sociais, como propõe Berque, a paisagem é um produto coletivo de uma sociedade dotada de um meio e de uma história (CASTRO, 2002. p. 127).

Como deixamos claro, a paisagem é o fio condutor do trabalho. O caso das Torres em Sevilha serve como um estudo de caso para demonstramos como a paisagem tem assumido cada vez mais importância na discussão sobre a gestão urbana, turismo, identidade e, mais especificamente, nos debates sobre as políticas de patrimônio. Portanto, faz-se necessário entender a patrimonialização muito além do simples tombamento de um monumento ou de um conjunto de edificações de valor histórico ou artístico. As ideias de tecido, composição e continuidade - presentes no conceito de paisagem - tem ganhado cada vez mais importância nesse sentido. A paisagem não é apenas um elemento, ou uma área específica, ela é dinâmica, viva, composta, sistêmica, relacional e tem sido instrumentalizada nos discursos sobre as cidades.

Com efeito, fizemos o esforço de evidenciar como a paisagem de uma cidade é fruto de uma dimensão política, de escolhas, de intencionalidades e, sobretudo, de conflitos e tensões entre diferentes grupos sociais que tentam organizá-la de acordo com os diferentes interesses. Declarar patrimônio, tomba e proteger certas áreas, monumentos ou paisagens, também é fruto de escolhas e seleções que são produtos de discursos de agentes que pensam a cidade. Logo, compreender os diferentes discursos sobre a paisagem e o patrimônio nos ajuda a entender como que o espaço é uma arena política, marcado por intencionalidades e por questões de diferentes escalas, pois se relacionam elementos e fenômenos de escalas variadas, desde a local, até a global.

No capítulo a seguir, partiremos para o estudo de caso sobre Sevilha. A partir da problemática em torno da construção de um arranha-céu, cujo debate gira em torno dos possíveis impactos da paisagem, tentaremos compreender melhor como é formado o centro histórico sevilhano e as políticas patrimoniais que atuam sobre ele, para posteriormente,

auspiciados pelo arcabouço teórico-conceitual apresentados nesta seção, compreendermos os diferentes discursos dos atores sociais construídos através da instrumentalização da paisagem.

CAPÍTULO 2

2.1 - Sevilha como estudo de caso: a morfologia do conjunto histórico sevilhano, as políticas de proteção / patrimônio e o contexto urbano.

Sevilha é a quarta maior cidade da Espanha e capital da *Comunidad Autónoma* da Andaluzia, unidade mais populosa do país⁵. Terceira em fluxos de turistas⁶, é reconhecida pela sua expressividade cultural dos estereótipos espanhóis, tal como as touradas, o flamenco, as festas da semana santa e a culinária das tapas. Seu centro histórico de 3,9 quilômetros quadrados está listado entre os cinco maiores da Europa⁷ e pode ser entendido como o resultado de mais de dois mil anos de ocupações, formando uma paisagem urbana que evidencia a ocupação em distintos momentos históricos, desde a fundação pelos romanos (*Hispalis*, circa 206 AC), a invasão visigodo (circa 426), passando pela ocupação islâmica (*Isbiliya* a partir de 711), até a retomada cristã (tomada por Castella e León em 1248) que conformou a Espanha atual.

Com 693.878 mil habitantes, Sevilha é um espaço urbano multifuncional, abrindo atividades econômicas de diversos tipos, com forte destaque para o setor de prestação de serviços e comércio. Sua região metropolitana engloba 46 municípios e soma uma população de 1.533.230 habitantes (*Instituto Nacional de Estadística*, 2015)⁸, número bastante expressivo para um contexto europeu.

Diferentemente dos 11 distritos que compõe o município, o *Casco Antiguo* (denominação de Centro Histórico, em espanhol), possui uma homogeneidade e singularidade morfológica: ruas apertadas, traçado disforme - típico das heranças medieval e árabe - edifícios residenciais e comerciais com vocabulário arquitetônico similares e diversas agulhas que parecem transpor o “teto” da cidade. As torres das igrejas somam grande quantidade e a mais expressiva de todas é a torre da Catedral, que atinge 104 metros e se impõe na paisagem há mais de sete séculos.

⁵ Base de Dados *Datos Macro*. Disponível em: <http://www.datosmacro.com/demografia/poblacion/espana-comunidades-autonomas> (acessado em 25/02/2016)

⁶ Sítio eletrônico do jornal *ABC de Sevilla*: <http://sevilla.abc.es/20120813/sevilla/sevi-sevilla-turismo-extranjeros-201208131352.html> (acessado em 31/08/15)

⁷ Sítio eletrônico do jornal *El Correo*. <http://elcorreoweb.es/2010/02/18/no-somos-tan-grandes/> (Acessado em 03/03/15)

⁸ Instituto Nacional de Estadística (Espanha). Disponível em <http://www.ine.es/> (acessado em 19/02/2016)



Fig.4 – Cartograma das *Comunidades Autónomas* espanholas. Ao sul da Espanha, a Andaluzia e sua capital, Sevilha.⁹

⁹ Plataforma de mapas *IHMC Public Cmaps*. Disponível em: <http://cursa.ihmc.us/rid=1JK4ZMGXX-97X2CC-Y78/CAPITALES.gif> (acessado em 21/10/15)

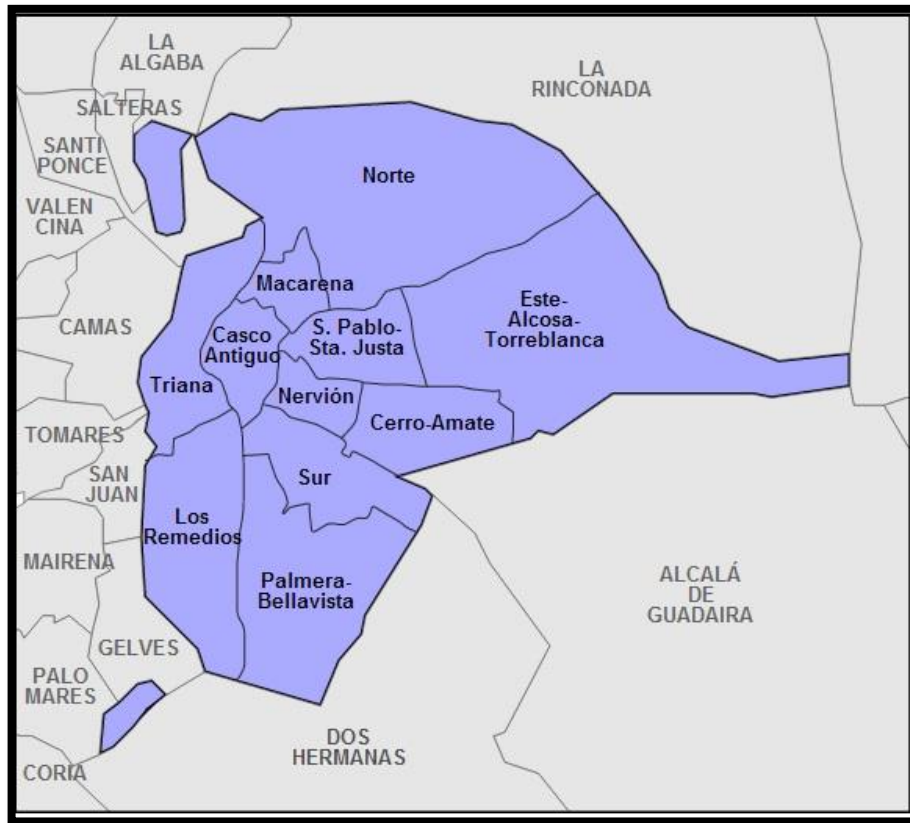


Fig.5 – Cartograma com os 11 distritos que compõe o município de Sevilha. Destaque para a localização do *Casco Antiguo*. Ao redor, nomes de outras municipalidades que conformam a região metropolitana.¹⁰



Fig.6 – Paisagem do distrito do *Casco Antiguo*. Sob o ponto de vista oblíquo, podemos perceber o aglomerado de construções, ruas estreitas e variações de cores entre o branco, vermelho e amarelo.¹¹

¹⁰ Fórum virtual *Skyscrapercity*. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=586305> (acessado em 15/07/2015)

¹¹ Plataforma de fotografias *Trekearth*. Disponível em: <http://www.trekearth.com/> (acessado em 20/04/2015)



Fig.7 – Em primeiro plano, a *Iglesia de La Anunciación*, em segundo plano a *Iglesia Del Salvador* e ao fundo a *Catedral de Sevilla* e a *Torre de La Giralda*.¹²

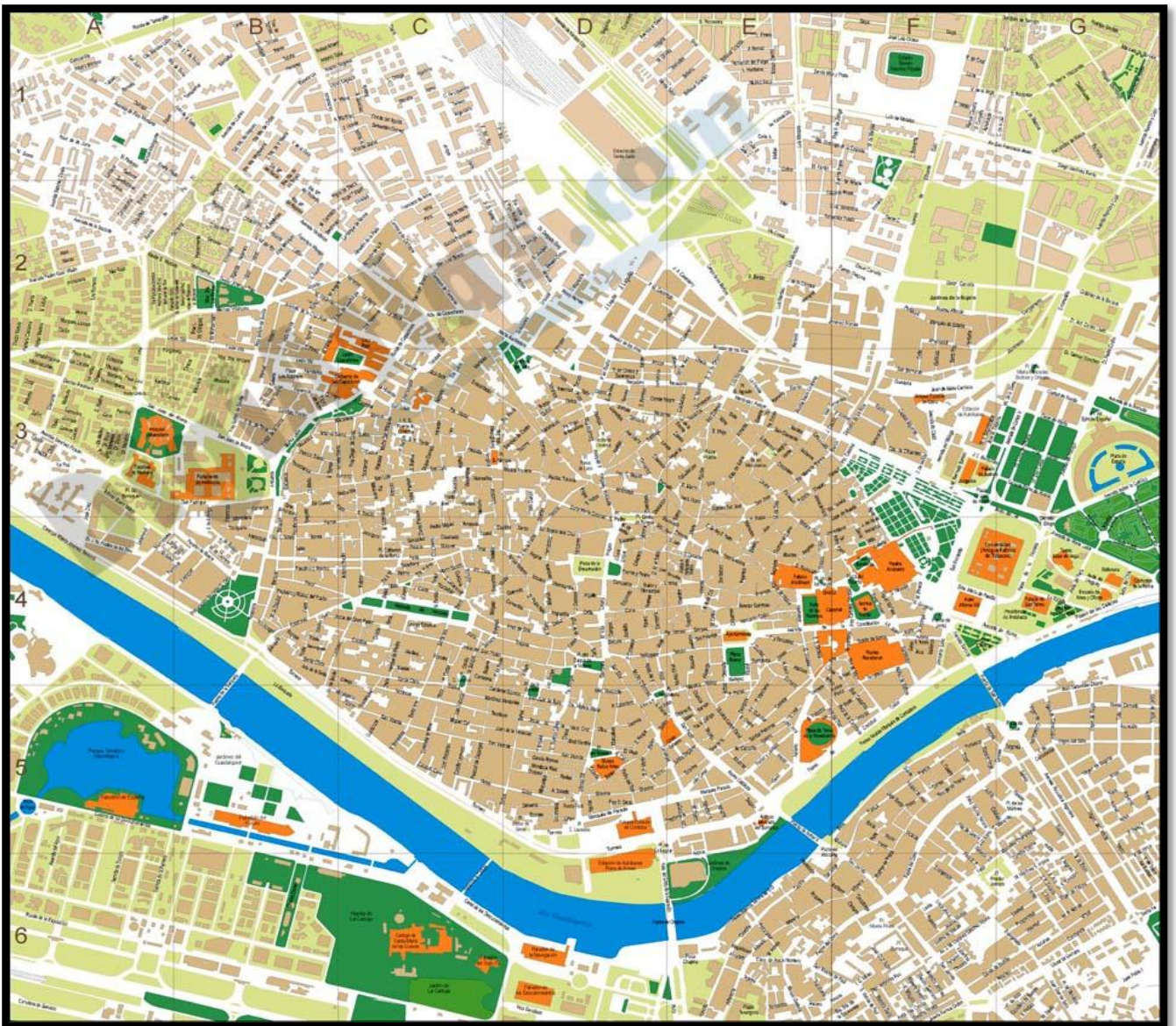


Fig.8 – Em primeiro plano, paisagem do distrito de *Nervión*. Fruto de ocupação e loteamentos mais recentes, pós-segunda metade do século XX, possui arruamentos e morfologia urbana geral bastante distinta do centro histórico. Presença de grandes lotes e edifícios de gabaritos maiores.¹³

¹² Plataforma de fotografias *Trekearth*. Disponível em: <http://www.trekearth.com/> (acessado em 20/04/2015)

¹³ Plataforma de fotografias *Flickr*. Disponível em: <https://www.flickr.com/> (acessado em 15/07/2015)

Como já foi dito, o conjunto histórico de Sevilha¹⁴ é um dos maiores da Espanha, possuindo amplo espaço de 783,5 hectares que abriga cerca de 90.000 habitantes e 25.000 residências (SALINAS, 2008). Contudo, ainda que o caráter histórico esteja fortemente presente em sua paisagem, o *Casco Antiguo* concentra funções comercial, financeira e administrativa da cidade (GUERRERO & LÓPEZ, 2012). A delimitação atual da área protegida data de 1990 e é fruto de uma ampliação da primeira feita antes de 1964.



¹⁴ O conjunto histórico da cidade abriga todo o distrito do Casco Antiguo mais algumas pequenas porções dos distritos de Triana e da Macarena.

Fig. 9 – Neste cartograma podemos claramente identificar através dos tamanhos dos lotes e do traçado das ruas (arruamento), a morfologia do *Casco Antiguo*, características não exclusivas de Sevilha, mas de tantos outros bairros históricos da Espanha e da Europa de modo geral.¹⁵

A partir da criação de planos que foram criados e reelaborados, desde 1979 há um elevado nível de proteção das edificações e dos setores mais antigos da cidade. Sobre o tamanho da área protegida, Salinas (2008) chama a atenção para a seguinte singularidade:

(...) la gran extensión del terreno protegido es una de las delimitaciones más generosas de cuantas se han elaborado para los conjuntos históricos existentes en España y tiene como principal cometido la protección de los valores urbanos de una ciudad que había tenido una gran pérdida patrimonial durante los años setenta. (Idem, 2008)¹⁶

A respeito da última delimitação dos anos 1990, o mesmo autor teceu em seu trabalho algumas críticas sobre a ausência de critérios claros na elaboração, de modo a deixar de fora pontos ou localidades de grande interesse histórico-cultural e a incluir outros menos relevantes ou sem justificativa histórica, tal como um bairro erguido nos anos de 1970 (Idem, 2008).

Diante desses apontamentos, cabe salientar o caráter arbitrário de toda e qualquer ação que vise a patrimonialização, tal como o tombamento ou a delimitação de áreas a serem protegidas. À parte de sua origem etimológica, o vocábulo *tombamento* significa “um conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados”¹⁷. O ato de tombamento, portanto, pode ser entendido como uma ação política (seja pela esfera municipal, estadual, ou nacional) de reconhecimento de algo material ou imaterial como patrimônio cultural.

Ribeiro (2013) explica que atualmente o conceito de patrimônio cultural possui um caráter dinâmico e subjetivo. Na verdade, não se refere estritamente aos bens e objetos, mas sim aos valores atribuídos a eles pela sociedade em determinado período da história. Ou seja, o que chamamos de patrimônio hoje, não necessariamente possuía a mesma compreensão cem

¹⁵ Blog “El rincón de las ciencias sociales”. Disponível em: <https://josuma.wordpress.com/t3-el-espacio-urbano/> (acessado em 10/07/2015)

¹⁶ A grande extensão da área protegida é uma das delimitações mais generosas das quais foram elaboradas para os conjuntos históricos existentes na Espanha e tem como principal aspecto a proteção de valores urbanos de uma cidade que havia tido grande perda patrimonial durante os anos 70. *Tradução nossa*.

¹⁷ Prefeitura de São Paulo. Disponível em:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/preservacao/index.php?p=430 (acessado em 28/02/15)

anos atrás. O reconhecimento de um patrimônio e a escolha de um ou outro objeto a ser tombado, passando a ser protegido e conservado para a posteridade, é essencialmente uma atribuição de valor e esse ato possui caráter seletivo e político (RIBEIRO, 2013).

Essa transformação significativa na ideia de patrimônio está relacionada à própria construção das narrativas patrimoniais e a maneira como suas finalidades são encaradas, obtendo forte repercussão no processo de identificação e seleção de bens patrimoniais. (RIBEIRO, 2013, p.238)

Devido a esse fato, acreditamos que seja compreensível que a delimitação do conjunto histórico de Sevilha atual contenha possíveis equívocos ou problemas. Afinal, sendo um processo de atribuição e reconhecimento de valor, a delimitação levou em conta certos aspectos e deixou outros possíveis de fora. Para compreendermos as políticas de patrimonialização sempre devemos levar em consideração o caráter temporal e seletivo que este processo pressupõe.

Em seu trabalho sobre o conjunto histórico de Sevilha, Salinas (2008) abordou os impactos e ameaças na proteção patrimonial durante as últimas décadas. Bairros do setor histórico até então pouco atrativos, após o início dos os anos 90 começaram a sofrer pressão do mercado imobiliário. Nas localidades de *San Bernardo* e *San Luis* são citadas como exemplos de áreas que desapareceram uma porcentagem expressiva de edifícios, além da quase total expulsão de populações tradicionais que foram substituídas por classes médias e medias altas (SALINAS, 2008).

Outra mudança levada a cabo na virada dos anos de 1980 e 1990 foi a manutenção das fachadas; porém com profunda alteração da estrutura interna dos edifícios. Assim, Salinas (2008) explica que o típico pátio romano/mouro das residências deixou de ter uso como espaço de sociabilidade para converter-se em lugar de passagem ou para simples entrada de luz, bem como a privatização dos terraços que antes cumpriam funções comunais. Áreas do centro e do sul do centro histórico, mais especificamente o bairro de Santa Cruz, sofreram processos de saída de moradores e de funções tradicionais para dar lugar a comércio e a serviços turísticos. Ainda que em menor quantidade e em casos pontuais, o autor menciona a mudança provocadas por reurbanizações que romperam com a harmonia e a imagem tradicional das ruas e praças históricas. (SALINAS, 2008)

O primeiro documento urbanístico de alcance municipal data de 1946 e teve a importância de permitir a catalogação de edifícios, reunindo informações para o conhecimento da situação dos mesmos e os valores arquitetônicos existentes na cidade antes

que se iniciasse o processo de destruição nos anos sessenta (Salinas, 2008). Porém, o autor enfatiza que esse e os subsequentes planos tinham pouca capacidade de influir positivamente no patrimônio da cidade. Por exemplo, o plano geral de ordenação urbana (PGOU) de 1963 estava muito mais preocupado em resolver aspectos de moradia e infraestrutura do que em proteger o patrimônio histórico (SALINAS, 2008).

Vale sublinhar que a preocupação de preservação/patrimonialização ainda era algo relativamente recente na história, tendo como um dos marcos a criação da Comissão de Monumentos Históricos em 1837, na França (CHOAY, 2006). Assim, na época, encontrar políticas de proteção de conjuntos históricos, não apenas de edifícios pontuais, era pouco frequente.

Em 1985 foi aprovada na Espanha uma nova lei nacional visando a proteção dos seus bens culturais, em substituição à *ley de Tesoro Artístico Español*. A antiga lei de 1933 não conseguiu impedir a grande devastação ou modificação de centros históricos muito por conta das consequências da nefasta guerra civil (1936-1939) e pela prolongada ditadura franquista (Salinas, 2008). A alteração impôs aos municípios com conjuntos históricos declarados a obrigação de planos especiais para sua proteção. Neste contexto, a municipalidade de Sevilha aprovou em 1987 um novo PGOU que possuía um inventário de edifícios que mantinham um importante grau de proteção sobre o casario do conjunto histórico mediante cinco categorias de proteção, a saber: integral, global, parcial nível I, parcial nível II e ambiental. Dos pouco mais de 10.000 edifícios que conformam o setor histórico, mais de 7.000 passaram a possuir algum tipo de política de proteção.

Salinas (2008) destaca que um dos marcos mais importante para a consolidação da proteção do setor histórico da cidade foi a sua delimitação geográfica em 1990, depois de um longo processo que se arrastou desde 1982. Como desdobramento da criação da *Ley de Patrimonio Histórico de Andalucía* (1991), em 1994 houve um considerável avanço com a elaboração do *Avance del Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Sevilla*. O ponto de inflexão deste novo documento foi de não criar um plano especial para todo o setor histórico (composto por 215 edifícios monumentais, 67 bens de interesse cultural e 3 bens incluídos na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO), mas de compreendê-lo como um espaço complexo e não homogêneo, criando 27 unidades de planejamento específico (Salinas, 2008). O último PGOU da cidade foi concluído em 2006 e pode ser entendido como uma continuidade do anterior.

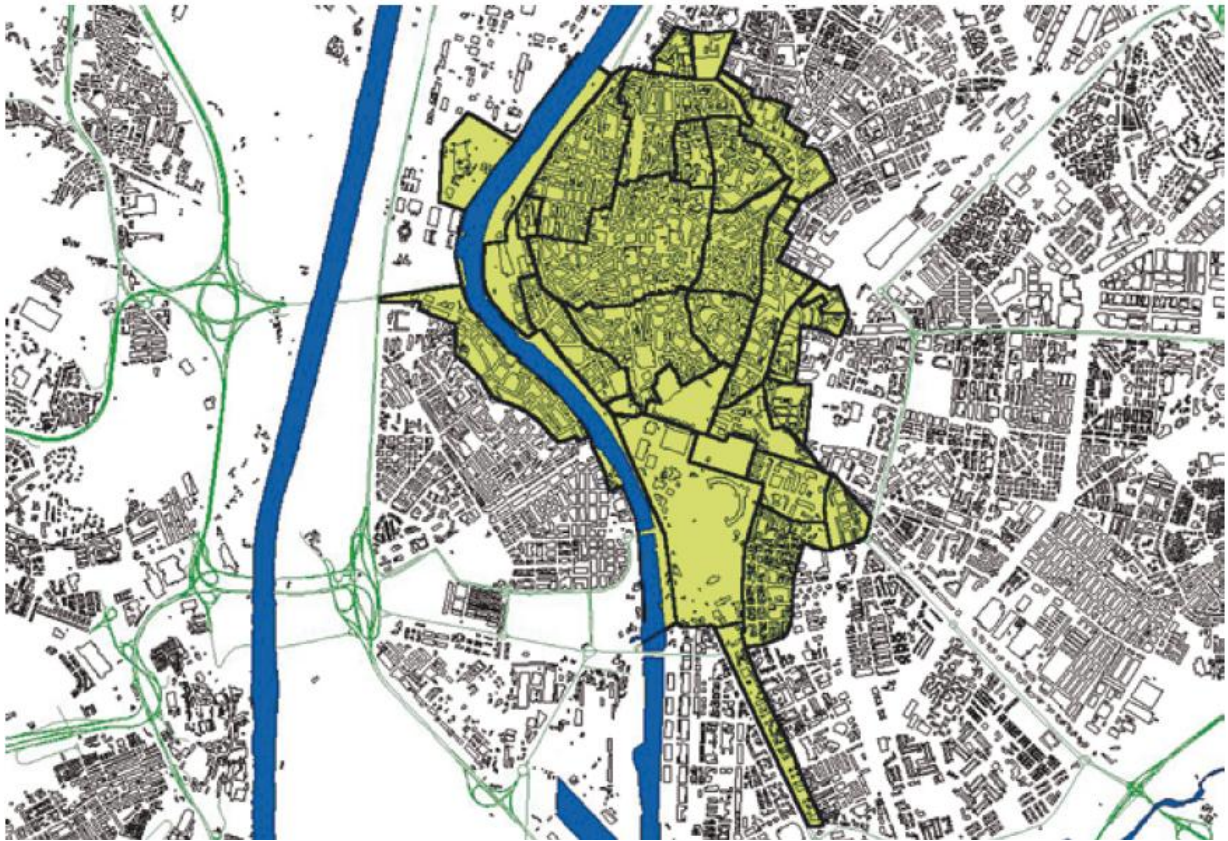


Fig. 10 – Delimitação do conjunto histórico de Sevilha deita na década de 1990. Salinas, 2008.

Salinas (1993) afirmou que em meados da década de 1980 o papel que Sevilha passou a ter como capital regional da Andaluzia foi decisivo para o seu desenvolvimento frente às demais cidades andaluzas. A recuperação econômica da Espanha a partir da entrada na União Europeia (1986) e a decisão de celebrar a Exposição Universal de 1992 abriram um processo de forte transformação urbana. Segundo Guerrero & López (2012), a organização deste evento proporcionou grandes aportes de investimento, sendo construídas novas infraestruturas públicas que melhoraram consideravelmente a rede de transportes e de espaços culturais. Paralelamente, se assistiu uma intensa inversão de capitais estrangeiros em atividades do setor terciário e geração de empregos.

Interessante pontuarmos que neste período que antecede a EXPO 92, foram necessárias mudanças nos planos urbanos da cidade tendo em vista a construção de pavilhões e outras infraestruturas (BRAVO, 2010). Uma grande área vizinha ao centro histórico, até então desocupada, passou a dar lugar a novas instalações modernas, conformando uma morfologia urbana e uma paisagem bastante diferente do restante da cidade.

Para Díaz (2010), a Exposição Universal pode ser considerada como uma grande operação de *marketing urbano*, supondo a incorporação da cidade às redes da nova economia pós-fordista e terceirizada, e as novas estratégias de promoção da cidade: “*el resultado fue la conformación de una ciudad nueva en la que se concentraron, en pocos años, recursos que solventaron carencias que habían acuciado su desarrollo urbano y que marcarán este periodo y la historia reciente de la ciudad*”. (GUERRERO & LÓPEZ, 2012. p. 68)

2.2 – A categoria de Patrimônio Mundial da UNESCO

Assim como outras cidades europeias, o centro histórico é um dos setores da cidade mais valorizado sob o ponto de vista econômico. Sem dúvida, um dos fatores que contribuiu para este fator foi a concessão de Patrimônio Mundial em 1987 ao conjunto de três edifícios lá situados. Como apontam Bandarin & Oers (2014), áreas urbanas históricas geram renda muito mais elevada em relação a áreas isentas de significado histórico cultural. A proximidade a monumentos e a sítios de importância mundial conferem maior visibilidade ao espaço geográfico, propiciando a existência de serviços de alto nível e estimulando aluguéis ou vendas a preços mais altos. Portanto, o “carimbo” da UNESCO, sob o ponto de vista geográfico, confere aos espaços que abrigam bens listados um regime de visibilidade diferenciado, estimulando e potencializando várias atividades econômicas, com grande destaque o turismo.

Le oltre 250 ‘città storiche’ inserite nella Lista del patrimonio mondiale generano benefici socioeconomici molto significativi a livello locale e nazionale, e non solo attraverso il turismo, ma anche attraverso altre funzioni. Per esempio, Salisburgo (Austria) è abitata solo dal 6% della popolazione del paese, ma genera il 25% del prodotto interno netto. (BANDARIN & OERS, 2014. p. 167)¹⁸

O tratado de caráter internacional que instituiu a categoria de patrimônio mundial da UNESCO¹⁹ foi criado e assinado em 1972 através da *Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Desde então, a instituição vinculada à ONU tenta promover a identificação, a proteção e a preservação dos patrimônios culturais e naturais considerados

¹⁸ As 250 ‘cidades históricas’ presentes na lista do patrimônio mundial geram benefícios socioeconômicos muito significativos tanto a nível local, como nacional. E não apenas em relação ao turismo, mas também a outras funções. Por exemplo, Salzburgo (Áustria) possui apenas 6% da população do país, mas corresponde a 25% do PIB. *Tradução nossa*.

¹⁹ “A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) teve sua constituição assinada em Londres em 1945, sendo de fato implementada em 1946, visando a cooperação internacional nas áreas de educação, cultura e meio ambiente. Ela possui como órgão supremo a Conferência Geral, composta pelos Estados membros, reunindo-se a cada dois anos para aprovação do seu programa, orçamento e documentos substanciais” (Ribeiro, 2007. p. 34)

únicos e valiosos para a humanidade. Na verdade, através desse título se qualificam os bens tidos possuidores de “valores universais excepcionais”. Apenas para mencionar, existem três categorias que variam de acordo com a função de suas características: bens culturais, bens naturais e bens mistos. Atualmente, existem 759 bens culturais, 193 naturais e 29 mistos.²⁰

De acordo com a Convenção de 1972²¹, a classificação procura atender as possíveis manifestações humanas por meio dos bens culturais imóveis, os monumentos e os conjuntos realizados exclusivamente pelo homem, além dos lugares notáveis, realizados de modo conjunto com a natureza. Silva (2012) explica que os conjuntos, ou sítios culturais, “são os locais que agregam os bens culturais considerados de grande valor ao lado daqueles de menor expressão. Nesse item procura-se conservar todo o conjunto onde o homem habita e manifesta suas realizações” (SILVA, 2012. p. 90)

Até o momento, 190 países assinaram o documento, reconhecendo os lugares e bens inscritos, sem prejuízo à soberania nacional ou a propriedade e gestão dos bens inscritos, sendo que cabe aos signatários a competência de indicar os bens candidatos ao título (RIBEIRO, 2007). Podemos afirmar que até certo ponto esta chancela funciona como uma espécie de “grife” ou “marca” concedida pela instituição, uma vez que a efetiva proteção e gestão dependem muito mais da criação de políticas e ações levadas a cabo instituições nacionais ou locais de patrimônio que atuam nos países. Por outro lado, graças a esta convenção, Silva (2012) afirma que se pode proteger e dar maior visibilidade a bens com valor cultural ou natural que estavam deteriorados ou com risco de desaparecimento pela falta de recursos para sua preservação.

Países que não conseguem garantir a existência dos mesmos ou que não garantem a conservação podem entrar na lista de ‘patrimônios em perigo’ e, posteriormente, perder o título. Como salienta Azedine Beschouch²² (*apud* SILVA, 2012), a inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo não constitui uma sanção, senão a constatação de que o bem carece de medidas de salvaguarda e meios para garantir os recursos necessários (Silva, 2012). Assim, o bem listado passa a outra categoria, tendo assistência diferenciada ante os demais. De acordo com a Convenção de 1972, as hipóteses que motivam a inscrição na lista em perigo são:

²⁰ Ministério da Educação, Cultura e Esportes da Espanha. Disponível em <http://eu.www.mcu.es/patrimonio/MC/PatrimonioMundial/Origenes.html> (acessado em 21/10/15)

²¹ *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf> (Acessado em 02/03/2016)

²² Relator do Comitê do Patrimônio Mundial.

ameaça de desaparecimento devido à degradação acelerada; projetos de grandes obras públicas ou privadas. Rápido desenvolvimento urbano e turístico; destruição devida à mudança de utilização ou de propriedade da terra; alterações profundas devidas a uma causa desconhecida; abandono por quaisquer razões; conflito armado que haja irrompido ou ameace irromper; catástrofes e cataclismos; grandes incêndios; terremotos; deslizamentos de terrenos; erupções vulcânicas; alterações do nível das águas; inundações e maremotos (UNESCO, 1979)²³.

Uma vez proposta a inscrição na lista de patrimônio mundial em perigo, o Comitê da UNESCO passa a adotar um programa de meios corretivos para a salvaguarda do bem desde que o Estado signatário seja consultado. Da mesma maneira, são solicitadas informações sobre o real estado do bem, os perigos que o ameaça e a real possibilidade de medidas protetoras. Além disso, o Comitê pode enviar uma missão de observadores qualificados, costumeiramente do ICOMOS, para realizarem uma avaliação.

Silva (2012) explica que a decisão de exclusão do bem da lista do patrimônio mundial é admissível em duas hipóteses: primeiro, quando o bem se deteriora e perde suas características que deram a causa da inscrição ou quando o bem e suas características forem ameaçadas pela ação do homem e os meios corretivos necessários apresentados pelo país signatário da Convenção não os executa no prazo estipulado (Silva, 2012).

O não cumprimento das obrigações significa a ruptura do pacto de compromissos mútuos, um dos fundamentos teóricos da Convenção (...), [que] compreende uma relação entre Estados e comunidade internacional, que se obrigam a proteger o patrimônio cultural da humanidade. (...) O rompimento desse pacto legitima a comunidade internacional (...) a excluir o bem cultural da Lista do Patrimônio Mundial e a se abster de prestar a cooperação internacional. (Silva, 2012, pp. 118-119)

Ainda que até início de 2012 trinta e cinco bens estivessem inscritos na lista de patrimônios em perigo, o autor confirma apenas dois bens foram excluídos e perderam a chancela da UNESCO. O primeiro ocorreu em 2007, em virtude da construção de empreendimentos que levaram a redução do território e a perda da integridade do *Arabian Oryx Sanctuary* (Omã) e que colocaram sob ameaça diversas espécies da fauna e da flora da região. O segundo em 2009, quando houve a retirada de *Desden Elbe Valley* (Alemanha) devido à construção de uma ponte que teria acarretado um dano irreversível ao bem e consequente perda da sua integridade (SILVA, 2012).

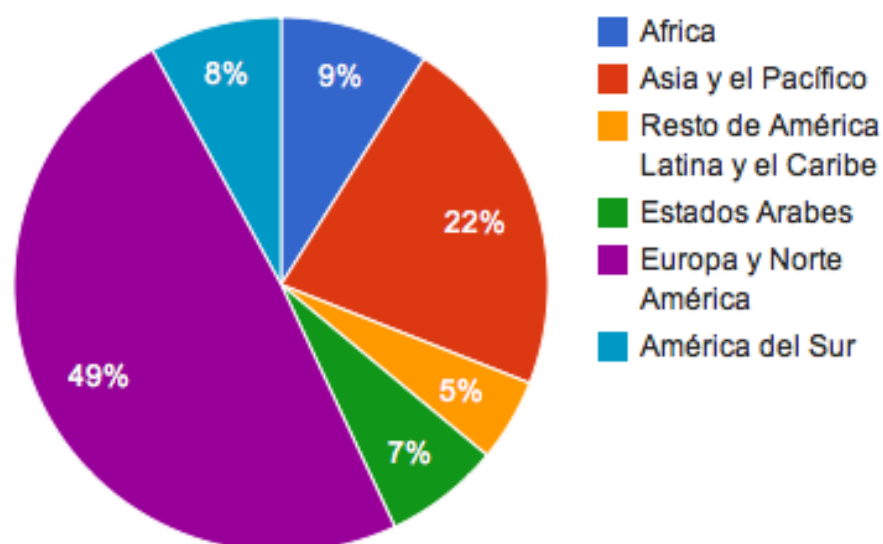
Geograficamente, podemos perceber que há uma notável concentração na distribuição dos bens listados no grupo de países composto por Europa e América do Norte, que somam

²³ *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/imagenes/0013/001333/133369por.pdf> (Acessado em 02/03/2016)

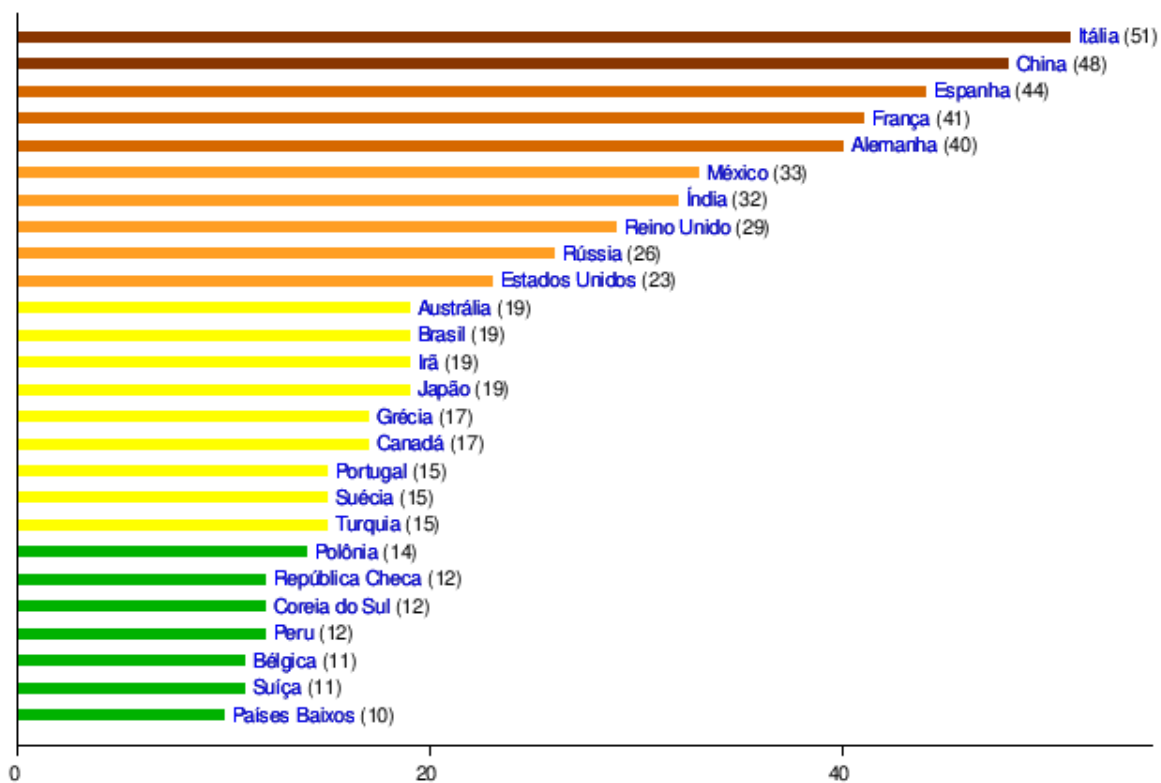
49% de todos os registros. Já os demais 51% se distribuem pelo restante do mundo, sendo que 22% estão na região Ásia-Pacífico, 13% na América Latina e, na África, 9%. Dentro dos 13% que se apresentam na América Latina, 8% pertencem à América do Sul e 5% ao resto da América Latina e Caribe. Esses números não são à toa. Submeter uma candidatura junto à UNESCO necessita possuir um corpo técnico especializado que produza uma narrativa e justifique a candidatura. Igualmente, não são todos os países que possuem um conjunto de legislações e de instituições consolidadas, portanto uma política patrimonial, que organizam e gestionam os seus bens.

Gráficos 1 e 2 –Número de bens inscritos na lista do patrimônio mundial da UNESCO por país(por região e por país, respectivamente). (UNESCO)²⁴

Patrimonio de la Humanidad por Región



²⁴ UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/stat> (acessado em 20/02/2016)



Desde a sua criação da categoria em 1972, notamos que se conformou a ideia de *patrimônio da humanidade*, pretensiosamente partilhado e apreciado por todos. Vale ressaltar mais uma vez que o título da UNESCO leva em conta certas noções e concepções sobre o que é patrimônio. Como já discutimos anteriormente, isso implica pensar que esta lista não é imóvel, imodificável ou dado da realidade (RIBEIRO, 2007). Ela expressa visões de mundo de um dado momento, bem como de paradigmas os quais os técnicos e especialistas estão tributários. Ribeiro (2007) chamou atenção para este aspecto ao mostrar como que o texto da convenção de 1972 foi marcado pelo antagonismo entre as categorias *cultural* e *natural*.

Essa divisão refletia a ideia de que, para muitos dos conservacionistas da natureza, quanto menos interferência humana houvesse numa área, melhor seria qualificada (...) Na verdade, essa concepção refletia a própria origem bipartida da preocupação com o patrimônio mundial, oriunda de dois movimentos separados: um que se preocupava com os sítios culturais e outro que lutava pela conservação da natureza. (RIBEIRO, 2007. p.38)

Silva (2012) destacou que nos primeiros anos da aplicação da Convenção, a interpretação do critério “autenticidade” do bem havia sido realizada com base numa perspectiva europeia de salvaguarda. Ela foi interpretada no sentido de que um bem autêntico seria aquele que manteve as características exteriores inalteradas ao longo do tempo,

principalmente no que concerne às edificações urbanas, ficando preterida a preocupação se a função original se mantinha ou não.

“[Foi incorporada] a relação entre ‘autenticidade’ e diversidade cultural’, por meio da qual não existe um critério ou diversos critérios fixos sobre a definição de ‘autenticidade’, pois ela também deve ser avaliada no contexto cultural de cada sociedade. Assim, verifica-se a concepção de uma fórmula conciliatória e mais próxima da universalidade (...). (SILVA, 2012. p. 100)

Segundo o mesmo autor, essa interpretação é tributária da Carta de Veneza (1964) e foi tida como um dos princípios fundamentais para a proteção patrimonial. Por conta dessa visão sobre o que seria autenticidade, a UNESCO rejeitou a inscrição de bens com estrutura de madeira, adobe e outros materiais frágeis uma vez que são facilmente degradáveis e necessitam de substituição contínua (SILVA, 2012). A instituição teve que rever seus critérios em casos da inscrição de centros históricos que foram destruídos (por conta de guerras) e reconstruídos, além da especificidade cultural do Japão de construir estruturas em madeira. Assim, a “autenticidade” passou a ser conferida pela transmissão para as futuras gerações do *savoir-faire* desenvolvido para reconstruírem ciclicamente os seus templos e monumentos. Como consequência, a partir de 1994, a UNESCO e o ICOMOS aprovaram a Declaração de Nara e incorporaram novos princípios sobre a autenticidade. Portanto, com esse exemplo de alterações e incorporações dessas novas perspectivas por parte da maior instituição de patrimônio do mundo, comprovamos a premissa de que o que chamamos de ‘patrimônio’ e suas justificativas sempre serão narrativas construídas baseadas em seleções e critérios que podem variar no tempo e no espaço.

2.3 A inscrição sevilhana na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO e as narrativas/justificativas patrimoniais

Mesmo a Lista sendo criada no início da década de 1970, foi a partir da década de 1980 que a Espanha passou a submeter suas candidaturas ao título de patrimônio mundial. Vale lembrar que em 1985 foi criada no país uma nova lei nacional de proteção dos bens culturais, impondo aos municípios com conjuntos históricos a obrigação de planos especiais para sua proteção. Nesse sentido, a preocupação com a catalogação, gestão e proteção desses sítios tornou-se uma política de Estado, tendo como uma das consequências a submissão de diversos pedidos junto à UNESCO. Não nos resta dúvida de que uma das maiores motivações

do Estado Espanhol tenha sido a promoção do turismo, conferindo maior visibilidade aos sítios ou bens tombados para a futura consolidação do país como um dos principais destinos turísticos da Europa.

Portanto, desde a década de 1980, quinze cidades espanholas (Alcalá de Henares, Ávila, Cáceres, Córdoba, Cuenca, Eivissa, Mérida, Salamanca, San Cristóbal de La Laguna, Santiago de Compostela, Segovia, Tarragona e Toledo) passaram a formar o grupo *Cidades Patrimônio da Humanidade*, dentro da sua lista do Patrimônio Mundial²⁵. Somente a Espanha possui 44 bens listados, sendo o terceiro país com maior número de lugares inscritos na lista de Patrimônio Mundial, atrás somente de Itália (51) e China (48).

Como vimos, o Comitê da UNESCO formulou os conceitos de *momento, conjuntos e lugares notáveis*. Assim, como veremos mais adiante, Sevilha submeteu a inscrição de três bens, não de todo o seu conjunto histórico, ainda que tenha um dos maiores centros históricos do país. Outra cidade que seguiu pelo mesmo caminho foi Barcelona, que listou apenas as obras de Gaudí em 1984, com uma atualização em 2005. É importante termos em mente essa diferenciação no caso de Sevilha, pois ela talvez nos seja útil para pensarmos aos posteriores eventos que a cidade albergou, além dos desdobramentos que a não inclusão de todo seu sítio histórico pode tido no episódio da construção do arranha-céu.

Foi submetida à candidatura ao título da UNESCO o conjunto arquitetônico composto por três edificações localizados no *Casco Antigo*, a *Catedral* (Catedral de Santa Maria da Sede), os *Reales Alcázares de Sevilla* e o *Archivo General de Indias*. De acordo com a descrição dos bens reconhecidos em 1987, temos:

Os três edifícios formam um conjunto monumental admirável no coração de Sevilha. A Catedral e o Alcázar são testemunhos excepcionais da civilização almôada e da Sevilha cristã, cuja arte estava muito impregnada de influência moura desde a reconquista da cidade (1248) até o século XVI. O antigo minarete da Giralda, obra prima da arquitetura moura, se ergue ao lado da catedral. Esta igreja de cinco naves é o maior edifício gótico da Europa e abriga a colossal sepultura de Cristovão Colombo. Na antiga praça do comércio (Lonja), convertida em Arquivo das Índias, se conservam documentos inestimáveis das colônias espanholas nas Américas. (ICOMOS, 1986)²⁶

²⁵ Sítio eletrônico *Ciudades Patrimonio*. Disponível em:

<http://www.ciudadespatrimoniopaccesibles.org/paginas/ciudades-patrimonio> (acessado em 15/03/2016)

²⁶ Tradução nossa do original: *Estos tres edificios forman un conjunto monumental admirable en el corazón de Sevilla. La Catedral y el Alcázar son dos testimonios excepcionales de la civilización almohade y de la Sevilla cristiana, cuyo arte estuvo muy impregnado de la influencia mora desde la reconquista de la ciudad (1248) hasta el siglo XVI. El antiguo minarete de la Giralda, obra maestra de la arquitectura almohade, se yergue al costado de la catedral. Esta iglesia de cinco naves es el edificio gótico más grande de Europa y alberga la colosal sepultura de Cristóbal Colón. En la antigua lonja, convertida en Archivo de Indias, se conservan fondos documentales inestimables de las colonias españolas en América.* UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/383> (acessado em 27/08/15)



Fig.11 – À esquerda, a Catedral de Sevilha e à direita, o Arquivo Geral das Índias.²⁷

Não diferente dos demais sítios, os bens de Sevilha para serem reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio Mundial, foi necessária a justificativa de “Valor Universal Excepcional”. Assim, de acordo com a avaliação dada pelo ICOMOS (1986), o conjunto monumental dos três edifícios constitui um testemunho notável das principais etapas da história urbana da cidade (islâmica e católica-cristã), sendo que cada um dos monumentos está associado a um processo de ocupação e desenvolvimento da cidade.²⁸

De acordo com a instituição, o palácio dos *Reales Alcázares* simbolizam o poder da ocupação moura (712-1248). Seu núcleo original foi construído no século X como o palácio do governador muçulmano, sendo que ainda hoje é utilizado como residência da família real espanhola na cidade, mantendo assim a mesma finalidade para a qual foi originalmente destinado: residência de monarcas e chefes de Estado. Construído e reconstruído a partir do início da Idade Média, é composto por um grupo de edifícios palacianos e extensos jardins.

²⁷ UNESCO. Imagens disponíveis em: <http://whc.unesco.org/en/list/383/gallery/> (acessado em 27/08/15)

²⁸ UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/383alminar> (acessado em 21/10/15)



Fig.12 - Interior do Real Alcázar²⁹

A Catedral foi fundada em 1403 no mesmo local onde havia a antiga mesquita da cidade árabe. Interessante notar que se aproveitou a sacralidade do lugar; erguendo-se no mesmo ponto uma igreja cristã. Inicialmente construída em estilo gótico, posteriormente, nos séculos seguintes, foram acrescentadas outras partes renascentistas. Assim, como muitas outras construções religiosas de grande porte, foi sendo erguida e trabalhada ao longo do tempo, no caso, através de sete séculos. Sua opulenta arquitetura conta com cinco naves e é considerada o maior edifício gótico da Europa e terceira maior igreja (em área construída). A sua torre sineira (campanário), denominada de Giralda, era o antigo minarete da mesquita muçulmana que acabou sendo incorporado pela construção católica (ICOMOS, 1986). Uma obra-prima da arquitetura moura, que durante muito tempo foi considerada a construção mais alta Península Ibérica (104 metros de altura), é um notório exemplo da materialização do sincretismo cultural.

²⁹ UNESCO; Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/383> (acessado em 21/09/2015)



Fig.13 – Em destaque, *La Giralda*, antiga torre da mesquita moura construída no final do século XII, posteriormente incorporada como campanário da catedral gótico-renascentista. Possui 104 metros de altura.³⁰



Fig.14 – À esquerda, a primitiva torre moura da mesquita maior de Isbiliya, possuía 82 metros. À direita, já tomada pelos invasores castelhanos, agregou-se o sino cristão de modo a converter-se num campanário. Ao centro, a torre como se conhece hoje, com remate renascentista, obra do arquiteto cordobés Hernán Ruiz, realizado entre os anos de 1560 e 1568, alcançando a altura de 104 metros.³¹

³⁰ UNESCO. Disponível em: <http://en.unesco.org/> (acessado em 21/09/2015)

³¹ Blog Der Polingano.com. “La Giralda: Antiguo Alminar de La Mesquita Mudejar de Isbiliya”. Disponível em: <http://derpolingano.blogspot.com.br/2010/11/la-giralda-antiguo-alminar-de-la.html> (publicado em 20/10/2010 - acessado em 21/10/15)

A antiga *Casa Lonja de Mercaderes de Sevilla*, atual Arquivo Geral das Índias, construída na época de Felipe II - entre 1584 y 1598 - por Juan de Mijares, sobre planos de Juan de Herrera, foi escolhida desde o século XVIII como arquivo para abrigar os documentos mais valiosos e importantes da América Espanhola. Foi criado exatamente em 1785 por iniciativa do rei Carlos III visando centralizar num único lugar a documentação referente às colônias espanholas que até então se encontrava dispersa por diversos arquivos em Simancas, Cádiz e Sevilha.

De acordo com a descrição dos bens inscritos no sítio eletrônico da UNESCO³², a Catedral e o Arquivo das Índias simbolizam uma cidade que se tornou a capital do comércio com as Índias durante dois séculos, visto seu porto detinha o monopólio do comércio com as Américas. Assim, durante esse período, Sevilha foi o centro da monarquia espanhola e desempenhou um papel importante na colonização da América Latina após a sua descoberta por Colombo (vale destacar que seu túmulo encontra-se na Catedral, ainda que tenha havido durante um tempo controvérsias³³). A Sala dos Almirantes (salão *Admirals*) no Alcázar foi sede da Casa de Contratação (Casa do Comércio), a partir da qual o monopólio com as Índias era operado, e de onde foi decidido a realização de algumas das expedições mais importantes de exploração e descoberta desse período. A justificativa de inscrição de patrimônio mundial apresentada pelo ICOMOS (1986) baseou-se nos seguintes critérios (tabela 1):

Tabela 1. Critérios e justificativas dos bens sevilhanos utilizados na inscrição na Lista do Patrimônio Mundial em 1987.³⁴

Critério (i)	A Giralda é uma realização artística única, uma obra prima da arquitetura Almôada (Moura). A enorme catedral com cinco naves que substituiu a mesquita é o maior edifício gótico na Europa. O espaço elíptico do Cabildo, criado por Hernán Ruiz, é uma das mais belas criações arquitetônicas do Renascimento
---------------------	--

³² UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/383alminar> (acessado em 21/10/15)

³³ *Jornal Público*. “Análises de ADN confirmam que são de Colombo os ossos sepultados em Sevilha”

Disponível em: “<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/analises-de-adn-confirmam-que-sao-de-colombo-os-ossos-sepultados-em-sevilha-1266006> (publicado em 02/08/2006 - acessado em 22/10/2015)

³⁴ Transcrição integral da tabela produzida pelo ICOMOS, 1986. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/383alminar> (acessado em 21/10/2015)

<p align="center">Critério (ii)</p>	<p>A Giralda influenciou a construção de muitas torres na Espanha e, depois da conquista, na América.</p>
<p align="center">Critério (iii)</p>	<p>Catedral - o maior edifício religioso em estilo gótico da Europa - e o Alcázar de Sevilha são um testemunho excepcional da civilização Almóada e da Andaluzia Cristã, todos imbuídos com influências mouriscas da reconquista espanhola em 1248.</p>
<p align="center">Critério (vi)</p>	<p>A Catedral, o Alcázar e a Lonja estão diretamente e materialmente associados a um evento universal: a descoberta do Novo Mundo por Cristóvão Colombo em 1492/1493 e a colonização da América Latina. O túmulo de Cristóvão Colombo na Catedral. Os planos de alguns das maiores explorações da história foram preparadas no Admirals Hall (Sala de los Almirantes), incluindo a circunavegação do globo por Magellan e Sebastián Elcano (1519-1522) . E na Lonja são conservados os arquivos mais valiosos das colônias espanholas americanas.</p>

Em relação às medidas necessárias para a proteção e gestão do conjunto histórico, temos (ICOMOS, 2010): a manutenção do *Valor Universal Excepcional* é garantida através de mecanismos de proteção individuais que estão em vigor para cada uma das propriedades listadas. Os três edifícios beneficiam-se dos mais elevados níveis de proteção que existem na legislação de patrimônio, tanto a nível regional, quanto nacional, tendo sido declarado "Bem de Interesse Cultural" na categoria de Monumentos.

Também está garantida a conservação de edifícios individuais associados ao comércio espanhol na América, espalhados pelo coração histórico da cidade que servem como cenário urbano aos três monumentos e como características gerais do ambiente urbano. Cumprindo a exigência legal para a existência de planos e catálogos para a sua proteção, esta área urbana

específica como um todo foi declarada Imóvel de Interesse Cultural pela *Junta de Andaluzia* (esfera política regional). Dada a enorme extensão do conjunto histórico, os planos de proteção foram elaborados pela prefeitura de acordo com setores homogêneos. Estes Planos Especiais e Catálogos, juntamente com o Plano Geral de Ordenação Urbana (PGOU) que entraram em vigor em 2006, estabeleceram em 2010 as medidas adequadas para a proteção do ambiente imediato da propriedade, incorporando zona tampão ou de amortecimento elaborada em 1990.

De modo a concluir, podemos sublinhar alguns aspectos referentes à inscrição de Sevilha junto à UNESCO. Primeiro, a patrimonialização em questão é um processo de atribuição de valor excepcional fundamentado sobremaneira nos aspectos históricos. Como consequência, podemos inferir que a narrativa patrimonial (RIBEIRO, 2013) se legitima numa narrativa histórica, centrada na morfologia do seu centro histórico e na importância, também histórica, dos três objetos inscritos.

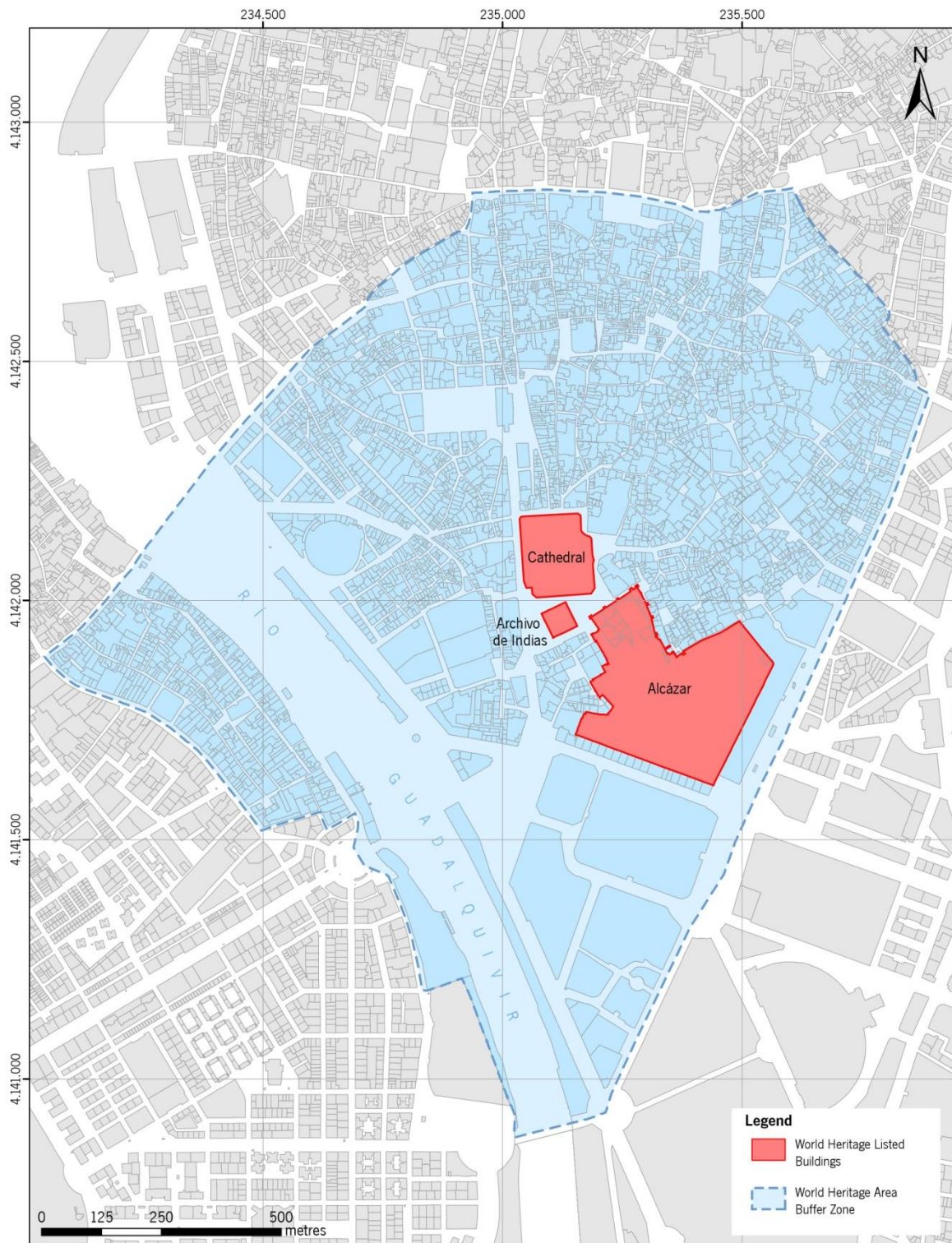
Sevilha não é um povoado interiorano, ou uma cidadela majoritariamente medieval, senão a quarta maior capital da Espanha e composta por vários setores modernos (expandidos e ocupados pós século XX). Contudo, apesar de possuir atividades econômicas dinâmicas relevantes³⁵, ser um nó importante na rede urbana espanhola, além de ser o principal centro político da Comunidade Autónoma, ter uma região metropolitana de mais de 1,5 milhões de habitantes, é através do seu centro histórico que a cidade se projeta turisticamente e constrói sua identidade. Logo, seu espaço patrimonial, que compõe apenas uma pequena área em comparação a toda malha urbana da metrópole, torna-se símbolo da cidade, funcionando como uma verdadeira *metonímia geográfica*, conceito que veremos mais adiante.

Vale-se frisar que o ato de tomba³⁶, deve ser entendido como uma ação política (seja o poder público representado pela esfera municipal, estadual, ou nacional) de reconhecimento de algo material como patrimônio cultural. Assim, é importante dar-mo-nos conta do caráter não-arbitrário e contextual do seu significado. Françoise Choay (2006), autora que possui farta obra sobre a discussão em torno do patrimônio, destaca que esta preocupação de preservação de formas materiais para futuras gerações é relativamente recente na história dos

³⁵ A cidade sedia uma fábrica de aviões militares da empresa francesa Airbus. *Air Bus Group*. Disponível em: <http://www.airbusgroup.com/int/en/people-careers/Our-locations/Sevilla.html> (acessado em 19/10/15)

³⁶ O termo tombamento é um termo exclusivo da legislação brasileira, não utilizado sequer em outros países de língua portuguesa. Entretanto, o utilizamos aqui num sentido mais geral como sinônimo de ação de reconhecimento e tutela do Estado a bens preservados, equivalente, por exemplo, ao termo *classificação*, utilizado pela legislação portuguesa, ou *classement*, utilizado na França.

homens, tendo como um dos marcos a criação da Comissão de Monumentos Históricos em 1837, na França (CHOAY, 2006).



Cathedral, Alcázar and Archivo de Indias in Seville (SPAIN).
World Heritage Site and its Buffer Zone.

Property: 12 ha. + 187 ha. (Buffer Zone).

Agency responsible: Andalusian Regional Government, Department of Culture.

Base map: Cadastral map. 2010 february.
Spanish Government, Department of
Economics and Treasury.

Spatial Reference System:
European Datum 1950, Zone 30 North.

Mapa 1 - Mapa com a delimitação da zona tampão (*buffering zone*) entregue à UNESCO em 2010. Vale destacar que no processo de inscrição dos bens listados em 1986/87 não foi exigido a criação desse perímetro, pois os mesmos foram inscritos individualmente. A instituição internacional somente exigiu de Sevilha a delimitação em 2010, após os desdobramentos da construção do arranha-céu. (UNESCO)³⁷

Criar uma política de patrimonialização, tombar ou inscrever, declarar patrimônio, são fruto de escolhas daquilo que se quer preservar, daquilo que se quer contar. A memória sempre é seletiva e é produto da construção de narrativas patrimoniais. Rafael Winter Ribeiro (2013) destaca estas características e afirma que o conceito de patrimônio cultural possui, portanto, um caráter dinâmico e subjetivo (RIBEIRO, 2013).

Na verdade, não se refere estritamente aos bens e objetos, mas sim aos valores atribuídos a eles pela sociedade em determinado período da história. Ou seja, o que chamamos de patrimônio hoje, não necessariamente possuía a mesma compreensão cem anos atrás.

Essa transformação significativa na ideia de patrimônio está relacionada à própria construção das narrativas patrimoniais e a maneira como suas finalidades são encaradas, obtendo forte repercussão no processo de identificação e seleção de bens patrimoniais. (Ribeiro, 2013, p.238)

O reconhecimento de um patrimônio cultural e a escolha de um ou outro objeto a ser tombado, passando a ser protegido e conservado para a posteridade, é essencialmente uma atribuição de valor e esse ato possui caráter seletivo e político. Assim, ao trabalhar e refletir sobre a temática ligada ao patrimônio é importante nos indagarmos, por exemplo, quais são as narrativas patrimoniais construídas. No caso de Sevilha, não nos resta dúvida de que o valor histórico é o elemento central e estarmos atento para isso é fundamental para compreendermos a discussão apresentada a seguir.

³⁷ Disponível Em: <http://whc.unesco.org/en/list/383/documents/> (acessado em 10/03/2016)

CAPÍTULO 3

3.1 - O projeto e a construção da Torre Sevilla

Apenas 35 segundos se tarda en ascender a la 39ª planta de la «Torre Sevilla», El edificio más alto de Andalucía. Desde 180 metros de altura, la capital hispalense se divisa con todo su esplendor. CaixaBank, entidad promotora, presentó ayer a los medios un proyecto que poco a poco los sevillanos han hecho suyo, aunque su construcción no ha estado exenta de polémica.³⁸

Em 2006 a sociedade *Puerto Triana*³⁹ convocou um concurso internacional de arquitetura visando a construção de um edifício para dar lugar a sede da entidade (ICOMOS, 2008). Assim, a pedra fundamental do edifício batizado até então de *Torre Cajasol* foi colocada em 2007, tendo suas obras começando efetivamente somente no início de 2010. Em 2012, o Banco Cajasol foi vendido e o consórcio *Puerto Triana* passou a ser controlado pelo banco catalão CaixaBank. Ainda que primeiro nome oficial do empreendimento tenha derivado do banco o qual pertencia, a construção ficou popularmente reconhecido pelo nome *Torre Pelli*, sobrenome do arquiteto argentino César Pelli, vencedor do concurso.

A construção localizava-se num terreno de 50.000 metros quadrados situado na zona oeste de Sevilha, no bairro de Triana, exatamente limítrofe ao conjunto histórico da cidade - que como já vimos, é juridicamente demarcado e protegido - e a pouco mais de um quilômetro dos bens inscritos na lista do Patrimônio Mundial. Mais especificamente, o empreendimento localiza-se no setor sul da Ilha da Cartuja (*Isla de la Cartuja*), área de expansão urbana da cidade desde o início da década de 1990, onde foram construídas as estruturas e os pavilhões da Exposição Universal de 1992 (EXPO 92).

³⁸ Jornal La Razón. “Desde el cielo de Sevilla”. Disponível em: <http://www.larazon.es/local/andalucia/desde-el-cielo-de-sevilla-FG12055440#Tt1bqKKthn5q7gR> (publicado em 26/02/2016 - acessado em 28/02/2016). Demoram apenas 35 segundos para chegar ao 39º andar da “Torre Sevilha”, o edifício mais alto da Andaluzia. Dos 180 metros de altura, a capital hispalense é avistada com todo seu esplendor. CaixaBank, entidade promotora, apresentou ontem à mídia um projeto que pouco a pouco os sevillanos fizeram seus, ainda que a construção não tenha sido isenta de polêmica. Tradução nossa.

³⁹ A Sociedade Puerto Triana foi constituída em 1998 e desenvolve atividades de promoção imobiliária, sendo especializada em centro comerciais, cultura, lazer, habitação e escritórios. Em 2006 era composta por instituições financeiras que se fundiram (Caja de Ahorros San Fernando de Sevilla y Jerez e Monte de Piedad Caja de Ahorros de Huelva y Sevilla) e deram origem ao Banco Cajasol, hoje pertencente ao banco CaixaBank.

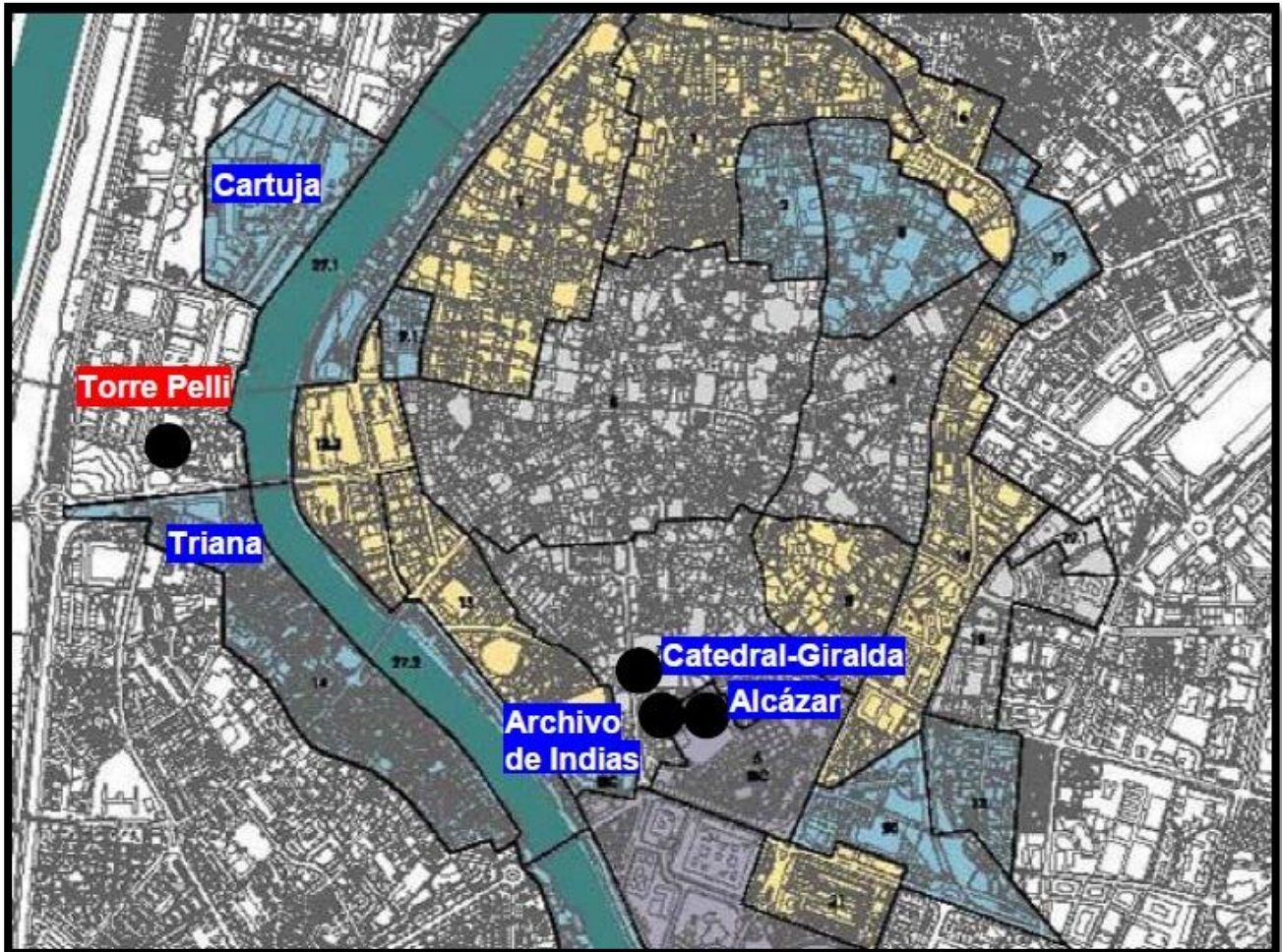


Fig. 15⁴⁰ – Cartograma (escala aproximada 1:32.000) da localização da Torre Pelli ante o conjunto histórico patrimônio mundial da UNESCO (“Catedral-Giralda”, “Alcázar” e “Arquivo das Índias”). São também, mencionados as duas partes não contíguas do conjunto histórico, “Triana” e “Cartuja”. A distância aproximada da torre dos bens listados da UNESCO é de aproximadamente 1.600 metros.

Com muitos atrasos e revisões do calendário de obras - sobretudo como reverberação da crise da economia espanhola que teve seu auge em 2012 e afetou sensivelmente a Andaluzia - no primeiro trimestre de 2015 sua construção chegou aos toques finais e, assim, se converteu oficialmente no primeiro arranha céu da Comunidade Autônoma. Foram erguidos 37 pavimentos que ainda num ritmo lento vão começar neste ano a dar lugar a salas de escritórios, hotel, atividades comerciais e um espaço cultural (*Caixafórum*), além de um mirante. A fachada, já terminada, é composta por vidro e aço protegidos por lâminas de alumínio em cor avermelhada, projetados para diminuir a absorção de calor que atinge elevadas temperaturas que ultrapassam os 40°C nos meses de verão.

⁴⁰ Relatório “Informe sobre la construcción de la torre pelli para Cajasol en Sevilla” (ICOMOS, 2008)



Fig. 16⁴¹ – Aspecto da Torre Sevilla em abril de 2015, já praticamente pronta. (trabalho de campo realizado em 12/02/2016)

A torre pôs fim ao reinado dos 126 metros de altitude das *Torres Hércules de Los Bairros* na cidade de Cádiz (província de Andaluzia)⁴² e se converteu na sétima edificação mais alta da Espanha. A *Torre Cepsa de Madrid* ocupa o primeiro lugar da Península Ibérica, com 250 metros. Para fins de comparação, a Torre Rio Sul, edifício mais alto da cidade do Rio de Janeiro, possui 164 metros de altitude, altura também considerada modesta, longe dos 300 metros da *Gran Torre Costanera de Santiago*, Chile, edifício mais alto do continente sulamericano. Na ilustração a seguir, fica claro a pequenez da Torre Pelli ante outros edifícios consagrados, tal como o Empire State Building (381m), antigas Torres Gêmeas (410 m), Torre Petronas (452m), Taipei Tower (509m) e a Burj Dbai (828m).

⁴² Jornal *ABC de Sevilla*. “[La Torre Pelli, El Edifício Más Alto de Andalucía](http://sevilla.abc.es/sevilla/20150216/sevi-torre-pelli-edificio-alto-201502152030.html)” - Disponível em: <http://sevilla.abc.es/sevilla/20150216/sevi-torre-pelli-edificio-alto-201502152030.html> (publicado 16/02/2015 - acessado em 02/07/2015)

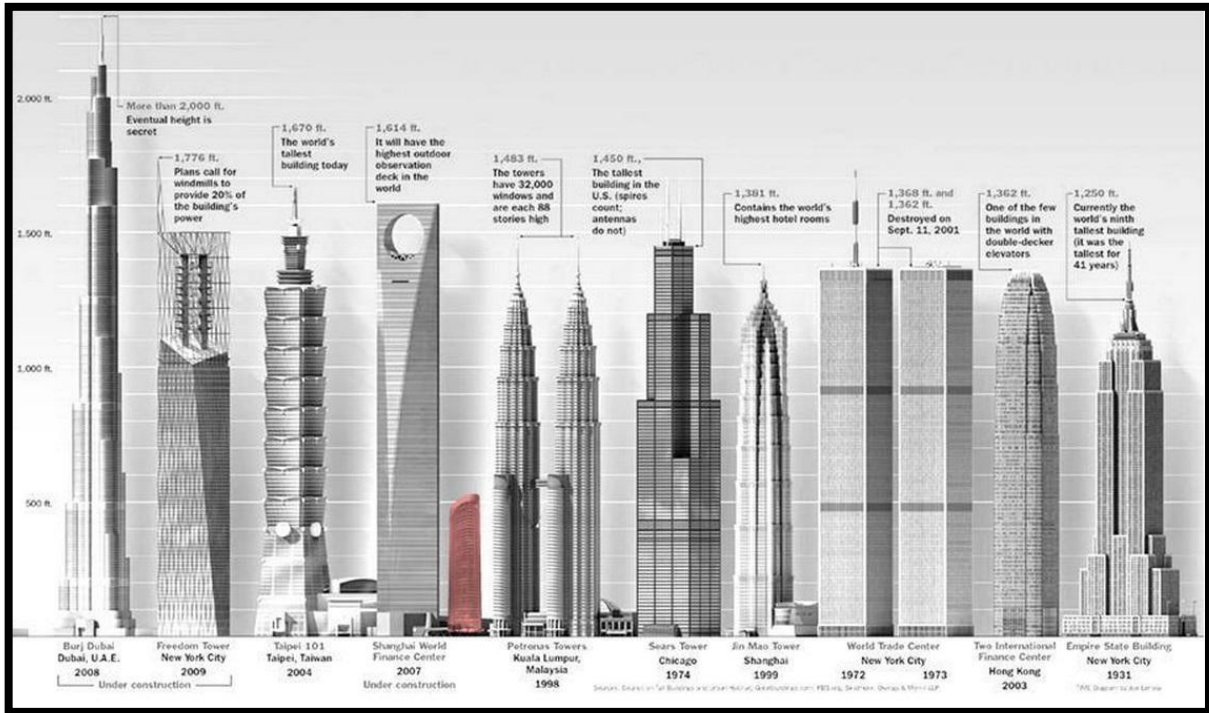


Fig. 17⁴³. Destacada em vermelho, vê-se a *Torre Sevilla*, bem diminuta em comparação às demais estruturas de alturas muito mais expressivas.

3.2 Política local e os projetos arquitetônicos antecedentes à Torre Sevilla

Sob um ponto de vista, a construção da Torre Sevilla pode ser entendida como a resolução de um imbróglio que vinha se desdobrando há alguns anos sobre qual fim dar a uma área da cidade, que desde o término da EXPO 92 estava sendo subutilizada. De localização privilegiada, justo ao lado oeste do centro histórico - ao norte do tradicional bairro de Triana e no eixo viário metropolitano que liga Sevilla aos municípios de Camas e San Juan Aljarafe - a parte sul da *Isla de La Cartuja* há algumas décadas vinha sendo alvo de especulações sobre os possíveis empreendimentos que poderiam ali se instalar e ativar economicamente a zona.

Na avaliação de Ambrosio (2006), o legado da EXPO foi um mau exemplo de estratégia, planejamento, gestão e execução, e consequente subutilização dos equipamentos e terrenos disponibilizados.

[comparando com os Jogos Olímpicos de Barcelona em 1992] Ao contrário, Sevilla é o grande exemplo negativo da história da festivalização, e seus resultados são temidos por quem quer que organize um evento semelhante. A enorme centralização das decisões nas mãos de um comitê federal capitaneado pelas iniciativas do Rei de

⁴³ Disponível em: <https://pbs.twimg.com/media/A5kPc9XCEAAnp5r.jpg:large> (acessado em 02/07/2015)

Espanha marginalizou as autoridades locais, fazendo com que os reflexos das obras para a cidade fossem muito aquém do esperado, gerando inclusive um grande problema urbano ao deixar a enorme área da EXPO sem um uso ou ocupação definida. (AMBROSIO, 2006. p.17).

Guerrero & López (2012) seguem a mesma direção e afirmaram que a falta de estratégia comum entre os setores públicos e privados, provocou o abandono de muitas instalações criadas, gerando um amplo espaço disponível na Isla de la Cartuja, com amplas avenidas e zonas ajardinadas, mas desérticas e subutilizadas. Por outro lado, diferentemente da visão fatalista de Ambrosio (2006), os autores (2012), consideraram que o evento deixou um importante legado para a cidade. Sustentada por investimentos públicos, a EXPO teria contribuído para melhorias nas infraestruturas de comunicações, como de integração com o tecido urbano de amplas zonas da cidade. Assinalam ainda a transformação de parte dos antigos pavilhões em parque tecnológico, a *Cartuja 93*⁴⁴ (GUERRERO & LÓPEZ, 2012).

La realidad arroja un resultado ambiguo. Por un lado, si bien la vertebración de la ciudad se ha visto favorecida en gran medida por las obras entonces acometidas, hoy, su capacidad está agotada, y requieren de una profunda renovación y ampliación. Por otro lado, la Isla de la Cartuja tuvo que transformar su objetivo inicial al no generar el poder de atracción suficiente para que se instalaran en ella entidades vinculadas a la prestación de servicios avanzados a empresas (Idem, 2012. p.69).⁴⁵

Para Guerrero & López (2012), claramente a partir de década de 1990 a política local sevilhana passa a se basear no binômio “macroeventos-megaprojetos” como princípio de mudança e ativação econômica da cidade. Para Dachevsky (2001) num contexto de mundialização onde a competição econômica se dá numa escala e a atração de investimentos se torna cada vez mais difícil, as cidades passam a ser “cidades máquinas” produtoras de bens e serviços urbanos. Na visão do autor, se vendem e se constituem como marcas para inserirem-se na realidade global, para diferenciarem-se e agregarem valor e superar barreiras contra a concorrência. A organização de eventos de todos os tipos, tais como esportivos,

⁴⁴ “Se llevó a cabo la reconversión de las instalaciones de la Expo-92 para crear el Parque Tecnológico Cartuja 93, con el objetivo de generar sinergias en el contexto económico de la ciudad, en segmentos productivos vinculados a las nuevas TIC. Años más tarde, se creó en este espacio el Parque Temático Isla Mágica. Con el paso del tiempo, en la Isla de la Cartuja se ubican distintas facultades de la Universidad de Sevilla y la sede central de la Universidad Internacional de Andalucía, así como distintos organismos públicos y centros de investigación.” (Guerrero & López, 2012. p. 69)

⁴⁵ A realidade lança um resultado ambíguo. Por um lado, enquanto a espinha dorsal da cidade tem sido alimentada em grande parte pelas obras realizadas, em seguida, hoje, a sua capacidade está esgotada, e exigem uma renovação completa e sua expansão. Por outro lado, a Isla de la Cartuja teve que transformar sua meta inicial ao não gerar a atração de energia suficiente para ser instalado nela entidades relacionadas com a prestação de serviços avançados às empresas. *Tradução nossa.*

exposições, centenários, cúpulas internacionais ajudam a consolidar esta marca e a inserir a cidade nas novas redes globais (DACHEVSKY, 2001, *apud* RENAU, 2010).

Sem sucesso, a prefeitura⁴⁶ de Sevilha 1991-1995 candidatou a cidade para ser sede das olimpíadas de 2004 e de 2008. A cidade conseguiu albergar em 1999 os jogos mundiais de atletismo, construindo para a ocasião, na Ilha da Cartuja um estádio olímpico, que atualmente também se encontra subutilizado.

Sem êxito em relação a megaeventos, em meados de 2000, Guerrero & López (2012) salientam que a municipalidade muda de estratégia (ou de escala) e executa projetos arquitetônicos pós-modernos pontuais – realizados por renomados escritórios e arquitetos internacionais - para implantar uma “imagem marca” para a cidade. Envoltos a numerosas polêmicas devido à sua arquitetura exótica, foi construído no coração do *Casco Antiguo* o edifício *Metropol Parasol* (popularmente conhecido como *Setas*, cogumelos em português) do arquiteto holandês Jürgen Mayer. Com um custo total de aproximadamente 86 milhões de euros, a construção se estendeu de 2005 a 2011, tardando mais do que o esperado devido à falta de recursos e a dificuldades na execução do projeto⁴⁷. Além das *Setas*, outro importante projeto seria a nova biblioteca geral da *Universidad de Sevilla*. O desenho escolhido por concurso em 2006 foi assinado pela arquiteta iraniana Zaha Hadid, vencedora do prêmio Pritzker de arquitetura de 2004⁴⁸ e pretendia ser um símbolo da educação da capital sevilhana⁴⁹. Com as fundações já prontas em 2009, a obra foi embargada pelo *Tribunal Superior de Justicia de Andalucía* (TSJA)⁵⁰. Os juízes deram razão à associação dos moradores locais, que denunciaram a ilegalidade do projeto ante a normativa do plano diretor de 2006 e ordenaram a demolição das fundações. Contrário à lei de uso do solo, a construção se dava no terreno dos jardins do *Prado de San Sebastián*, que são protegidos pelo PGOU.

⁴⁶ Mandato presidido pelo prefeito Alejandro Rojas Marcos (Partido Andalucista – PA)

⁴⁷ Jornal *Diario de Sevilla*. “Un proyecto imposible”. Disponível em: <http://www.diariodesevilla.es/article/sevilla/628204/proyecto/imposible.html> (publicado em 10/02/2010 - acessado em 09/03/2016)

⁴⁸ Sítio eletrônico *Arq Bacana*. Disponível em: <http://www.arqbacana.com.br/internal/news/read/1506/pritzker-2004---zaha-hadid> (publicado em 17/02/2012 - acessado em 10/03/2016)

⁴⁹ Jornal *El País*. “Sevilla dice adiós a un ‘zaha hadid’”. Disponível em: http://ccaa.elpais.com/ccaa/2012/08/21/andalucia/1345578059_977298.html (publicado em 24/08/2012 - acessado em 09/03/2016).

⁵⁰ Jornal *El Mundo*. “El TSJA anula la construcción de la biblioteca del Prado y el uso educativo de los jardines”. Disponível em: http://www.elmundo.es/elmundo/2009/06/16/andalucia_sevilla/1245149905.html (publicada em 16/06/2009 - acessado em 09/03/2016)

Segundo a sentença emitida pelo TSJA, o projeto debilita os interesses gerais dos cidadãos e favorece os educativos, algo que não pode primar sobre os primeiros⁵¹.



Fig.18 ⁵²– Perspectiva do projeto Metropol Parasol, localizado na *Plaza de La Encarnación*, exatamente na rua principal que divide o Casco Antigo nas porções norte e sul. Alvo de muitas polêmicas devido à sua arquitetura idiossincrática, hoje o edifício parece estar incorporado à sociabilidade da cidade, sendo um dos principais pontos de partida e de concentração de manifestações e eventos.

⁵¹ Jornal *El País*. “Sevilla dice adiós a un ‘zaha hadid’”. Disponível em: http://ccaa.elpais.com/ccaa/2012/08/21/andalucia/1345578059_977298.html (publicado em 24/08/2012 - acessado em 09/03/2016).

⁵² Sítio eletrônico *The Red List*. “Mayer-Hermann, Jürgen: Metropol Parasol”. Disponível em: <http://theredlist.com/wiki-2-19-879-605-223461-view-mayer-hermann-juergen-profile-mayer-hermann-juergen-metropol-parasol.html> (acessado em 09/03/2016).

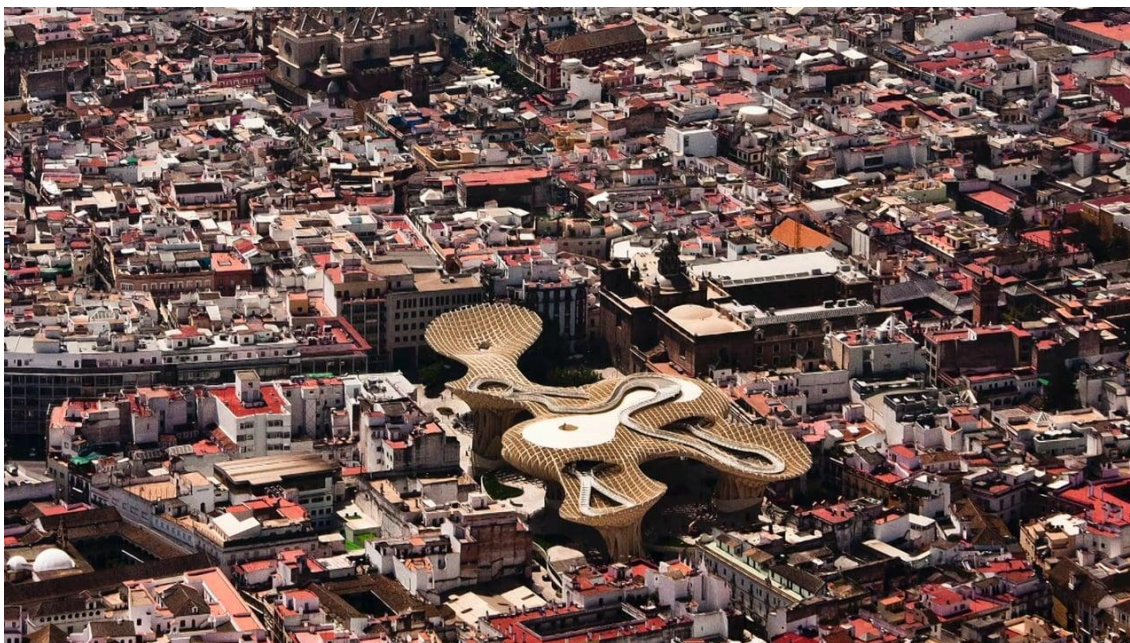


Fig.19 – Nesta outra perspectiva de visualização das “Setas”, podemos perceber a quebra morfológica que a construção provoca em relação ao entorno. Entretanto, a construção possui apenas 26 metros de altitude, adequando-se ao gabarito Centro Histórico.



Fig. 20⁵³ – A construção da nova biblioteca ocupava parte do terreno do parque municipal do Prado. O projeto teria a altura de 25 metros no seu ponto máximo e possuía forma irregular.⁵⁴

⁵³ http://revistacult.uol.com.br/home/wpcontent/uploads/2012/06/Biblioteca_Central_Universidad_Sevilla.jpg (acessado em 09/03/2016).

Como último exemplo de projetos polêmicos que foram feitos com a tentativa de criarem uma “imagem da cidade”, Guerrero & López (2012) apontam a construção da então *Torre Cajasol* como primeiro arranha-céu da cidade a ser constantemente debatido. Contudo, nossa investigação nos permite afirmar que a torre não foi o primeiro projeto de construção de um edifício alto na cidade.

No início dos anos 2000, Marmól (2000) explica que Sevilha estava passando por um episódio similar ao que tinha ocorrido há dez anos antes. No início dos anos 90, foi elaborado um projeto para a construção de uma torre comercial na zona oeste do centro histórico, vizinha à Ilha da Cartuja (300 metros do terreno da atual Torre Sevilha). Num contexto de vésperas da EXPO 92, a linha de trem que margeava o rio Guadaquivir foi desativada, liberando uma grande área do centro para reurbanização. Assim, para a ocupação da antiga área da estação, realizou-se um concurso para a seleção de um projeto, tendo como vencedor um que pretendia construir um hotel, um estacionamento subterrâneo e uma torre comercial de nove andares, que pouco superaria os 30 metros. Os dois primeiros foram executados, contudo a torre não saiu do papel devido à embaraços políticos. Houve troca de governo municipal, sendo num primeiro momento aprovada pela prefeitura; porém, posteriormente embargada, sendo alegado pela municipalidade às restrições urbanísticas que a área possui.

Se abrió entonces el debate sobre la estética de este tipo de edificios en la ciudad histórica. Y la torre, cuyos cimientos todavía existen bajo la plaza que quedó en la zona, murió de ‘muerte administrativa. (MARMÓL, 2000)⁵⁵

Anos depois, em 1999, para o mesmo terreno onde atualmente se encontra a Torre Sevilla, a sociedade Puerto Triana lançou um projeto para a construção de um grande complexo comercial e administrativo na Ilha da Cartuja. O empreendimento teria como principal elemento uma torre comercial de 20 andares e 80 metros, desenhada pelo renomado arquiteto catalão Ricardo Bofill. A previsão de término era o ano de 2003, mas devido aos custos e a viabilidade do projeto também não saiu do papel⁵⁶.

⁵⁴ Agência de Notícias *Europapress*. “La biblioteca universitaria del Prado retrasa a noviembre de 2010 su apertura al público”. Disponível em: “<http://www.europapress.es/sociedad/educacion/noticia-andalucia-sevilla-biblioteca-universitaria-prado-retrasa-noviembre-2010-apertura-publico-20090610174009.html> (publicado em 10/06/2009 - acessado em 09/03/2016)

⁵⁵ Abriu-se então um debate sobre a estética deste tipo de edifícios na cidade histórica. E a torre, cujos cimientos ainda existem debaixo da praça que permaneceu na zona, morreu de morte administrativa. *Tradução nossa*.

⁵⁶ Sítio Eletrônico *EXPO-92*. El proyecto de Bofill para Puerto Triana tendrá una torre de 80 metros junto al Cachorro”. Disponível em: <http://expo92.es/noticias/100-el-proyecto-de-bofill-para-puerto-triana-tendra-una-torre-de-80-metros-junto-al-cachorro> (publicado em acessado em 05/03/2016)

Com a exceção do estádio olímpico, já mencionado anteriormente, instalado ao norteada Ilha da Cartuja, Marmól (2000) destaca que desde a realização da Exposição Universal, Sevilha não construíra nenhuma obra simbólica ou de impacto urbano. No caso, vale destacar que o projeto da Torre Bofill não foi lançado pela sociedade *Puerto Triana* como uma ordinária torre comercial. A instituição financeira tinha como um dos objetivos criar uma referência estética internacional. Assim, o empreendimento deveria ser um complexo que chamasse a atenção dos estrangeiros⁵⁷, sendo a torre o principal elemento simbólico.

De imediato, o projeto de Bofill encontrou dificuldades e entraves para a sua aprovação, sobretudo devido à altura da torre. De acordo com o Plano Geral de Ordenamento Urbano (PGOU) vigente na época, somente se permitia para a zona em questão a construção de edifícios de cinco andares. Contudo, após um acordo entre a *Junta de Andalucía* e o *Ayuntamiento de Sevilla*, foi aberta uma excepcionalidade no PGOU e permitiu-se a ereção de 20 andares⁵⁸. Segundo artigo publicado em *El País*⁵⁹, um dos elementos que contribuíram para a aceitação do projeto foi a altura do empreendimento não ultrapassar os 104 metros da Giralda, fato este destacado pelo então delegado de urbanismo da cidade, Rafael Carmona, que afirmou que “há uma regra não escrita de que a máxima altura não supere a da Giralda”. Já a diretora geral de Ordenação do Território e Urbanismo da Junta da Andaluzia afirmou que a aprovação e a modificação do PGOU foi um exercício claro de que o urbanismo é uma função pública. Além disso, frisou a época que o projeto era positivo para os promotores privados que ocupariam um espaço privilegiado da cidade⁶⁰.

Para Marmól (2000), a Torre Bofill reproduzia o mesmo conceito do projeto anterior do início dos anos 1990, embora as alturas fossem bastante diferentes.

Aunque las opiniones desencadenadas a su albur son más o menos parecidas: la vieja discusión sobre si en Sevilla debe existir un edificio –inevitadamente simbólico– que haga competencia visual a la Giralda, la imagen más tradicional de la capital hispalense. Su estación más alta desde hace siglos. Un debate que tiene algo de caduco y que demuestra a escasa capacidad de la ciudad para solventar sus propias cuestiones.

⁵⁷ Sítio Eletrônico EXPO-92. El proyecto de Bofill para Puerto Triana tendrá una torre de 80 metros junto al Cachorro. Disponível em: <http://expo92.es/noticias/100-el-proyecto-de-bofill-para-puerto-triana-tendra-una-torre-de-80-metros-junto-al-cachorro> (publicado em acessado em 05/03/2016)

⁵⁸ Idem

⁵⁹ Jornal *El País*. “Obras Públicas permitirá la construcción de la torre de Bofill en Puerto Triana a pesar de su excepcional altura”.

Disponível em http://elpais.com/diario/2002/08/02/andalucia/1028240534_850215.html (publicado em 24/08/2002acessado em 05/03/2016).

Las mismas controversias que se repiten, con variantes, con tan sólo diez años de diferencia. (MÁRMOL, 2000)⁶¹

Como podemos perceber, para o autor em tela, o projeto do arquiteto catalão trouxe a tona novamente a discussão sobre os edifícios de vanguarda na Sevilha histórica, que contraditoriamente ensejava um arranha-céu, mas ao mesmo tempo se mostrava com dificuldade de como fazê-lo e enquadrá-lo em seu tecido urbano.

3.3 – Regenerações urbanas e o fenômeno da construção de arranha-céus na urbanização contemporânea

Preocupados em pensarem o espaço urbano através de sua dimensão política e através da interação das múltiplas escalas (local-global), os italianos Rossi & Vanolo (2010) afirmam que não são somente as políticas territoriais que definem a esfera de interesse da política do espaço e dos lugares no âmbito urbano, ou da política urbana exatamente. O campo da política deve ser considerado de maneira mais ampla compreendendo a iniciativa oficial empreendida em diversas escalas geográficas (as políticas públicas propriamente ditas), os processos de mobilização da sociedade civil e dos sujeitos não representados, as relações de dominação e de hegemonia construídas a nível material, simbólico e imaginário, além das práticas sócio-territoriais que se realizam na vida cotidiana e aos fóruns da esfera pública oficial. (ROSSI & VANOLO, 2010).

Pensando na política como *representação*, os autores destacam o ordenamento da cidade sobre a base de sua capacidade competitiva. Discursos são elaborados de acordo com dados classificatórios que dizem respeito a sua capacidade competitiva num cenário globalizado. As cidades, nesse discurso, passam a ser tratadas como atores coletivos homogêneos (capazes de se comportarem como indivíduos ou empresas) e relacionam o sucesso urbano de acordo com um critério pré-estabelecido, identificado como a capacidade

⁶¹ Jornal *Diario de Sevilla*. “Puerto Triana Resucita El Debate De Plaza De Armas”. Disponível em <http://www.sevilla.org/plandesevilla/hemeroteca/doc/urb0264.pdf> (publicado em 27/11/2000 - acessado em 04/03/2016). Ainda que as opiniões desencadeadas sejam mais ou menos parecidas: a velha discussão sobre se em Sevilha deve existir um edifício – inevitavelmente simbólico – que faça concorrência visual com a Giralda, a imagem mais tradicional da capital hispalense. Seu limite mais alto há séculos. Um debate que tem algo de vencido e que demonstra a escassa capacidade da cidade de resolver suas próprias questões. As mesmas controvérsias que se repetem, com variantes, com apenas dez anos de diferença. *Tradução nossa*.

de atração de capital. (Rossi & Vanolo, 2010). Renau (2010) dirige seus apontamentos na mesma direção e afirma:

Las ciudades por tanto se consolidan como auténticos actores políticos y buscan en todo momento ubicarse en redes urbanas policéntricas para mejorar su competitividad, finalidad que a partir de la crisis industrial se convierte en una meta estratégica de todas las ciudades, ya que de esta manera el territorio puede continuar acumulando capital. (RENAU, 2010. p. 310)⁶²

Rossi & Vanolo (2010) exemplificam através da iniciativa de regeneração física da cidade de Bilbao (Espanha), que foi levada a cabo no início dos anos 1990 em plena crise industrial. No caso da cidade basca, havia por parte do governo local um grande interesse de (re) colocar a cidade diante do mercado global. Assim, atores locais concentraram esforços de criar uma “economia dos símbolos”, que rendessem à cidade basca a fama de ser atraente e de apelo nacional e internacional. O maior marco simbólico dessa regeneração foi a construção do museu Guggenheim, cujas formas extravagantes o tornaram um geossímbolo da cidade de Bilbao.

Os autores afirmam que a receita utilizada em Bilbao foi copiada em diversas partes do mundo – destacamos com ênfase a Espanha - gerando um fenômeno que intitularam de *Mcguggenhaimtização* (ROSSI & VANOLO, 2010). No caso da cidade basca, as intervenções urbanísticas e arquitetônicas, tendo o museu como principal forma simbólica espacial, conseguiram fortuitamente mudar o destino de uma cidade industrial decadente que era tratada até então de modo inexpressivo por urbanistas e economistas (Idem, 2010).

Podemos notar que a origem dessa mudança advém claramente de uma dimensão política: o reposicionamento da cidade é resultado de uma precisa e pensada estratégia perseguida pelo governo local, junto com autoridades provincianas e regionais e a coalizão público-privada. Portanto, a construção de formas simbólicas espaciais, tal como um arranha-céu ou a recepção de um mega evento, costumam fazer parte de uma agenda política e urbana tendo em vista o reposicionamento econômico de uma cidade num contexto regional ou global.

⁶² As cidades se consolidam como autênticos atores políticos e buscam a todo momento inserir-se em redes urbanas policêntricas para melhorar sua competitividade, finalidade que desde a crise industrial se converteu numa meta de todas as cidades, já que dessa forma o território pode continuar acumulando capital. *Tradução nossa.*

No caso da construção de arranha-céu, a simples racionalidade econômica de maximização do uso do solo urbano através da sobreposição de pavimentos que a construção de um edifício de altura possibilita, não pode ser a única via de entendimento e justificativa desses projetos no processo de urbanização contemporânea. Em outras palavras, prédios desse porte é a solução para o maior aproveitamento de áreas já saturadas ou com poucas ofertas de terrenos, contudo em muitos casos, a construção se justifica por outra racionalidade.

Desde a antiguidade, passando pela idade média e ao longo das revoluções industriais, a construção de monumentos ou edifícios que alcançaram elevadas alturas sempre funcionou como uma demonstração de poder por parte de quem constrói e por parte de quem o abriga. Assim, arranha-céus podem ser entendidos como formas simbólicas espaciais (CORRÊA, 2005) que comunicam valores e significados nos contextos que estão inseridos. Talvez um dos exemplos mais eloquentes da atualidade seja a ereção de prédios de grande gabarito e a construção o mais alto edifício do mundo na cidade de Dubai, o *Burj Khalifa Bin Zayid*, com 828 metros⁶³, conformando um *skyline* que comunica forte mensagem de modernidade, desenvolvimento e poder econômico do emirado desértico.



Fig. 21 - A imagem de 2012 demonstra a proliferação de guindastes e de obras que fazem surgir uma quantidade enorme de torres na paisagem urbana.

⁶³ Sítio Eletrônico *Matador Network*. “12 looks at the modern skyline of Dubai”

Disponível em: <http://matadornetwork.com/trips/12-looks-at-the-modern-skyline-of-dubai/> (publicado em 21/01/2014 - acessado em 28/02/2016)

No projeto da Torre Bofill em Sevilha, fica claro esta intencionalidade pela sociedade financeira executora do projeto (Sociedade Puerto Triana), pelo projetista, arquiteto e urbanista (Ricardo Bofill), e pelos agentes públicos. Como apontamos na seção anterior, a proprietária do projeto pretendia com a Torre criar uma referência estética internacional⁶⁴. O projetista alcunhou a torre de “marco emblemático” e de “campanário escultural”. Em declarações ao jornal ABC, Bofill afirmou a época que a construção seria uma referência internacional de estilo único, que não há em Sevilha e que a situaria arquitetonicamente ao nível de Nova Iorque ou Tóquio⁶⁵. Já a própria Torre Sevilha caminhou na mesma direção e seu projeto a concebia de maneira muito similar, sobretudo pela altura alcançada, tornando-se um marco arquitetônico da Andaluzia. Referindo-se ao projeto Bofill, Marmól reflete:

El último diseño de Puerto Triana – no tanto el proyecto comercial que lo motiva – resucita esta asignatura pendiente: la necesidad cíclica de las grandes ciudades de contar con emblemas con los que atraer turismo, inversiones y publicidad. Una práctica necesaria y altamente adictiva de la que ya dependen casi todas las grandes urbes en un mundo cada vez más globalizado. (MARMÓL, 2000)⁶⁶

Bandarin & Oers (2014) também contribuíram para a compreensão do fenômeno urbano dos arranha céus. Em sua obra intitulada “*Il paesaggio urbano storico: la gestione del patrimonio in un secolo urbano*”, ao explicarem a emergência de uma nova estratégia urbana para a gestão e proteção de conjuntos históricos e áreas patrimonializadas, os autores afirmam que a proliferação de arranha-céus não é um fenômeno isolado, ou específico de certos países, de modo que o ano de 2010 apresentou níveis históricos de construção pelo mundo.

Desde quando a construção dos primeiros arranha-céus se iniciou em Chicago no final do século XIX, os edifícios de grande porte passaram a estar no centro da atenção dos arquitetos e investidores (BANDARIN & OERS, 2014). Reforçam que de praxe, os projetos são apoiados por políticos e agentes urbanos locais e que muito além de pragmáticos edifícios comerciais, os arranha-céus passaram a ser um importante marco no urbanismo capitalista e muitas vezes sinônimo de desenvolvimento econômico.

⁶⁴ Sítio Eletrônico EXPO-92. El proyecto de Bofill para Puerto Triana tendrá una torre de 80 metros junto al Cachorro. Disponível em: <http://expo92.es/noticias/100-el-proyecto-de-bofill-para-puerto-triana-tendra-una-torre-de-80-metros-junto-al-cachorro> (publicado em acessado em 05/03/2016)

⁶⁶ O último desenho de Puerto Triana – não é tanto o projeto comercial que o motiva – ressuscita esta marca pendente: a necessidade cíclica das grandes cidades de contar com emblemas para atrair turismo, investimentos e publicidade. Uma prática necessária e altamente aditiva a qual dependem quase todas as grandes cidades num mundo cada vez mais globalizado. *Tradução nossa*.

Il forte interesse per la tipologia del grattacielo oggi è inegabile e, pur nell'attuale situazione economica globale difficile, il 'Consiglio per gli edifici alti e per L'habitat urbano' (CTBUH) ha riferito che il 2010 è stato di gran lunga l'anno più attivo nella storia del grattacielo con più di 100 edifici oltre i 200 metri di altezza completati a livello mondiale. (BANDARIN & OERS, 2014. p.177)⁶⁷

Bandarin & Oers, 2014, também chamam a atenção para os possíveis impactos que as torres podem provocar nos tecidos urbanos históricos, pois não necessariamente garantem uma melhoria econômica no uso do espaço urbano. Como estão preocupados com a temática das políticas patrimoniais, os autores apontam que a escolha dos locais do erguimento frequentemente se dá próxima a centros históricos ou a locais da cidade que possuem uma morfologia urbana não verticalizada.

“La scelta della localizzazione di edifici alti non è sempre rispettosa della forma urbana e del suo carattere. Il loro posizionamento a una certa distanza delle aree storiche e la loro concentrazione in aree definite sono soluzioni, purtroppo, raramente considerate”. (Idem, 2014. p.178)⁶⁸

Portanto, a problemática gerada a partir da escolha de um local próximo a um conjunto histórico não é algo novo ou que ocorreu somente na cidade de Sevilla. Os autores observam a recorrência do fato e apontam outras cidades onde isso ocorreu, Londres, Paris, Rio de Janeiro e TelAviv (Idem, 2014). Em julho de 2012, Londres inaugurou o maior arranha-céu da Europa ocidental, o *The Shard* (310 metros)⁶⁹, bem próximo ao seu conjunto histórico e de monumentos historicamente reconhecidos. Outro caso ilustrativo foi o de Paris, cuja polêmica deu-se em torno da *Tour de Montparnasse* (209 metros) inaugurada em 1973 e que representou uma grande descontinuidade em relação à morfologia haussmaniana de Paris. Vale observar que, apesar da polêmica que se prolonga por décadas, hoje a torre recebe mais de um milhão de turistas ao ano e virou um dos melhores pontos de observação panorâmica da cidade⁷⁰.

⁶⁷ O forte interesse pela tipologia do arranha-céu hoje é inegável e, pela atual difícil situação econômica global, o 'Conselho dos Edifícios Altos e do Habitat Urbano' afirmou que em 2010 foi de longe o ano mais ativo na história do arranha-céu, com mais de 100 edifícios de mais de 200 metros de altura construídos pelo mundo. *Tradução nossa.*

⁶⁸ A escolha da localização dos edifícios altos nem é sempre respeitosa em relação à forma urbana e às suas características. A sua localização a uma certa distância das áreas históricas e a sua concentração em áreas definidas são soluções, mas, infelizmente, são raramente respeitadas. *Tradução nossa.*

⁶⁹ Jornal *Público*. “Londres inaugura o maior arranha-céus da Europa ocidental”. Disponível em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/londres-inaugura-hoje-o-seu-maior-arranhaceus-1553338> (publicado em 04/07/2012 - acessado em 28/02/2016)

⁷⁰ Jornal *La Voz da Galicia*. “Del cielo de París al infierno”. Disponível em: http://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/sociedad/2014/02/12/cielo-paris-infierno/0003_201402G12P29991.htm (publicado em 12/02/2014 - acessado em 28/02/2016)



Fig. 22 – A localização do novo arranha-céu londrino é próxima ao seu conjunto histórico, bem especificamente a monumentos históricos importantes, a *London Bridge* e o castelo histórico *Tower of London*⁷¹.

Corrêa (2005) afirma que as formas simbólicas espaciais possuem uma natureza política, o que culmina em processo acerca de uma política locacional das mesmas. Portanto, diferentemente como Bandarin & Oers (2014) afirmaram, a escolha dos locais para o erguimento de torres em muitos casos não negligenciam a proximidade com centros históricos, ao contrário, podem levar em consideração exatamente essa proximidade para criarem propositalmente uma descontinuidade na paisagem urbana e conferir maior visibilidade à construção. Construir uma torre numa zona periférica, longe do centro urbano, ou numa área que prevaleça edifícios modernos, pode acabar conferindo menos visibilidade ao empreendimento. Talvez, o que os autores quiseram sugerir que a construção de edifícios altos não respeitem padrões morfológicos ou planos de proteção, mas vale dizer que a sua localização nunca será aleatória ou não desproposital.

⁷¹ Sítio eletrônico da *BBC*. *In Pictures: The Shard, London's 80-storey skyscraper*. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk/8430034.stm> (publicado em 25/12/2009 - acessado em 28/02/2016)

3.4 – A onda de construção de arranha-céus na Espanha

Renau (2010) afirma que as cidades espanholas se utilizaram de grandes eventos esportivos ou culturais para promoverem renovações urbanas profundas e criarem “marcas” da cidade. O fato de uma cidade contar com a denominação de sede de um grande evento, por exemplo, implica ser objeto midiático que confere um novo regime de visibilidade ao espaço e conseqüente atração de investimentos.

Las ciudades españolas no han sido ajenas a estos procesos: la renovación urbana profunda aprovechando un gran evento deportivo o cultural. Al tiempo que se intenta recuperar piezas urbanas degradadas o sin uso como zonas portuarias, viejos polígonos industriales, barrios marginales etc. se intenta crear o fortalecer la imagen de la ciudad en el exterior, «posicionarla» o «consolidarla» en diferentes clasificaciones internacionales manejadas por revistas, instituciones y organismos internacionales que miden cómo de atractiva es la ciudad en cuestión para el capital.(RENAU, 2010. p 311).⁷²

Neste mesmo contexto de tentativa de atração de investimentos e reposicionamento das cidades num cenário regional e global, podemos destacar a construção de arranha-céus no país. Patón (2008) destaca que nos últimos dez anos tem havido uma onda de projetos e construção de prédios altos por diversas partes da Espanha.

Ainda que seja um movimento atrasado em comparação a outros países do mundo, em diversas cidades espanholas, como Valência, Sevilha, Málaga, Gijón e Bilbao, além de Madrid e Barcelona, foram desenvolvidos diferentes tipos de projetos de arranha-céus (Patón, 2008). Contudo, após a crise que atingiu os países europeus em 2008, e em especial a Espanha, muitos projetos passaram a ter mais dificuldades de serem executados, tendo a maioria ficado apenas no papel. Mesmo assim, Patón (2008) evidencia que as estratégias dos projetos se deram de diferentes maneiras e fundamentadas diversas justificativas.

Recorriendo el territorio nacional de norte a sur se comprueba que los proyectos de altura se multiplican, y en su génesis intervienen factores tan diversos como los de tipos urbanísticos – para puntuar un determinado enclave urbano – los ecologistas – con la alta densidad edificatoria como solución para no invadir todo El territorio -, pero también los puramente especulativos, tan arbitrarios a veces que pueden

⁷² As cidades espanholas não ficaram de fora desses processos: a renovação urbana profunda aproveitando um grande evento esportivo ou cultural. Ao mesmo tempo que se tenta recuperar peças urbanas degradadas ou sem uso, como zonas portuárias, velhos polígonos industriais, bairros marginais etc., se tenta criar e fortalecer a imagem da cidade no exterior, “posicioná-la” ou “consolidá-la” em diferentes classificações internacionais manejadas por revistas, instituições e organismos internacionais que medem o quão atrativa é a cidade em questão para o capital. *Tradução nossa.*

modificar toda la silueta y escala de una ciudad mediante cuatro torres surgidas ‘de penalti. (PATÓN, 2008. p. 25)⁷³

Patón (2008) explica que essa onda na Espanha é recente devido a alguns fatores. Primeiro, aos elevados custos desse tipo de investimento, segundo, à complexidade de construção que exigem, e terceiro, aos planos urbanos espanhóis pós-1970 que davam preferência a prédios de no máximo 15-20 andares. Algumas exceções estavam nas duas maiores cidades espanholas, tal como a Torre Picasso em Madrid e as Torres da Vila Olímpica em Barcelona, contudo, somavam pouca quantidade em relação ao fenômeno mundial.

Podemos destacar os dois principais fatores político-econômicos que possibilitaram a essa tendência de construção de edifícios altos na Espanha (LOPEZ & RODRIGUEZ, 2012). O primeiro fator foi o forte desempenho econômico da Espanha a partir do início dos anos de 1990, com intensificação nos anos 2000. Segundo foi a política macroeconômica que privilegia a construção civil.

A especialização nos setores imobiliário e na melhoria de infraestruturas visando, entre outras coisas, o turismo renderam ao país grande retorno econômico. Traduzindo-se em números, entre os anos de 1995 e 2005, foram criados mais de 7 milhões de empregos e a economia nacional cresceu num ritmo de cerca de 4% ao ano, rendendo o chamado “milagre espanhol”. Neste período, a riqueza nominal das famílias triplicou. Com destaque, a construção civil expandiu-se rapidamente seguindo a elevação acelerada dos preços dos imóveis, que cresceram 220% entre 1997 e 2007, enquanto o estoque imobiliário expandiu-se 30%, ou 7 milhões de unidades (LÓPEZ & RODRÍGUEZ, 2012). Nos últimos 4 anos, num cenário de recessão, bastante diferente do encontrado no início da década de 2000, a taxa espanhola de desemprego foi uma das maiores da União Europeia (26% em 2012⁷⁴ e 20,5 % em janeiro de 2016⁷⁵, sendo a Andaluzia de 35,86% em 2012⁷⁶ e 29,8% em 2015⁷⁷) e teve

⁷³ Percorrendo o território nacional de norte a sul, se comprova que os projetos de altura se multiplicam e em sua gênese intervêm fatores tão diversos como os de tipos urbanísticos – para pontuar um determinado enclave urbano – os ecologistas – como a alta densidade de edificação como solução para não invadir todo o território -, mas também os puramente especulativos, tão arbitrários às vezes que podem modificar toda a silhueta e escala de uma cidade mediante quatro torres surgidas do nada. *Tradução nossa.*

⁷⁴ Agência de Notícias *Cadena Ser*. “Espanha cierra 2012 con una tasa de paro del 26%, la más alta de su historia”. Disponível em: http://cadenaser.com/ser/2013/01/24/economia/1358987951_850215.html (publicado em 24/01/2013 - acessado em 05/03/2016)

⁷⁵ Base de Dados *Datos Macro*. Disponível em: <http://www.datosmacro.com/paro/espana> (acessado em 05/03/2016)

como um dos principais fatores a crise deste mesmo setor da construção civil⁷⁸, que desde o terceiro trimestre de 2007 até 2014 acumulou uma queda média de 50%.

En 1983 y 1984, una recesión redujo su participación en el total de la economía a poco menos del 8%. A partir del ingreso a la Comunidad Económica Europea, en 1986, la construcción tuvo un gran impulso hasta 1991, cuando alcanzó una participación de 11,2% en el PIB. Desde 2000 y hasta 2007 (años de la “doble burbuja” inmobiliaria y de la licitación oficial), la construcción aumentó vertiginosamente su espacio hasta llegar a un máximo de 14,2%. Desde allí se inició un brusco ajuste, que dura hasta hoy, que redujo la participación del sector en el PIB hasta 8,1%. Una pérdida total de valor añadido de más de 60.000 millones de euros anuales.⁷⁹

López & Rodríguez (2012) afirmam que essa política macroeconômica espanhola tem como origem o modelo fundamentado num desenvolvimento do mercado de turismo de massa voltado para turistas da Europa setentrional e na expansão da propriedade imobiliária levados a cabo pela ditadura de Francisco Franco, no final dos anos de 1950. Assim, o autor afirma que apesar do fim da era franquista (1975), da debilidade do parque industrial espanhol em relação aos países europeus e da recessão iniciada em 1973, o advento da democracia parlamentar não alterou os pilares macroeconômicos do país. Interruptamente no poder de 1982 a 1996, o partido socialista (PSOE) não propôs um modelo alternativo e seguiu nas especializações fincadas no turismo, no setor imobiliário e na construção civil. Assim, tanto na recuperação econômica iniciada nos anos 80, como no milagre espanhol dos anos 2000, a Espanha se apoiou nestes setores que gozaram de fortes investimentos estrangeiros proporcionados, sobremaneira, pela entrada em 1986 na Comunidade Europeia. (LÓPEZ & RODRÍGUEZ, 2012).

⁷⁶ Jornal El Mundo. “Andalucía cerró 2012 con una tasa de paro del 35,86 %, la mayor de su historia”. Disponível em: <http://www.elmundo.es/elmundo/2013/01/22/andalucia/1358856433.html> (publicado em 24/01/2013 - acessado em 05/03/2016)

⁷⁷ Base de Datos *Datos Macro*. Disponível em: <http://www.datosmacro.com/paro-epa/espana-comunidades-autonomas/andalucia> (acessado em 05/03/2016)

⁷⁸ Apesar da forte crise do setor mencionada, no ano de 2015 a Espanha retomou o crescimento da construção civil na zona do euro, ficando em quarto lugar neste referido ano (crescimento anual de 15,95%). http://economia.elpais.com/economia/2015/02/20/actualidad/1424457159_919392.html. (acessado em 05/03/2016)

⁷⁹ Sítio eletrônico Cat Economía. ¿Ha terminado el ajuste en la construcción? Disponível em: <http://www.cateconomica.com/Articulo/Ha-terminado-el-ajuste-en-la-construccion> (publicado em 24/04/2014 - acessado em 05/03/2016). Em 1983 e 1984, uma recessão reduziu sua participação no total da economia em pouco menos de 8%. A partir do ingresso na Comunidade Econômica Europeia, em 1986, a construção teve grande impulso até 1991, quando alcançou uma participação de 11,2% do PIB. Desde 2000 y até 2007 (anos da dupla bolha imobiliária e da licitação oficial), a construção aumentou vertiginosamente seu espaço até chegar ao máximo de 14,2%. Desde aí, iniciou um brusco ajuste, que dura até hoje, que reduziu a participação do setor no PIB até 8,1%. Yma perda total de valor agregado de mais de 60.000 milhões de euros anuais. *Tradução nossa*.

Portanto, podemos perceber que o projeto da Torre Sevilha faz parte de um movimento numa escala temporal e espacial mais longa e complexa. A discussão em torno da aprovação ou não do projeto, o surgimento de um debate entre apoiadores e discordantes e o questionamento da legalidade de um edifício alto devido à localização do mesmo, não ocorreu ineditamente no caso da Torre Sevilha. Da mesma forma, o interesse de agentes urbanos privados, junto ao interesse de agentes públicos de criarem estratégias para o reposicionamento econômico na cidade e conseguirem criarem marcar e atraírem investimentos, já se manifestava décadas antes da construção da torre.

Pensarmos a articulação entre os diferentes níveis de ação de agentes urbanos, bem como as estratégias políticas e econômicas levadas a cabo, se fazem necessárias para entendermos a produção do espaço urbano de Sevilha. É um fato a política municipal estratégica adotada para executar ou possibilitar projetos que implementassem uma “imagem de marca”. Nesse sentido, destaca-se o caráter simbólico que os edifícios altos e outros projetos arquitetônicos incorporam e passaram a encontrar terreno fértil no urbanismo espanhol, ao menos na concepção de uma parcela dos agentes urbanos públicos e privados. A construção de novas formas simbólicas espaciais dialoga diretamente com a tentativa de reposicionamento econômico das cidades e no desejo de comunicar mensagens de desenvolvimento e modernidade.

Por fim, esse panorama nos faz constatar a dificuldade que a cidade teve em lidar com todos esses casos de projetos e obras de grande porte, que ora esbarravam na falta de recursos devido ao cenário econômico negativo, ora nas limitações existentes nas leis de uso do solo urbano, ou nas políticas patrimoniais e nas reações contrárias da sociedade civil. Sevilha não é uma exceção na urbanização contemporânea, mas sim um bom exemplo para refletirmos sobre a arena política que se constitui o espaço urbano.

CAPÍTULO 4

4.1 - As reverberações dicotômicas em torno da construção da torre e os posicionamentos dos agentes envolvidos no debate

Uma vez respondido o objetivo de compreender as razões locais que levaram a construção de um arranha-céu na cidade de Sevilha, o último capítulo da presente investigação enseja identificar os diferentes grupos favoráveis e contrários ao edifício, tendo em vista a análise dos discursos elaborados em torno da paisagem urbana, das políticas patrimoniais e dos impactos do empreendimento. Nossa abordagem metodológica se pautou, sobretudo, num acompanhamento de notícias veiculadas sobre o caso por jornais espanhóis, além de consultas a documentos oficiais e relatórios técnicos produzidos pelos grupos. Nesse sentido, esta seção possui caráter empírico e descritivo, buscando entender os posicionamentos, as estratégias e os desdobramentos utilizados por instituições, órgãos e entidades, públicas ou privadas.

As reportagens e artigos jornalísticos foram todos consultados de modo virtual através dos sítios eletrônicos dos mesmos. A princípio, não fizemos uma delimitação em quais *periódicos* pesquisar. Utilizamos a plataforma de busca *Google.es*⁸⁰ (Espanha) e selecionamos os materiais que diziam respeito ao assunto⁸¹. Estamos cientes que lidamos com jornais com perfis e públicos distintos, da mesma maneira, sabemos que as notícias produzidas não são produtos de neutralidade ou completa isenção. Entretanto, as limitações da dissertação não nos permitiu aprofundar sobre o perfil dos jornais ou sobre quais grupos de interesses eles estão associados. Utilizamos e encaramos esses meios de comunicação como veículos de informações, apenas. O que nos interessou foi a identificação das vozes presentes em defesa e em apoio ao empreendimento. Lançamos mão das reportagens mais descritivas, que mencionavam ou narravam os fatos, com entrevistas e pareceres dos agentes públicos, das instituições entre outros. Por exemplo, aquelas que eram substancialmente uma análise - positiva ou negativa - do empreendimento e dos impactos, para nós já foram enquadradas dentro de um discurso de determinado grupo. Os jornais espanhóis utilizados foram: El País (nacional), El Mundo(nacional), El Confidencial (nacional), La Vanguardia (nacional), El Correo de Andalucía (regional), ABC de Sevilla (local) e Diario de Sevilla (local).

⁸⁰ Disponível em: www.google.es

⁸¹ As palavras chave utilizadas nas buscas foram: “torre cajasol”, “torre sevilla”, “torre pelli”, “rascacielos sevilla”, “sevilla unesco” e “sevilla icomos”..

Para melhor compreensão, dividirmos os grupos em favoráveis e contrários, contudo é importante sublinhar que não é nossa intenção tornar a discussão maniqueísta ou hermeticamente bipolarizada. Dizer que as esferas públicas foram favoráveis ao projeto não implica aceitar o fato de que não houve resistências internas, ou total consenso entre agentes públicos. Igualmente, não buscamos identificar grupos mais ou menos bem intencionados diante do fato. Interessamos-nos pela disputa e os argumentos mobilizados, uma vez que partimos do pressuposto de que a paisagem é múltipla e variada, possuindo diferentes significados para os diferentes grupos, sendo sua atribuição de valor e gestão a seleção e exclusão de certos valores (RIBEIRO, 2014). O autor em tela chamou atenção exatamente para este desafio em relação às políticas de patrimônio: quais discursos privilegiar? Como considerar algo como “culturalmente relevante”?

Texto 1: *“Es la torre de la polémica que se está construyendo en Sevilla (...) Un proyecto que supone un antes y un después en la fisonomía de la ciudad”*.⁸²

Texto 2: *“La Torre del bien y del mal (...) El motivo es la construcción en el extremo sur de la isla de la Cartuja de un rascacielos de 178 metros que para unos es sinónimo de modernidad y para otros una agresión intolerable a una ciudad milenaria: la Torre Cajazol”*.⁸³

Texto 3: *“Sigue el cruce de declaraciones entre dos modelos enfrentados: por un lado, el de Cajazol, avalado por el Ayuntamiento, que pretende construir una torre de 178 metros de altura en La Cartuja; y por otro lado, el de las asociaciones conservacionistas, que entienden que el rascacielos es incompatible con el modelo de ciudad europeo aquilatado por Sevilla desde hace siglos.”*⁸⁴

⁸² Reportagem televisiva emitida pelo Canal Sur sobre a Torre Pelli de Sevilla (“Torre Pelli, ¿sí o no?” – 15/05/2012, Espanha). Acessada em 08/03/2015. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=fFcs_1k16-w. Enviada por usuário em 16/05/2012.

⁸³ Jornal *Diario de Sevilla*. “[La Torre del bien y del mal](#)” Disponível em: <http://www.diariodesevilla.es/article/sevilla/1291397/la/torre/bien/y/mal.html> (publicado em 27/06/2012 - acessado em 23/03/2016)

⁸⁴ Jornal *El Correo de Andalucía*. “[Icomos cuestiona los dos informes aportados por Cajazol sobre su rascacielos](#)”. Disponível em: <http://elcorreoweb.es/historico/icomos-cuestiona-los-dos-informes-aportados-por-cajazol-sobre-su-rascacielos-MAEC172493> (publicado em 16/09/2009 - acessado em 26/03/2016)

Como podemos ver, o trecho da reportagem televisiva contida no *texto 1* coloca em relevo a polêmica em torno da construção da torre em Sevilha. Já o *texto 2* e o *texto 3* colocam o teor dicotômico da discussão. Na imprensa escrita e televisada, encontramos uma série de discursos ora favoráveis, ora contrários ao empreendimento. Nesse debate, identificamos os supostos impactos que a torre trouxe para a cidade, que dependendo dos interlocutores, podem ser positivos ou negativos. Entretanto, todos parecem possuir uma característica comum: a Torre Sevilla trouxe um ponto de inflexão para a cidade. Sua construção não passou incólume aos mais diferentes grupos sociais que vivem e pensam a cidade, sejam a sociedade civil, os meios de comunicação, os intelectuais, ou os órgãos públicos e institucionais.

Texto 4: *Poco falta para que la tradicional Sevilla de Bécquer o Machado, de clásicas callejas con el olor a incienso Azahar, naranjos y Adobo, se convierta en una ciudad cosmopolita y global al estilo de sus homologas europeas. (...) El edificio más alto de Andalucía todo un símbolo de solvencia y autoridad.*⁸⁵

Nesta transcrição do epílogo do documentário “*La Torre Pelli: el precio del poder*”, notamos que é sugerida a natureza do conflito em torno da identidade histórica da cidade e dos elementos simbólicos. No trecho, o filme faz alusão aos pintores e poetas renomados nascidos em Sevilha e aos aromas que podem ser sentidos pelas suas ruas. Estes seriam elementos “tradicionais” utilizados como constituintes da identidade da cidade, diferentemente da torre que, em oposição, se constituiria como novo marco do desenvolvimento da cidade, capaz de colocá-la frente a outras cidades europeias. Portanto, nesse pequeno trecho supracitado, percebemos o peso simbólico que o arranha-céu possui, sendo capaz de alterar substancialmente a história da cidade através de sua paisagem.

Diante desses três trechos citados, todo o imbróglio gerado pela construção da torre também não pode passar despercebidos diante dos nossos olhos, como se fosse apenas mais uma discussão entre arquitetura tradicional e moderna, ou sobre o novo em oposição ao velho.

⁸⁵Transcrição do original: “Falta pouco para que a tradicional Sevilha de Bécquer e Machado, dos clássicos becos com aroma de incenso Azahar, laranja e adobo, se transforme em uma cidade cosmopolita e global, ao estilo de outras cidades europeias. (...) O edifício mais alto da Andaluzia, todo um símbolo de solvência e autoridade. *Tradução nossa.* Título Original em Espanhol: “*La Torre Pelli: el precio del poder*”. Produtores: PP Dance Productions (produção amadora). Endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=bxdfYd2YQqs> . Data de publicação: 20/02/15. Duração: 14:50 minutos.

Para nós, o que está em foco são concepções diferentes de identidade da cidade, os modos diferentes de se ver e pensar a paisagem urbana – e conseqüentemente a organização espacial da cidade - e as maneiras distintas de encarar o impacto que a torre provoca sobre o seu patrimônio.

Promotores y detractores del rascacielos se han enzarzado a lo largo del último año y medio en un debate intelectual de enorme interés. En el fondo de la cuestión está el grado de afección real de la torre (...) sobre el patrimonio de la ciudad. (Reportagem de El Mundo de 25/07/2010)⁸⁶

Tabales & Knafou (2013) nos ajudam a compreender a magnitude do debate e apontam a relevância do tema diante da difícil relação que muitas cidades têm entre a conservação da sua imagem tradicional, por uma parte, e a aparição de novas obras arquitetônicas que possuem a capacidade de modificar a dita imagem, por outra. Vale sublinhar que este debate não se dá no campo apenas das ideias, visto que implica ações políticas e administrativas tomadas por parte de agentes e instituições públicas e privadas. Além disso, ainda que tenhamos como estudo de caso Sevilha, a relevância do debate extrapola essa singularidade espacial, sendo um tema pertinente e possível de ocorrer em outros contextos urbanos.

Ainda que o objeto central do debate seja a torre e a sua altura, a natureza do conflito nasceu da sua inserção na paisagem urbana, portanto uma questão geográfica (localização) que conflitaria com a proximidade dos bens históricos tidos como patrimônio, de acordo com a interpretação de certos grupos sociais. Concordando ou não com o projeto, ou com o juízo positivo ou negativo do impacto provocado, não nos restam dúvidas de que o edifício modificou a perspectiva paisagística, o seu *skyline*.

En los últimos días la Torre Cajasol ya se ha hecho visible desde muchos puntos de la ciudad, dejando en evidencia que será un edificio que, para bien o para mal, marcará la imagen que se tiene de Sevilla.⁸⁷

Numa abordagem cultural que contemple a paisagem como uma realidade, que tem existência concreta em si (MACIEL, 2009), a inserção de um objeto de destacada altura, num

⁸⁶ Jornal *El Mundo*. “El patrimonio de Sevilla se juega su catalogación universal”. Disponível em: http://www.elmundo.es/elmundo/2010/07/25/andalucia_sevilla/1280051208.html (25/07/2010 - acessado em 23/03/2016). Promotores e detratores do arranha-céu se envolveram ao longo do último ano e meio num debate intelectual de enorme interesse. No fundo da questão está o grau de interferência real da torre (...) sobre o patrimônio da cidade. *Tradução nossa*.

⁸⁷ Jornal *Diario de Sevilla*. “La Torre del bien y del mal” Disponível em: <http://www.diariodesevilla.es/article/sevilla/1291397/la-torre/bien/y/mal.html> (27/06/2012 - acessado em 23/03/2016)

contexto de tecido urbano pouco verticalizado, certamente provoca alteração de sua composição. Contudo, numa visão mais larga da paisagem, que leve em conta a sua dimensão semântica (CABRAL, 2000), ou enquanto leitura subjetiva de mundo (MACIEL, 2009), mais importante que constatar a adição de uma nova forma material, é a compreensão de que o debate se nutre dos diferentes modos de encarar a inserção da nova verticalidade na paisagem.

A paisagem, contudo, não é apenas forma material resultante da ação humana transformando a natureza. É também forma simbólica impregnada de valores. Além de sua gênese, estrutura e organização, focos correntes dos geógrafos, é necessário para a sua compreensão que se apreendam os seus significados, pois são estes que lhe dão sentido. (CASSIRER, 2001/1923 *apud* CORRÊA, 2011)

Tal como discutimos no primeiro capítulo, em nossa perspectiva teórica metodológica, a paisagem possui caráter dual - real e representação – (Castro, 2002), extrapolando a noção de simples materialidade, para ser uma portadora de significados, com compreensões e leituras distintas da mesma. Neste sentido, a paisagem, conceito caro à geografia, pode ser um importante instrumento na análise de problemas urbanos, tal como das ações e posições tomadas por órgãos de patrimonialização e pelos agentes produtores do espaço urbano.

O momento atual, no qual se buscam os instrumentos adequados para a identificação e atribuição de valor das paisagens é fundamental, uma vez que a questão de quais valores e quais narrativas sobre a paisagem privilegiar é muito mais do que meramente uma questão técnica e objetiva (...) (RIBEIRO, 2013. p. 241)

Na problemática em torno da construção da Torre Sevilla, a primeira instituição que se manifestou oficialmente contra foi o ICOMOS, organismo técnico-consultivo que dá apoio e embasamento às ações da UNESCO. A alegação dos impactos negativos se baseou na localização do empreendimento, a menos de 600 metros dos bens do Patrimônio Mundial, e a sua altura de 180 metros, que provocaria uma inserção bruta e desarmônica na paisagem urbana da cidade. Além do ICOMOS, Moragas *et al* (2015) apontam que as primeiras reações de cidadãos contrárias ao projeto ocorreram subitamente após o lançamento do projeto. Em janeiro de 2006, certa de trinta associações de defesa do patrimônio e organizações sociais pediram ao prefeito que impedisse a construção do projeto. Segundo os autores, as razões principais para negá-lo seriam o impacto negativo do arranha-céu, localizado numa área privilegiada, sobre a paisagem histórica de Sevilha, ademais do colapso de tráfego que ocasionaria naquele ponto da cidade, que já estava congestionado. (MORAGAS *et al*, 2015).

Segundo o artigo do *Diario de Sevilla*⁸⁸ (04/06/2012), o ICOMOS foi o responsável por aportar argumentos técnicos e de conseguir a visita de uma delegação internacional para inspecionar o projeto do arranha-céu, já a Plataforma Cidadã “*Tumbala*”, constituída em 07/02/2009, foi a principal responsável pela mobilização dos cidadãos contrários ao projeto urbanístico para a zona sul da Ilha da Cartuja, que incluía a construção do arranha-céu. Inicialmente, as entidades que promoveram essa plataforma foram a *Arquitectura y Compromiso Social*, *Ecologistas en Acción*, a *Asociación para la Defensa del Patrimonio Histórico-Artístico de Andalucía* (Adepa) e a *Asociación de Profesores para la Difusión y Protección del Patrimonio Histórico* (Ben Baso). Entre outras iniciativas, colocaram em ação a busca por apoio de entidades sociais, profissionais e acadêmicas, assim como de cidadãos, organizando reuniões e ações de visibilidade através da ocupação de espaços públicos.⁸⁹



Fig. 23 – Faixa protesto (Torre não. CaixaBank atue já) colocada em meados de 2015 na *Puente de Triana*, a mais famosa da cidade, que liga os distritos de Triana e o Casco Antigo, pelos ativistas da plataforma “*Tumbala*”. (<http://ciudadaniacontralatorrepelli.blogspot.com>)

Além do ICOMOS como um dos protagonistas principais institucionais, o artigo jornalístico de 13/04/2012 do *ABC de Sevilla* elenca outros cinco personagens com interesses

⁸⁸ *Jornal Diario de Sevilla*. “Icomos convence a la Unesco”. Disponível em <http://www.diariodesevilla.es/article/sevilla/1274869/icomos/convence/la/unesco.html> (publicado em 04/06/2012 - acessado em 20/03/2016)

⁸⁹ *Jornal ABC de Sevilla*. “Nace La Plataforma ‘Tumbala’ contra La Torre Pelli”. Disponível em: http://sevilla.abc.es/hemeroteca/historico-07-02-2009/sevilla/Sevilla/nace-la-plataforma-tumbala-contra-la-torre-pelli_912970434311.html# (publicada em 07/02/2009 – acessado em 27/03/2016)

e posturas diferentes no cenário dicotômico em torno da construção da torre: A UNESCO, o *Ayuntamiento* (esfera municipal); a *Junta* (esfera regional, *Comunidad Autónoma*); o Governo Espanhol (esfera nacional) e os promotores (inicialmente o banco Cajasol, depois o Caixabank).

Uma vez identificado esses cinco principais agentes envolvidos no debate em torno da torre sevilhana, direcionamos nossa investigação para buscar em reportagens jornalísticas espanholas como esses atores se posicionaram diante do debate. Acrescentamos ainda a plataforma cidadã “*Túmbala*” como um agente protagonista mencionado em diversas reportagens e objeto de pesquisa de Moragas *et al* (2015) no artigo intitulado “*Cidadanía Contra El Rasgaciellos Pelli-Cajasol de Sevilla*”.

4. 2 - As ações e estratégias dos grupos favoráveis à construção da Torre Sevilla

4.2.1 – Os promotores do empreendimentos: Sociedad Puerto Triana/Cajasol/ CaixaBank

O gérmen da Torre Sevilla data de 1999, quando várias multinacionais estrangeiras, junto com alguns bancos sevilhanos (*Cajas de Ahorro Sevillanas*) puseram a mesa um projeto de intervenção urbanística para a zona sul da Ilha da Cartuja que consistia em integrar esta antiga área da Exposição Universal de 1992 à cidade, criando infraestruturas e equipamentos de usos terciários, comerciais e de lazer. Como já foi discutido no capítulo anterior, o intento se materializou com o projeto do arquiteto Ricardo Boffil cujo principal ícone era uma torre de vidro de 80 metros de altura. Na época, o projeto não contou com a aprovação da *Junta de Andalucía*, que alegou número excessivo de metros quadrados construídos, sendo definitivamente sepultado após a mudança de governo e a retirada das empresas estrangeiras⁹⁰.

Entretanto, com a aprovação do novo Plano Geral de Ordenação Urbana (PGOU) aprovado em 2006, e com a elaboração do Plano Especial que alterou o gabarito da Ilha da Cartuja e passou a permitir a erguimento de prédios duas vezes mais alto que o de Boffil, a *Sociedad Puerto Triana* resgatou o projeto de construção de uma torre. Portanto, a mudança na lei de uso do solo foi fundamental para a garantia da legalidade do projeto.

⁹⁰ Sítio eletrônico Torre Pelli. “Biografia de La Torre Pelli. Disponível em: torre-pelli.blogspot.com.br

A *Sociedad Puerto Triana*, posteriormente incorporada pelo banco Cajasol, decidiu convidar oito estúdios de arquitetura internacionalmente famosos para participarem e definirem o novo desenho da sede da instituição financeira⁹¹. O principal pré-requisito para escolha do projeto foi no sentido da construção agrupar a edificabilidade em um só volume, para que esta se tornasse um novo ícone para a cidade. Outras premissas dos promotores para a eleição do projeto ganhador era deste cumprir exigências específicas de sustentabilidade e que respeitasse consequentemente as últimas normas da *Normativa Europea de Edificación*⁹².

Em janeiro de 2007⁹³, o projeto elaborado pelo estúdio PCP (*Pelli Clarke Pelli*), cujo autor foi o arquiteto radicado nos Estados Unidos, foi escolhido para levar a cabo a transformação urbanisticamente da zona sul da Cartuja, funcionando como catalisador da dinamização de uma área subutilizada. Após a escolha, a primeira pedra fundamental foi lançada em julho de 2007 e foi anunciada como o edifício mais alto da Andaluzia. Nesse sentido, entendemos que os promotores utilizaram da estratégia da escolha de projeto de um arquiteto renomado que garantisse maior aceitação e visibilidade à torre. Igualmente, o projeto trouxe para si um forte componente simbólico de ser um novo marco arquitetônico de Sevilha, não apenas mais uma construção moderna na cidade. Sua localização, seu autor, seu desenho e sua altura foram escolhidos estrategicamente por Cajasol para poderem alcançar o objetivo.

O projeto de Pelli planejava erguer uma torre “delgada e estreita”, com uma planta elíptica, cujo teto seria fotovoltaico e cujas paredes de vidro estariam protegidas por treliças de madeira reciclada. Em suas palavras, publicadas na reportagem de 12/12/2006, “é uma torre simples, mas que não é estática. Parece dançar”. Na base do edifício foi projetada uma rua típica sevilhana, um pouco estreita e com pés de laranja e plantas de jacarandá, elementos facilmente encontrados pelo *Casco Antiguo*, além de um jardim sobre os as lojas.⁹⁴

⁹¹ Sítio eletrônico EXPO-92. “El diseño del rascacielos de la Cartuja es ofrecido a ocho 'estrellas' de la arquitectura”. Disponível em: <http://www.expo92.es/noticias/247-puerto-triana-iniciara-en-abril-las-obras-de-un-proyecto-%22emblematico%22-de-entre-225-y-120-metros-de-altura> (02/08/2006 – acessado em 21/03/2016)

⁹² http://www.fomento.gob.es/MFOM/LANG_CASTELLANO/DIRECCIONES_GENERALES/ARQ_VIVIENDA/_INFORMACION/NORMATIVA/NORMA_UE/

⁹³ idem

⁹⁴ Sítio eletrônico da *FHECOR Ingenieros Consultores*, empresa de consultoria especializada em engenharia de estruturas. “Un Gigante Emerge en la Llanura Sevillana”. Disponível em: <http://www.fhecor.es/news/index/view/47> (publicado em 12/12/2006 - acessado em 27/03/2016)

Cumprindo as exigências da normativa europeia, Dessa forma, o empreendimento foi conceituado com a nota “A”, seguindo alguns aspetos importantes como a utilização de terraços ajardinados, reutilização das águas, placas solares, elevadores rápidos de baixo consumo e uso de cerâmica como isolante térmico. Esses esforços levaram ao estúdio do arquiteto argentino a alcançar o maior prêmio de reconhecimento mundial de arquitetura sustentável.⁹⁵



Fig.24 – O projeto de César Pelli para a zona conhecida como Puerto Triana⁹⁶ (ICOMOS, 2008).

Nos estudos do projeto do estúdio de César Pelli foi previsto o levantamento das interferências paisagísticas, incluindo a relação com a Giralda. O parecer técnico concluiu que uma observação do arranha-céu a partir da torre da Catedral não deveria ser levada em conta, uma vez que este ponto de observação não é usual para os transeuntes. Dessa forma, descartou o impacto paisagístico desse ângulo, que seria impossível para o olho humano, diferentemente da fotografia, cujo ângulo de visão é muito maior⁹⁷.

⁹⁵ Relatório “Torre Puerto Triana (Torre Pelli o Torre Cajasol)”. Autor desconhecido. Disponível em: <http://www.pdf-archive.com/2011/12/12/torre-puerto-triana-torre-pelli/torre-puerto-triana-torre-pelli.pdf>

⁹⁶ “Informe Sobre la Construcción De La Torre Pelli Para Cajasol en Sevilla” (ICOMOS, 2008)

⁹⁷ Jornal *Diario de Sevilla*. “La Giralda y La Torre Cajasol: Interferencia cero”. Disponível em: <http://www.diariodesevilla.es/article/sevilla/424265/la-giralda-y-la-torre-cajasol/interferencia/cero.html?> (publicado em 15/05/2009- acessado em 28/03/2016)



Fig.25 – Montagem da perspectiva de observação da Torre Cajasol desde a Giralda elaborada pelo estúdio de César Pelli. (ICOMOS, 2008).

Diante da polêmica e da pressão dos grupos contrários à obra, que levaram a prefeitura a buscar soluções, além da possível perda do título da UNESCO, o então presidente do banco Cajasol, Antonio Pulido, declarou em reportagem um plano B, que poderia passar pela redução da altura do arranha-céu afim de que a instituição internacional aprovasse o edifício⁹⁸. Entretanto, a reportagem do jornal *El Mundo* de 25/07/2010, afirmou que o promotor direto do edifício, respondeu com absoluto desprezo os informes do ICOMOS e os avisos da própria UNESCO⁹⁹. Da mesma maneira, o *Diario de Sevilla* de 26/07/2012 afirmou que os avisos recebidos nos Comitês da instituição realizados em Sevilha (2009) e em Brasília (2010) não serviram para nada. De fato, as obras seguiram sem nenhum sinal de paralisação. O projeto não cumpriu seu cronograma inicial e somente foi finalizado em 2015 - que na pior das hipóteses previa a entrega da obra em 2013 - devido às dificuldades financeiras e econômicas que passaram a atingir a Espanha a partir de 2008.

Não muito diferente da instituição financeira, o autor do projeto também não pareceu estar muito preocupado com os ‘riscos’ que a cidade corria. Em reportagem publicada em 24/01/2012¹⁰⁰, Cesar Pelli classificou o imbróglcio surgido na cidade como ‘provinciano’,

⁹⁸ Jornal *El Confidencial*. “La Torre Cajasol puede arrebatar a Sevilla su condición de Patrimonio de la Humanidad” http://www.elconfidencial.com/sociedad/2010-07-02/la-torre-cajasol-puede-arrebatar-a-sevilla-su-condicion-de-patrimonio-de-la-humanidad_483598/ (publicado em 02/07/2010 - acessado em 20/03/2016)

⁹⁹ Jornal *El Mundo*. “El patrimonio de Sevilla se juega su catalogación universal”. Disponível em: http://www.elmundo.es/elmundo/2010/07/25/andalucia_sevilla/1280051208.html (publicado 25/07/2010 - em acessado em 23/03/2016)

¹⁰⁰ Agência de notícias *La Información.com*. “César Pelli asegura que el debate sobre la torre de Cajasol es "de pueblo" y en la Unesco "se reirán"”. Disponível em: <http://noticias.lainformacion.com/arte-cultura-y->

sendo resultado de brigas internas dos sevilhanos. O arquiteto também afirmou que caso as obras fossem paralisadas causaria dano econômico à cidade e a Cajasol, além do fato de centenas de pessoas ficarem sem trabalho. Em relação ao informe do ICOMOS, rebateu dizendo que constavam erros, tal como a distância da torre e relação à Catedral, que estaria a 1.600 metros, não a 600. Sobre a inspeção feita pela UNESCO na cidade, assegurou que a instituição ‘acharia graça’ do assunto e não, logo ‘daria em nada’. Recordou que o organismo internacional havia aprovado um pouco antes o arranha-céu de 300 metros em Londres, construído a poucos metros da Torre de Londres, que é Patrimônio Mundial. Por último, declarou à agência de notícias que o edifício seria benéfico para Sevilha e também para os monumentos patrimonializados, pois nada competiria com a Giralda, nem com sua altura.

Assim como foi posto pelos agentes públicos, um dos principais argumentos utilizados pelo promotor foi do ganho econômico que a torre traria para a cidade. Na repostagem de *El Confidencial* de 02/07/2010¹⁰¹, encontramos a defesa do projeto por parte da Cajasol ao apontar a geração de empregos e o impacto positivo no PIB da cidade. O banco, através de um informe da consultora *Deloitte*, afirmou que seriam criados 4.000 empregos diretos, um retorno fiscal de 27,1 milhões de euros e um impacto direto e indireto de 212,46 milhões de euros¹⁰². Além disso, enfatizaram que uma hipotética paralisação das obras suporia o pedido de uma indenização ao redor dos 200 milhões de euros. Assim, mesmo com os alertas e ameaças do ICOMOS, as obras seguiram ao longo dos anos.

Cajasol, ainda defendeu a legalidade de seu empreendimento se baseado no próprio documento que inscreveu os três bens na lista da UNESCO em 1987. Entre outras questões, alegou que estes foram catalogados como Patrimônio Mundial pelo valor excepcional histórico e em relação ao entorno colonial e não em relação ao perfil paisagístico total da cidade¹⁰³. Assim, estando fora do conjunto histórico e sem poder ser vista desde os bens patrimonializados, não haveria entraves a sua execução.

Diante do embate que dividiu parte da população sevilhana, mais recentemente, em maio de 2015, quando a torre já se encontrava praticamente acabada, o novo proprietário

espectaculos/arquitectura/cesar-pelli-asegura-que-el-debate-sobre-la-torre-de-cajasol-es-de-pueblo-y-en-la-unesco-se-reiran_zANcADhpnRFXV2SuuTrbI2/ (publicado em 24/01/2012 – acessado em 30/03/2016)

¹⁰¹ Jornal *El Confidencial*. “[La Torre Cajasol puede arrebatarse a Sevilla su condición de Patrimonio de la Humanidad](http://www.elconfidencial.com/sociedad/2010-07-02/la-torre-cajasol-puede-arrebatarse-a-sevilla-su-condicion-de-patrimonio-de-la-humanidad)” http://www.elconfidencial.com/sociedad/2010-07-02/la-torre-cajasol-puede-arrebatarse-a-sevilla-su-condicion-de-patrimonio-de-la-humanidad_483598/ (publicado em 02/07/2010 - acessado em 20/03/2016)

¹⁰² Idem

¹⁰³ Idem

CaixaBank anunciou o novo nome das consagradas Torre Pelli ou Cajasol. A reportagem de *El Correo de Andalucía*¹⁰⁴ divulgou o nome oficial do edifício: Torre Sevilla. A torre não seria de um banco ou de um arquiteto, mas da própria cidade. De acordo com o tabloide, o novo nome definido por CaixaBank pretendia encerrar o conflito e identificar o arranha-céu plenamente com a cidade, podendo converter-se como um emblema de sua modernidade e dinamismo econômico. Para os promotores, a Torre reforçaria e daria valor à cidade onde ela se localiza e poderia contribuir para a reativação econômica da capital andaluza. Além disso, o projeto pretendia converter-se num centro nevrálgico empresarial, atraindo grandes empresas que quisessem se instalar suas sedes em Sevilha.



Fig. 26 – A reportagem de *El Correo* deixa claro a estratégia do novo proprietário de conceder um nome a torre que conferisse uma suposta identidade e territorialidade. O objetivo foi de conectar ao máximo o edifício com a cidade, que, por outro lado, esteve durante sua construção dividida entre defensores e apoiadores do projeto. *Tradução nossa:* CaixaBank batiza como Torre Sevilha seu arranha-céu. É o nome oficial. O banco pretende vincular ao máximo seu emblemático edifício com a cidade, dividida desde que se iniciou a sua construção.

4.2.2 - As esferas da política pública: *Ayuntamiento, Junta de Andalucía e Gobierno Central*

A aprovação legal do projeto da torre é de responsabilidade urbanística do *Ayuntamiento* de Sevilha (poder municipal), que desde seu início em 2007 concedeu aprovação. Enquanto que a responsabilidade patrimonial recai sob a *Junta* da Andaluzia

¹⁰⁴ Jornal *El Correo de Andalucía*. “[Caixabank bautiza como Torre Sevilla su rascacielos](http://elcorreoweb.es/economia/caixabank-bautiza-como-torre-sevilla-su-rascacielos-IX330309)”. Disponível em: <http://elcorreoweb.es/economia/caixabank-bautiza-como-torre-sevilla-su-rascacielos-IX330309> (publicado em 11/05/2015 - acessado em 27/03/2016)

(poder regional), que também se mostrou favorável, ainda que com menos engajamento que a prefeitura.¹⁰⁵

Como aponta a reportagem do *El País*¹⁰⁶ de 27/10/2008, a então porta-voz do *Ayuntamiento* e secretária de cultura Maribel Montaña assegurou que a torre respeitava a legalidade vigente, estabelecida no Plano Geral de Ordenação Urbana (PGOU), pois estava fora do conjunto histórico que é especificamente protegido pelas leis de património. Na mesma direção, o então secretário de urbanismo, Maximiliano Vílchez, afirmou que o projeto cumpria a legalidade¹⁰⁷. Reiterou que a prefeitura não possuiria dinheiro para pagar uma eventual indenização à empreendedora, caso houvesse a obrigatoriedade de paralisação da obra, fato pedido pelo ICOMOS em seu informe de 2008. Na época do afloramento das discussões, o secretário comprometeu-se com a convocação de uma reunião em maio de 2012 entre as partes interessadas e atingidas tendo em vista a busca de uma solução¹⁰⁸.

No artigo do *ABC de Sevilla* (13/04/2012)¹⁰⁹, há a declaração do então porta-voz do grupo socialista (oposição na época) da prefeitura de Sevilha, Juan Espadas (PSOE)¹¹⁰, de que não haveria argumentos técnicos por parte da UNESCO suficientes para deter a construção do edifício. Portanto, ao menos no período próximo que antecedeu à votação do comitê da UNESCO, que veremos mais adiante, para decidir se a cidade teria ou não seu nome incluído na lista de perigo, tanto o partido governista (PP), quanto a oposição (PSOE) compartilhavam da mesma posição de apoio à construção do empreendimento.¹¹¹

Diante da possibilidade de ser erguido um edifício de altura, a *Consejería de Cultura* (Junta de Andaluzia), responsável direta pela legislação patrimonial, se manifestou no mesmo mês de dezembro de 2005. Posicionou-se favorável à modificação levada a cabo pelo novo

¹⁰⁵ Jornal *El País*. “Los expertos aprueban la Torre Pelli criticada por la Unesco por su impacto (07/01/2010 – acessado em 23/03/2016)

¹⁰⁶ Jornal *El País*. “Icomos pide que Sevilla se declare patrimonio en peligro”
http://elpais.com/diario/2008/11/27/andalucia/1227741738_850215.html (27/10/2008 - acessado em 20/03/2016)

¹⁰⁷ Idem

¹⁰⁸ Idem

¹⁰⁹ Jornal *ABC de Sevilla*. “Espadas mantiene que no hay argumentos técnicos para parar La Torre Pelli”.
Disponível em: <http://sevilla.abc.es/20120413/sevilla/sevi-espadas-mantiene-argumentos-tecnicos-201204130107.html> (publicado em 13/04/2012 - acessado em 20/03/2016)

¹¹⁰ Juan Espadas é o atual prefeito da província de Sevilha, tendo o início do mandato em 2015.
<http://www.sevilla.org/> (acessado em 21/03/2016)

¹¹¹ A democracia parlamentarista espanhola, ainda que permita a existência de diversos partidos políticos, é marcada pela forte bipolaridade entre os dois partidos majoritários. O Partido Popular (PP), tido como de centro-direita e conservador e o Partido Socialista Obrero Español, que no espectro político se situa como de centro-esquerda (<http://www.psoe.es/> e <http://www.pp.es/>).

Plano para a zona sul da *Cartuja* (o qual falaremos mais adiante) e afirmou que a altura não seria um problema¹¹². Logo, sob o ponto de vista das leis patrimoniais vigentes, não haveria qualquer empecilho à construção de uma edificação alta, desde que o imóvel não se situasse no conjunto histórico, nem tocasse a lâmina do rio Guadaquivir, ou as margens do mesmo. Vale relembrar que esta posição contrastava com aquela tomada antes pela mesma *Comisión Provincial de Patrimonio Histórico* em 2001, a respeito da construção da Torre Boffil, que foi totalmente rechaçada.

Na reportagem do *Diario de Sevilla* de dezembro de 2005, há a declaração do então secretário de cultura, Bernardo Bueno, esclarecendo que não competiria à *Comisión Provincial de Patrimonio* (esfera regional), conceder permissões à *Junta* para execução do empreendimento, uma vez que o mesmo não alcançava o rio e estava de acordo com as leis patrimoniais¹¹³.

Según el delegado provincial, ‘no hay ley que prohíba’ la construcción de edificios por motivos de altura, siempre que el Plan General de Ordenación Urbana (PGOU) de la respectiva ciudad lo permita, que en el caso de la capital hispalense ‘lo permite’. Sin embargo, recordó que la Junta sí podría poner reparos al futuro emblema de Puerto Triana por cuestiones relacionadas con ‘impacto o contaminación visual’, aunque éstas no tendrían por qué estar relacionadas con el tamaño de la torre.¹¹⁴

Entretanto, apesar destes agentes públicos das esferas municipais e regionais em questão defenderem e se apoiarem na legalidade da obra, no início de 2012 o *Ayuntamiento* demonstrou bastante preocupação com a possível retirada do título da UNESCO, sobremaneira receoso com o impacto que a ação poderia provocar no turismo da cidade¹¹⁵. Além de tentarem chegar a um acordo com o banco promotor do empreendimento, a secretaria de urbanismo pediu a colaboração do Ministério da Cultura e da *Junta* da Andaluzia

¹¹² Jornal *ABC de Sevilla*. “Um tortuoso camino em El cielo”. Disponível em <http://sevilla.abc.es/20120120/sevilla/sevi-tortuoso-camino-cielo-201201192345.html> (publicado em 20/01/2012 - acessado em 20/03/2016)

¹¹³ Sítio eletrônico *Factoria Urbana*. “Cultura avala la torre de 50 plantas en Puerto Triana”. Disponível em <http://www.factoriaurbana.com/urbanforums/viewtopic.php?t=1838&postdays=0&postorder=asc&start=60> (publicado em 16/12/2005 – acessado em 21/03/2016)

¹¹⁴ Idem. De acordo com o delegado provincial, ‘não há nenhuma lei que proíba’ a construção de edifícios com base na altura, sempre que o Plano Geral de Ordenação Urbana (PGOU) da respectiva cidade o permitida, e no caso de Sevilla está permitido. No entanto, ele lembrou que o próprio Conselho poderia exigir reparações no futuro devido aos problemas de “impacto ou a poluição visual”, embora não necessariamente estaria relacionada com o tamanho da torre. *Tradução nossa*.

¹¹⁵ Jornal *ABC de Sevilla*. “Urbanismo paralizará La Torre si no hay un acuerdo entre Cajasol”. Disponível em: <http://sevilla.abc.es/20120120/sevilla/sevi-ayuntamiento-pide-torre-pelli-201201201204.html> (publicado em 20/01/2012 – acessado em 21/03/2016)

para “evitar o desprestígio que teria para a cidade entrar na lista negra”¹¹⁶. Na época, Juan Ignacio Zoido (PP), então prefeito da cidade (2011-2015), solicitou ao presidente da Cajasol, Antonio Pulido, que não continuasse construindo em altura enquanto não fosse feito um acordo e assim não colocar em perigo a declaração dos três bens listados monumentos Patrimônio Mundial¹¹⁷. Não obstante, pouco tempo depois, como aponta reportagem de 27/06/2012 de *Diario de Sevilla*¹¹⁸, o prefeito da cidade tornou-se um dos principais defensores da legalidade da construção junto à UNESCO:

(...) el alcalde de Sevilla, Juan Ignacio Zoido, quien pasó de pedir a Cajasol la paralización inmediata del rascacielos a convertirse en su ardiente defensor, lleva días trabajando maratonianamente en una ofensiva diplomática para evitar que la capital andaluza figure en la lista de Patrimonio Mundial en Peligro, nómina en la que nunca ha figurado un bien español y en la que actualmente no consta ningún país de la Unión Europea¹¹⁹

Depois da publicação do informe do ICOMOS em novembro de 2008, que pedia a paralisação das obras, e após as cartas da UNESCO enviadas às autoridades responsáveis pela gestão do patrimônio da cidade que exigiam um relatório com os impactos do empreendimento sobre os bens da Lista do Patrimônio Mundial, a prefeitura encomendou dois estudos para atender às exigências. Assim, de acordo com a própria UNESCO¹²⁰, em 28 de janeiro de 2010, a Espanha enviou um documento final com o estado de conservação dos seus bens listados e o mapa com a zona também¹²¹. Já o pedido de interrupção das obras não foi atendido.

Para elaboração do relatório, foi criada uma comissão pelo Ministério da Cultura da Espanha, presidida pelo catedrático de História da Arte da Escola de Arquitetura da Universidade de Alcalá de Henares e desenvolvido pelo grupo de pesquisa CARMA da Universidade de Sevilha. Os demais participantes eram: Juan Miguel Hernández de León,

¹¹⁶ Jornal *ABC de Sevilla*. “Urbanismo paralizará La Torre si no hay un acuerdo entre Cajasol”. Disponível em: <http://sevilla.abc.es/20120120/sevilla/sevi-ayuntamiento-pide-torre-pelli-201201201204.html> (publicado em 20/01/2012 – acessado em 21/03/2016)

¹¹⁷ Idem

¹¹⁸ Jornal *Diario de Sevilla*. “La Torre del bien y del mal” Disponível em: <http://www.diariodesevilla.es/article/sevilla/1291397/la-torre/bien/y/mal.html> (publicado em 27/06/2012 - acessado em 23/03/2016)

¹¹⁹ Idem (...) O prefeito de Sevilha, Juan Ignacio Zoido, deixou de pedir a Cajasol a paralisação imediata do arranha-céus ,para se tornar seu ardente defensor, leva dias trabalhando incasavelmente numa ofensiva diplomática para evitar que a capital da Andaluzia passe a figurar na lista do Patrimônio Mundial em Perigo, fato que nunca ocorreu com nenhum bem espanhol, tampouco com outro país da União Europeia. *Tradução nossa*.

¹²⁰ <http://whc.unesco.org/en/list/383/documents/> (acessado em 22/03/2016)

¹²¹ <http://whc.unesco.org/en/soc/523> (acessado em 23/03/2016) - O mapa também apresentado foi praticamente o mesmo criado em 1990 com a delimitação do conjunto histórico de Sevilha. Dessa forma, o terreno em Puerto Triana, encontra-se fora da área de proteção.

catedrático de Arquitetura da Universidade Politécnica e presidente de Círculo de Belas Artes de Madrid; Carlos García Vázquez, catedrático de Arquitetura da Universidade de Sevilha; Pablo Díaz, professor de Arquitetura da Universidade de Sevilha e por Jaime Montaner, arquiteto. Salvo o presidente, todos os membros eram arquitetos¹²².



Fig. 27– Reportagem de *El Correo de Andalucía* (16/09/2009) coloca em tela as diferentes interpretações sobre o impacto negativo da construção do arranha-céu sevilhano. *Tradução nossa*: Especialistas negam o impacto negativo da Torre Pelli. O ICOMOS espanhol, o organismo acessor da UNESCO, considera que o arranha-céu de Cajasol em Puerto Triana prejudicará gravemente o conjunto monumental de Sevilha inscrito no Patrimônio Mundial, uma vez que esses tesouros poderiam passar a figurar na lista negra. Contudo, vários relatórios opinam ao contrário.

O trabalho da comissão incluiu uma análise pormenorizada de toda a normativa que incidia sobre o projeto e, dentre outras coisas, os especialistas concluíram que não havia impacto visual sobre os monumentos¹²³. Asseguraram a legitimidade do projeto, tanto urbanística, quanto patrimonial. Como aponta a manchete jornalística de *El Correo* de (16/09/2009), o estudo concluiu que a torre não é visível de nenhum ponto de vista ao entorno dos monumentos declarados patrimônio mundial.

La Catedral, el Archivo de Indias y el Real Alcázar no sufrirán desde el punto de vista paisajístico con la construcción de la Torre Cajasol en la Cartuja. La contemplación de los tres monumentos declarados patrimonio de la humanidad por la Unesco en el año 1987 quedará a salvo desde todas las perspectivas. Así lo aseguran dos informes técnicos encargados por el Ayuntamiento para contrarrestar el redactado por la sección española de Icomos¹²⁴

¹²² Jornal *El País*. “Los expertos aprueban la Torre Pelli criticada por la Unesco por su impacto (07/01/2010 – acessado em 23/03/2016)

¹²³ Idem

¹²⁴Diário de Sevilla. “La Giralda y la Torre Cajasol: Interferencia cero” Disponível em: <http://www.diariodesevilla.es/sevilla/detail.php?id=424265> (publicado em 15/05/2009 – acessado em 26/03/2016). A Catedral, o Archivo das Índias e o Real Alcázar não sofreram de um ponto de vista

O estudo do grupo CARMA incluiu a análise da possível contaminação visual da torre a partir de vários setores dentro da cidade, incluso fora do seu conjunto urbano. Em relação à observação a partir da Avenida Eduardo Dato e *Puente de San Bernardo* (Distrito de Nervión), por exemplo, os técnicos afirmaram que a Giralda continua a se elevar aos olhos do observador graças a certas “aberturas urbanas” e que unicamente a coroa do arranha-céu pode ser vista, somando-se a outras edificações modernas. Por esse motivo, concluíram: “a presença da dita coroa é aproximadamente setenta vezes menor que a Giralda, ou que a torre do parque dos bombeiros ou que o edifício da Câmara dos Deputados.”

A perspectiva de observação a partir da *Puente de San Telmo* é indicada pelos opositores como uma das de maior contaminação por parte do arranha-céu na paisagem conformada pelas margens do rio Guadaquivir.



Fig.28 – Fotografia registrada a partir do meio da Ponte de *San Telmo*, que cruza o rio Guadaquivir. Do lado direito (leste), destaca-se a Torre do Ouro (monumento tombado pelo Ministério da Cultura da Espanha), no distrito do Casco Antigo. Atrás do monumento mouro, pouco visível no enquadramento, está o *Edifício Del*

paisagístico, com a construção da Torre Cajasol na Cartuja. A contemplação dos três monumentos declarados Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1987 estarão a salvo de todas as perspectivas. Assim garantem dois relatórios técnicos encomendados pela cidade para combater o documento elaborado pela secção espanhola do ICOMOS. *Tradução nossa.*

Cristina e o Teatro de La Maestranza. Do lado esquerdo (oeste), localiza-se o distrito de Triana e sua porção que pertence ao perímetro do conjunto histórico. (Fotografia do próprio autor em trabalho de campo - 10/02/2016)

Outra análise que mereceu a atenção dos técnicos foi a partir do mirante localizado no município vizinho de Aljarafe que proporciona vistas panorâmicas da silhueta oeste da cidade. Eles ressaltam que as visões da Giralda são remotas e de peso reduzido e concluíram: “o que se traduz em sua identificação constitui um autêntico ato de vontade de reconhecimento de um objeto em um entorno protagonizado quantitativamente pelo desenvolvimento da cidade contemporânea, tendo um edifício de certa altura, como a Torre de Los Remedios, possui o dobro de visibilidade que a própria Giralda.”¹²⁵

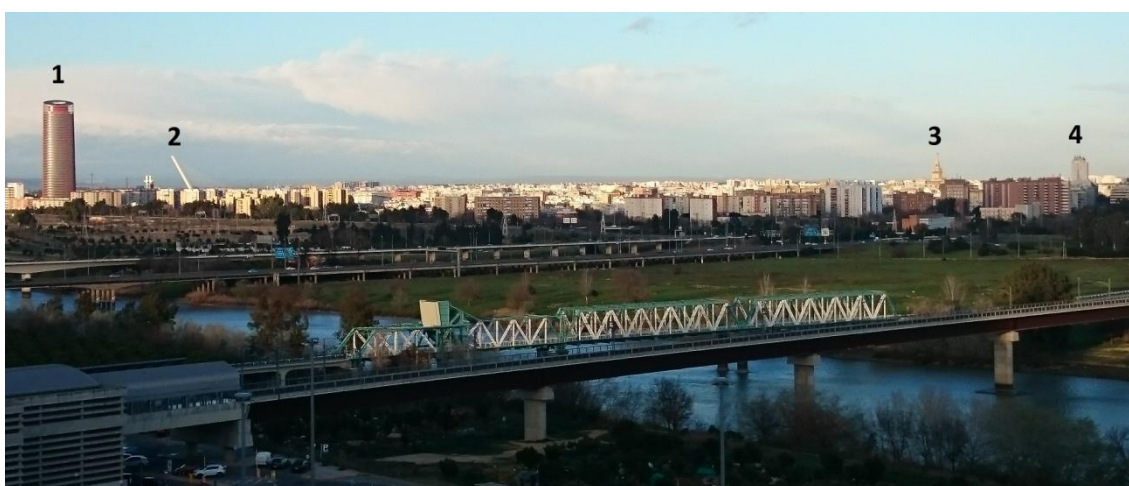


Fig. 29 – Fotografia feita a partir do mirante localizado na borda da colina de Aljarafe. Ponto 1, Torre Sevilla; ponto 2, Ponte Calatrava (140 metros); ponto 3, Giralda (104 metros) e ponto 4, Torre de los Remedios (66 metros). (Fotografia do próprio autor em trabalho de campo - 10/02/2016)

Desde outros pontos localizados no município de Aljarafe, os técnicos da Universidade de Sevilha informaram que o edifício Torre Triana (edifício administrativo da *Junta de Andalucía*) ou um simples cartaz na rodovia A-49 possuem ordens de magnitude próximos as da Torre Cajasol. Acrescentam que o parque comercial no outro município vizinho, Camas, supõe uma interferência onze vezes superior a do arranha-céu. Por fim, a reportagem do *Diario de Sevilla* de 15/05/2009 reproduziu a conclusão do estudo do CARMAS:

¹²⁵ *Diario de Sevilla*. “La Giralda y la Torre Cajasol: Interferencia cero” Disponível em: <http://www.diariodesevilla.es/sevilla/detail.php?id=424265> (publicado em 15/05/2009 – acessado em 26/03/2016)

"Él proyecto de Puerto Triana está formado por habilitaciones urbanas, comercios, jardines, equipos culturales, así como por una torre de oficinas que no perjudica los valores de los monumentos de Sevilla inscritos en la lista del patrimonio de la humanidad".¹²⁶



Fig.30 - Fotografia feita a partir da margem oeste do rio Guadalquivir, em Triana, dentro do perímetro do conjunto histórico. Em destaque a ponte Isabel III, a Torre Sevilla (nº1) e, ao lado, o edifício Torretriana (nº2, 70 metros). Mais à direita, menos nítidos, os antigos pavilhões da EXPO-92 (nº3, estrutura piramidal, o World Trade Center Sevilla, 40 metros, e o nº4, Torre Elevador Schindler, 65 metros)¹²⁷. (Fotografia do próprio autor em trabalho de campo - 10/02/2016)

Na reflexão do relatório, além dessa conclusão, ainda foram feitas algumas recomendações para a UNESCO. Foi pedido que o Comitê reavaliasse sua concepção de monumento como edifício isolado e que o contemplassem dentro do conjunto em que são estabelecidas relações históricas e urbanísticas. Em concreto, pediram que fosse atualizado o conceito de declaração *monumental* e a zona de amortecimento, que no caso de Sevilha

¹²⁶ Diario de Sevilla. “La Giralda y la Torre Cajasol: Interferencia cero” Disponível em: <http://www.diariodesevilla.es/sevilla/detail.php?id=424265> (publicado em 15/05/2009 – acessado em 26/03/2016). O projeto de Puerto Triana está formado por ocupações urbanas, comércio, jardins, equipamentos culturais, assim como por uma torre de escritórios que não prejudica os valores dos monumentos de Sevilha inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. *Tradução nossa.*

¹²⁷ Guia Digital do Patrimônio Cultural da Junta de Andaluzia. Disponível em: <http://www.juntadeandalucia.es/cultura/blog/guia-digital-del-patrimonio-cultural-de-andalucia-el-patrimonio-cultural-a-tu-alcance/>

entrariam outros bens, tal como a *Torre Del Oro*, o *Hospital de La Caridad*, *Las Reales Atarazanas* e a *Fábrica de Tabaco* (atual sede da Universidad de Sevilla).¹²⁸

Além do estudo realizado pelo grupo de pesquisa CARMA, a prefeitura encomendou outro à GAIA-Heritage¹²⁹ - uma sociedade de serviços especializadas na gestão integral e na economia do patrimônio cultural e natural com sede no Líbano e filiais na França -, tal como afirma a reportagem de *El Correo*¹³⁰. Segundo a entidade, não se pode apreciar o arranha-céu a partir dos bens da UNESCO, a não ser que seja do alto da torre da catedral, a Giralda. Ademais, a partir deste ponto, o edifício não se encontra no eixo de vista em direção à Triana (bairro do outro lado do rio, mas pertencente ao conjunto histórico), mas na paisagem formada pela Cartuja e pelos seus edifícios modernos, entre os quais se destacam o Pavilhão da Navegação, a Torre triana, o World Trade Center de Sevilla e a Ponte Calatrava. Logo, o impacto seria muito reduzido.



Fig.31 – Perspectiva de visualização da Torre Sevilla a partir do lado leste do rio Guadalquivir, eixo zona sul da Ilha da Cartuja. Em destaque, edifício Torre triana e o World Trade Center de Sevilla.¹³¹

¹²⁸ Idem

¹²⁹ Disponível em: <http://giaaheritage.com/>

¹³⁰ Jornal *El Correo de Andalucía*. “Expertos niegan el impacto negativo de la Torre Pelli”. Disponível em: <http://elcorreoweb.es/historico/expertos-niegan-el-impacto-negativo-de-la-torre-pelli-PAEC171284> (publicado em 16/09/2009 – acessado em 26/03/2016)

¹³¹ Disponível em: <http://www.europapress.es/andalucia/sevilla-00357/noticia-espana-remite-unesco-informe-monumentos-sevilla-medidas-torre-pelli-20150202150320.html> (acessado em 30/03/2016)



Fig.32 – Reportagem do *Diario de Sevilla* (15/09/2009) sobre a conclusão dos dois relatórios encomendados pela Prefeitura¹³². “A Giralda e a Torre Cajasol: Impacto Zero. Dois informes encomendados pela Prefeitura concluem que o minarete (referência à Giralda) e o novo marco urbanístico apenas coincidirão visualmente e com pequeno impacto desde a A-49 (rodovia que dá acesso à cidade através da entrada oeste)”.

O relatório¹³³ da GAIA-Heritage ainda acrescentou na sua conclusão que a Torre Cajasol não prejudicaria os valores dos monumentos de Sevilha inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, pois em todas as perspectivas, as historicamente documentadas ou outras, do exterior da cidade e em direção ao centro, já haviam perdido sua historicidade devidos às construções modernas (como no bairro *Nervión*, a leste do Centro Histórico), à urbanização e pelas obras realizadas no curso do rio e em seu porto atual. Concluíram que o único ponto de vista histórico desde o qual há uma conjunção entre arranha-céu e Giralda se situa na autoestrada A-49 - direção oeste - que no caso provocaria um impacto visual mínimo.

Outro agente público importante já mencionado, o então secretário de urbanismo Maximiliano Vilchez (PP), declarou para a reportagem jornalística de 21/01/2012 (*ABC de Sevilla*) que a Prefeitura não permitiria de forma alguma que fosse ultrapassada a “linha vermelha” que supusesse um impacto negativo na paisagem histórico urbana de Sevilha. Contudo, o secretário municipal de urbanismo não soube precisar qual seria essa linha limite. Mesmo assim, afirmou que uma vez definida, Cajasol informaria às instituições vinculadas à ONU a revisão do projeto, tendo em vista não colocar em perigo os bens listados. De modo

¹³² <http://www.diariodesevilla.es/article/sevilla/424265/la/giralda/y/la/torre/cajasol/interferencia/cero.html?> (acessado em 28/03/2016) – tradução nossa no corpo do texto.

¹³³ Jornal *El Corre de Andalucía*. “[Expertos niegan el impacto negativo de la Torre Pelli](http://elcorreoweb.es/historico/expertos-niegan-el-impacto-negativo-de-la-torre-pelli-PAEC171284)”. Disponível em: <http://elcorreoweb.es/historico/expertos-niegan-el-impacto-negativo-de-la-torre-pelli-PAEC171284> (publicado em 16/09/2009 – acessado em 26/03/2016)

análogo, em 2005, o prefeito anterior, Sánchez Monteseirín (PSOE), havia declarado que o projeto da torre de mais de 50 andares no futuro espaço financeiro e comercial de Puerto Triana “respeitaria as autoridades culturais”¹³⁴.

Nesse sentido, fica evidente a preocupação do poder público em evitar ao máximo que a cidade entrasse na lista de risco da UNESCO. Ainda que contraditoriamente defendessem a legalidade do projeto, os agentes públicos sabiam e levavam em conta a importância e a visibilidade que a chancela da UNESCO oferecia à cidade. Na reportagem de 25/07/2010¹³⁵, o periódico *El Mundo* destaca os possíveis impactos negativos para a cidade.

(...) como consecuencia de la construcción de la Torre Pelli, (...) de tomar esta decisión, la capital hispalense perdería la catalogación de patrimonio de la humanidad, con las importantes repercusiones turísticas y económicas, entre otras, que esto conllevaría.¹³⁶

O turismo é uma das maiores fonte de geração de renda de Sevilha, logo, qualquer ação que pudesse atrapalhar ou decrescer essa atividade, não era de interesse da municipalidade. Sobre a importância do turismo sevilhano no contexto regional, Gómez & Rubio (1999) destacaram:

Sevilla es una de las ciudades de la Comunidad Autónoma de Andalucía que, por razones estratégicas, está destinada a jugar cada vez más el papel de metrópoli del sur de Europa. Concretamente, desde el punto de vista de turismo cultural, Sevilla constituye en la actualidad la ciudad con mayor atracción (la más visitada y con mayor estadia) u con mayor capacidad de distribución actual del flujo de este tipo de turismo en el entorno regional o de la Comunidad Autónoma. (GÓMEZ & RUBIO, 1999)¹³⁷

Já Vaquero & Lanuza (2012) também destacam a visibilidade que o reconhecimento da UNESCO confere as cidades e o grande impacto para o turismo.

¹³⁴ Sítio eletrônico *Factoria Urbana*. “Cultura avala la torre de 50 plantas en Puerto Triana”. Disponível em: <http://www.factoriaurbana.com/urbanforums/viewtopic.php?t=1838&postdays=0&postorder=asc&start=60> (publicado em 16/12/2005 – acessado em 21/03/2016)

¹³⁵ Jornal *El Mundo*. “El patrimonio de Sevilla se juega su catalogación universal”. Disponível em: http://www.elmundo.es/elmundo/2010/07/25/andalucia_sevilla/1280051208.html (publicado em 25/07/2010 - acessado em 23/03/2016)

¹³⁶ Idem. (...) Como consequência da construção da Torre Pelli (...) de tomar esta decisão, a capital hispalense perderia a catalogação de patrimônio da humanidade, com importantes repercussões turísticas e econômicas, entre outras, que isso repercutiria. *Tradução nossa*.

¹³⁷ Sevilla é uma das cidades da Andaluzia que, por razões estratégicas, está destinada a desempenhar um papel cada vez mais de metrópole do sul da Europa. Especificamente, do ponto de vista do turismo cultural, Sevilha é a cidade com a maior atração (a mais visitada e com maior estadias) ou com mais capacidade de distribuição do fluxo atual deste tipo de turismo no ambiente regional. *Tradução nossa*.

En cuanto a la política turística, las Ciudades del Patrimonio Mundial se han convertido en una imagen de marca de los dos países, un referente para captar la atención de los turistas en viaje más o menos cultural. (VAQUERO & LANUZA, 2012)¹³⁸

Maximiliano Vilchez (PP) recordou em 2006¹³⁹ que o imbróglío do projeto foi herdado da administração anterior (1999 – 2011) de Sánchez Monteseirín (PSOE). O secretário de urbanismo esclareceu que graças à aprovação de um plano especial em dezembro de 2005 para a zona da Cartuja, ficou explícita a possibilidade de execução de edifícios com alturas elevadas. O artigo jornalístico do *Diario de Sevilla* de 02/08/2006¹⁴⁰ confirma o fato da criação do novo marco urbanístico, fixado em um Plano de Reforma Interior, que foi aprovado pela *Gerencia de Urbanismo*, permitindo-se a construção de edifícios entre 150 e 225 metros. O plano em tela permitia, inclusive, a concentração de toda a edificabilidade permitida em um único imóvel.

El Consejo de Gobierno de la Gerencia de Urbanismo tiene previsto aprobar hoy [07/12/2005] con carácter inicial el Plan Especial de Reforma Interior de la zona donde se desarrollará el nuevo proyecto de Puerto Triana. Éste incluirá la construcción de un edificio de 50 plantas y al menos 150 metros de altura que se convertirá en el nuevo techo arquitectónico de la ciudad.¹⁴¹

Com uma possível construção que ultrapassasse a altura da Giralda, Marmól (2006)¹⁴² chama atenção para a dita ‘regra não escrita’ de nenhum edifício sevilhano ultrapassar a altura do campanário mouro da Catedral da cidade, considerado o símbolo secular da capital andaluza. Desde o início da década de 1990, como já mostramos no capítulo anterior com o projeto Torre Boffil, o lançamento de um possível projeto de altura, sempre pareceu ir de encontro à soberania da Giralda. Diversas reportagens que encontramos ao longo dos nossos levantamentos chamavam atenção exatamente para este aspecto.

¹³⁸ Em relação a política turística, as cidades do Patrimônio Mundial se converteram em uma imagem de marca dos países, um referente para captar a atenção dos turistas em viagem mais ou menos cultural. *Tradução nossa*.

¹³⁹ Sítio eletrônico da EXPO-92. “El diseño del rascacielos de la Cartuja es ofrecido a ocho 'estrellas' de la arquitectura”. Disponível em: <http://www.expo92.es/noticias/247-puerto-triana-iniciara-en-abril-las-obras-de-un-proyecto-%22emblematico%22-de-entre-225-y-120-metros-de-altura> (02/08/2006 – acessado em 21/03/2016)

¹⁴⁰ Idem

¹⁴¹ Jornal *ABC de Sevilla*. “El nuevo Puerto Triana incluye una torre que medirá más de 150 metros de altura”. Disponível em http://sevilla.abc.es/hemeroteca/historico-07-12-2005/sevilla/Sevilla/el-nuevo-puerto-triana-incluye-una-torre-que-medira-mas-de-150-metros-de-altura_712827052602.html (publicado em 07/12/2005 - acessado em 21/03/2016)

¹⁴² Sítio eletrônico EXPO-92. “El diseño del rascacielos de la Cartuja es ofrecido a ocho 'estrellas' de la arquitectura”. Disponível em: <http://www.expo92.es/noticias/247-puerto-triana-iniciara-en-abril-las-obras-de-un-proyecto-%22emblematico%22-de-entre-225-y-120-metros-de-altura> (publicado em 02/08/2006 – acessado em 21/03/2016)

Un rascacielos 82 metros más alto que la Giralda

La torre ideada por el argentino Cesar Pelli será el eje de un espectacular centro comercial y de oficinas en Sevilla que estará listo para 2010



EFE

Sevilla - 24 ENE 2007 - 17:24 BRST

Fig.33– “Um arranha-céu 82 metros mais alto que a Giralda. A Torre idealizada pelo argentino Cesar Pelli será o eixo de um espetacular centro comercial e de escritórios em Sevilha que estrá pronto em 2010”¹⁴³

REPORTAJE:

Un rascacielos achica la Giralda

La Unesco examinará el impacto de la torre de Pelli para decidir si excluye a Sevilla de su lista de Patrimonio Mundial - El nuevo Ayuntamiento duda entre pararla o no



REYES RINCÓN  | MARGOT MOLINA

Sevilla - 2 OCT 2011

Fig.34 – “Um arranha-céu apequena a Giralda. A UNESCO examinará o impacto da torre de Pelli para decidir se exclui Sevilha da sua lista de Patrimônio Mundial – A nova prefeitura está na dúvida em Pará-la ou não”¹⁴⁴

Esta referência à Giralda em diversas reportagens é interessante, uma vez que agentes e grupos contrários à construção do empreendimento se utilizaram do valor simbólico e da inserção que do campanário mouro tem na paisagem de Sevilha. A regra não escrita deriva de um entendimento e leitura sobre a paisagem da cidade e a constituição de sua identidade, dotada de forte valor histórico e que confere à Giralda o maior *status* de ícone da cidade. Nessa direção, podemos entendê-la como um geossímbolo (BONNEMAISON, 2002), que por razões religiosas ou culturais, aos olhos de certas pessoas, assume uma dimensão simbólica que fortalece em sua identidade. Esse conceito representa a história coletiva ou individual das

¹⁴³ http://cultura.elpais.com/cultura/2007/01/24/actualidad/1169593206_850215.html (publicado em 24/07/2007 - acessado em 28/03/2016)

¹⁴⁴ http://elpais.com/diario/2011/10/02/cultura/1317506401_850215.html (publicado em 02/10/2011 - acessado em 28/03/2016)

peças de uma comunidade com suas paisagens. Nesses termos, atribuem valores, selecionam elementos, simplificam e dão sentido à realidade vivida.

Os geossímbolos dão significado às paisagens, representando experiências, narrativas, valores e sentimentos das pessoas que nelas viveram ou ainda vivem, de forma a caracterizar determinada porção desta paisagem (BONNEMAISON, 2002 *apud* STRACHULSKI, 2015. P. 78)

Em contrapartida, para outros, podemos identificar um diverso ‘modo de olhar’ a paisagem, não tão calcada nos seus valores históricos, mas na necessidade da criação de um novo marco que representasse a modernização e o desenvolvimento. A constituição de uma nova forma simbólica espacial (CORRÊA, 2008) aglutina uma série de revisões da perspectiva do olhar sobre a paisagem onde se insere, cuja dinâmica atende a apelos de origens e tempos diversos, mas, sobretudo, assegura novas possibilidades de leitura e de consumo dela própria. Nesse sentido, há mais de uma década um arranha-céu vinha sendo defendido por agentes públicos e privados para o vislumbrando um alavancamento econômico da Ilha da Cartuja e, como consequência, de toda cidade.

A reportagem de 25/06/2011 do *ABC de Sevilla* mostra a defesa do então prefeito Sánchez Monteseirín diante da necessidade da construção de um novo marco arquitetônico de altura na cidade¹⁴⁵. Um dos pontos chave para compreender a legalidade do projeto e a estreita relação com a política urbana levada a cabo pelos agentes públicos é o fato de existir no PGOU de 2006 a iniciativa de dotar a cidade com edifícios com alturas particulares nas quatro entradas da cidade¹⁴⁶. Diferentemente do modelo mais difundido no urbanismo mundial de agrupar torres numa área contígua, o PGOU sugere essa lógica espacial dos edifícios e o seu caráter simbólico¹⁴⁷. Dessa forma o então alcaide Monteseirín balizou sua defesa do empreendimento e ressaltou a imagem poderosa de pujança econômica e urbana que a cidade teria.¹⁴⁸

¹⁴⁵ *Jornal ABC de Sevilla*. “Um tortuoso caminho em El cielo”. Disponível em <http://sevilla.abc.es/20120120/sevilla/sevi-tortuoso-camino-cielo-201201192345.html> (publicado em 20/01/2012 - acessado em 20/03/2016)

¹⁴⁶ Plan General de Ordenación Urbana disponível em: www.pgou.eu/Sevilla.htm

¹⁴⁷ Blog Torre Pelli. “Biografía Torre Pelli” Disponível em: torre-pelli.blogspot.com.br (acessado em 28/03/2016)

¹⁴⁸ Original: “El PGOU establece la posibilidad de marcar las actuales entradas a la ciudad con hitos en altura, es decir, con edificios de imagen poderosa que simbolicen la pujanza económica y urbana de Sevilla”. Tradução nossa. <http://www.fhecor.es/news/index/view/47> (acessado em 23/03/2016)

O mesmo artigo jornalístico de 25/06/2011 relata a assinatura, na época, de um documento que cedia os terrenos municipais anexos à Torre Cajasol, com a condição de que a Gerência de Urbanismo fosse trasladada para o futuro edifício.

La presión que el Ayuntamiento gobernado por Alfredo Sanchez Monteseirín ha hecho durante estos años para que se lleve a cabo la construcción de la Torre Cajasol tuvo su último capítulo apenas dos días antes de las elecciones (...). El 20 de mayo, último día de la campaña electoral y a las puertas de la reunión en París en la que la Unesco iba teóricamente a pronunciarse sobre la Torre Pelli, Monteseirín firmó con el presidente de Cajasol, Antonio Pulido, y en contra de los informes de la Intervención municipal, un convenio de «permuta de cosa futura» por el que el Ayuntamiento cederá a la caja de ahorros los terrenos anexos al rascacielos a cambio de que la Gerencia de Urbanismo se traslade a unas oficinas dispuestas en la futura Torre. 149

Podemos perceber a nítida e estreita relação entre a municipalidade e a instituição financeira, ambas com propósitos convergentes para a execução de um projeto na zona da Cartuja. O projeto, portanto, é resultado da associação de interesses do poder local, *Ayuntamiento*, e dos agentes privados, *Sociedad Puerto Triana / Cajasol*. No caso, a prefeitura de Sevilha foi a grande patrocinadora por viabilizar legalmente empreendimentos daquela zona, possibilitando que fossem erguidos edifícios de altura. Logo, vale observar que a alteração das especificidades da lei de uso de solo da zona da Cartuja foi apresentada em dezembro de 2005 - antes da realização do concurso convocado pela *Sociedad Puerto Triana* para a construção da Torre.

De acordo com o então alcaide Alfredo Sánchez Monteseirín (reportagem de 07/12/2005 do *ABC de Sevilla*¹⁵⁰), a aprovação do *Plan Especial de Puerto Triana* iria caminhar com o objetivo de “fazer cidade e apagar as fronteiras que separam a Ilha da Cartuja de Sevilha”¹⁵¹. A proposta de alteração do PGOU para a zona da Cartuja apresentada no Conselho de Gerência Urbana foi qualificada por Monteseirín como de “extraordinária envergadura”, pois além da altura fora do padrão encontrado na cidade, seria possibilitado

¹⁴⁹ Jornal *ABC de Sevilla*. “Monteseirín cedió a Cajasol los terrenos anexos a Torre Pelli dos días antes de las elecciones” Disponível em: <http://sevilla.abc.es/20110626/sevilla/sevi-monteseirin-cedio-cajasol-terrenos-201106252145.html> (publicado em 25/06/2011 - acessado em 20/03/2016). A pressão que a cidade governada por Alfredo Sanchez Monteseirín tem feito ao longo dos anos para ser realizada a construção da Torre Cajasol teve seu último capítulo apenas dois dias antes das eleições (...). Em 20 de maio, o último dia da campanha eleitoral e às vésperas da reunião em Paris em que a UNESCO ia teoricamente decidir sobre a Torre de Pelli, Monteseirín acordou com o presidente da Cajasol, Antonio Pulido, e contrário aos informes da Intervenção Municipal, a "troca de coisa futura", através da qual a cidade vai transferir para a Caja de Ahorros os terrenos anexos ao arranha-céus em troca da Gerência de Urbanismo trasladar sua sede para os escritórios da futura torre. *Tradução nossa*.

¹⁵⁰ Jornal *ABC de Sevilla*. “El nuevo Puerto Triana incluye una torre que medirá más de 150 metros de altura”. Disponível em http://sevilla.abc.es/hemeroteca/historico-07-12-2005/sevilla/Sevilla/el-nuevo-puerto-triana-incluye-una-torre-que-medira-mas-de-150-metros-de-altura_712827052602.html (publicado em 07/12/2005 - acessado em 21/03/2016)

¹⁵¹ Idem

colocar em marcha um “centro financeiro” de 68.000 metros quadrados, dois quais 48.000 seriam apenas para atividades comerciais, além de um estacionamento dotado de 4.000 vagas.

Nesta mesma reportagem de 07/12/2005, são mencionados os gastos e os investimentos previstos, na época, a serem feitos pelo poder público para realização de obras de intervenção sobre espaços públicos. Foram somados 4,8 milhões de euros, que sairiam dos cofres públicos e 214.700 de euros assumidos pelos promotores privados. Ademais, o plano previa construções e reestruturações dos acessos viários da zona, permitindo maior acesso e a necessidade de um estudo sobre o tráfego da área.¹⁵² Ficou definido ainda a atuação urbanística de 180.000 metros quadrados de terrenos em frente à margem do rio Guadalquivir, onde se concentrariam espaços livres, zonas verdes e os edifícios financeiros e comerciais¹⁵³. Assim, ao menos no campo do planejamento urbano levado a cabo pela municipalidade, seria dado um nova função e utilização de uma área que desde o final da EXPO-92 encontrava-se subutilizada e pouco atrativa para investimentos.

Em outra reportagem jornalística (*Diario de Sevilla*) divulgada em dezembro de 2005¹⁵⁴, o prefeito declarou que “os edificios de grande altura são elementos consubstanciais das grandes cidades” e que “Sevilha é uma grande cidade que deve ter o que têm as grandes cidades”, ainda acrescentou que a prefeitura estava cumprindo seu papel e continuaria a trabalhar para que a cidade avançasse sob o ponto de vista urbanístico. Retoricamente, consta sua afirmação de que não havia ninguém mais respeitoso e preocupado com a cidade do que a própria Prefeitura. Por último, assinalou que *Puerto Triana* se converteria em “referência da Sevilha de hoje e a Sevilha do futuro”¹⁵⁵.

Partindo da abordagem baseada na economia política urbana de Rossi & Vanolo (2010), compreender as afirmativas e as ações dos agentes públicos a luz da “política como representação”, nos ajuda a entender melhor a política conduzida no caso de Sevilha. A ação da esfera municipal guarda claramente aspectos performáticos e táticas discursivas com o propósito de oferecer uma representação da cidade capaz de conferir legitimidade aos

¹⁵² “El nuevo Puerto Triana incluye una torre que medirá más de 150 metros de altura”. Disponível em http://sevilla.abc.es/hemeroteca/historico-07-12-2005/sevilla/Sevilla/el-nuevo-puerto-triana-incluye-una-torre-que-medira-mas-de-150-metros-de-altura_712827052602.html (07/12/2005 - acessado em 21/03/2016)

¹⁵³ Idem

¹⁵⁴ “Cultura avala la torre de 50 plantas en Puerto Triana”. Disponível em <http://www.factoriaurbana.com/urbanforums/viewtopic.php?t=1838&postdays=0&postorder=asc&start=60> (16/12/2005 – acessado em 21/03/2016)

¹⁵⁵ “Cultura avala la torre de 50 plantas en Puerto Triana”. Disponível em <http://www.factoriaurbana.com/urbanforums/viewtopic.php?t=1838&postdays=0&postorder=asc&start=60> (16/12/2005 – acessado em 21/03/2016)

processos de desenvolvimento urbano. Como apontaram os autores, o ordenamento das cidades num contexto de globalização e do regime urbano neoliberal, se baseia na sua capacidade competitiva com outras cidades (ROSSI & VANOLO, 2010)

Le città, per il fascino e la forza di attrazione che esercitano nell'immaginario collettivo, sono destinatarie di una complessa e per molti aspetti controversa 'politica di traduzione' di immagini, simboli e rappresentazioni della vitta associata, che attinge a una varietà di linguaggi e codici culturali. (ROSSI & VANOLO, 2010. p. 17)¹⁵⁶

Da mesma maneira, as ações e discursos dos agentes públicos são, segundo a tríade da política urbana de Rossi & Vanolo (2010), “política como governo”. Sendo assim, as cidades contemporâneas, tal como Sevilha, refletem claramente a afirmação de uma “racionalidade governamental”. Elas são chamadas a se constituírem como atores coletivos e, como tal, se responsabilizam em relação aos objetivos do desenvolvimento econômico, adotando comportamentos empreendedores de competição e cooperação com outras cidades, tanto a nível nacional, como internacional, colocando em campo o propósito estratégico de regeneração urbana e atração dos investimentos através de iniciativas que reforcem o próprio posicionamento material e imaginário no espaço urbano das relações econômicas e culturais globais (Idem, 2010).

4.3 – As ações e estratégias dos grupos contrários à construção da Torre Sevilla

As ações e posicionamento do ICOMOS

O Conselho Internacional de Monumentos e Lugares de Interesse Artístico e Histórico é uma organização não governamental fundada em 1965 com base nas diretrizes estabelecidas previamente em 1964 no Congresso Internacional sobre Restauração e Conservação de Monumentos e Sítios (Congresso de Veneza). De um modo geral, este conselho presta assessoria e dá suporte às tomadas de decisões da UNESCO, promovendo a teoria, a metodologia e a tecnologia para serem aplicadas na conservação e na proteção dos patrimônios listados (SILVA, 2012). Dentre as muitas funções e objetivos que competem ao ICOMOS, especificamente, destacam-se: opinar sobre os pedidos de inscrição de um bem cultural na Lista do Patrimônio Mundial mediante a emissão de pareceres de cunho

¹⁵⁶ As cidades, pelo fascínio e a força de atração que exercem no imaginário coletivo, são dirigidas por uma complexa e controversa 'política de traduções' das imagens, símbolos e representações da vida, que atinge a uma variedade de linguagens e códigos culturais. *Tradução nossa.*

eminentemente técnico e apontar medidas protetoras a serem tomadas pelo Estado responsável pela inscrição do bem (Idem, 2012).



Fig. 35 – “A Torre Cajasol pode tirar de Sevilha a sua condição de Patrimônio da Humanidade”. Jornal *El Confidencial* 22/07/2010 (www.elconfidencial.es)

Em março de 2007, o Comitê espanhol do ICOMOS emitiu às instituições responsáveis pelo patrimônio cultural da Comunidade Autônoma da Andaluzia e do município de Sevilha um comunicado expressando sua preocupação com a construção da torre, sobretudo pelo fato de o projeto localizar-se muito próximo do conjunto histórico (80 metros) e especialmente limítrofe ao arrabalde histórico de Triana e ao Monastério da Cartuja (tombado pelo Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico)¹⁵⁷. Com ênfase, o comunicado chamava atenção para o grande impacto sobre “*a paisagem global da cidade e sobre ao menos dois dos bens sevillanos inscritos na Lista do Patrimônio Mundial: a Catedral-Giralda e o Real Alcázar*”¹⁵⁸ (ICOMOS, 2008).

¹⁵⁷ <http://www.iaph.es/web/canales/conoce-el-patrimonio/base-de-datos-en-linea/>

¹⁵⁸ Traduzido pelo autor do original: “(...) el paisaje global de la ciudad y sobre al menos dos de los bienes sevillanos inscritos en la Lista del Patrimonio Mundial: la Catedral-Giralda y el Alcázar.” (ICOMOS, 2008)

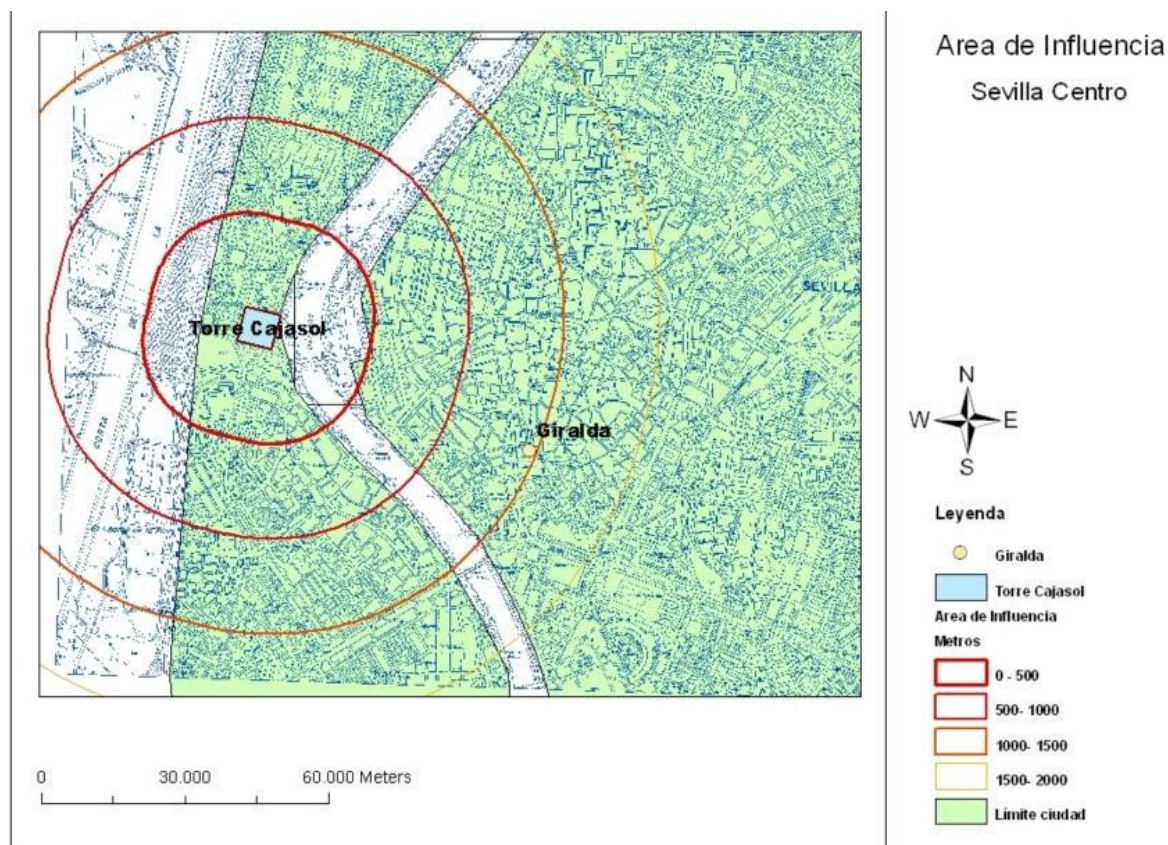


Fig.36 – Mapa com a área de influência da Torre Cajasol sobre o centro de Sevilha. Em destaque, a localização da Giralda. (<http://ciudadaniacontralatorrepelli.blogspot.com.br/>)

Cuadro 1. Distancias aproximadas entre la Torre Pelli y edificios y espacios de significado cultural en Sevilla.	
Puntos de referencia	Distancia aproximada en metros
Torre Pelli y límite del conjunto histórico (sector Triana)	80 m
Torre Pelli y antiguo trazado de la muralla de Sevilla	750 m
Torre Pelli y Catedral-Giralda (Patrimonio Mundial)	1.500 m
Torre Pelli y Archivo de Indias (Patrimonio Mundial)	1.620 m
Torre Pelli y Alcázar (Patrimonio Mundial)	1.720 m

Tabela 3 – Quadro com as distâncias aproximadas entre a Torre Pelli e os edifícios e espaços de significado cultural em Sevilha. (ICOMOS, 2008)

Sem obtenção de respostas pelas instituições espanholas e preocupado com o ritmo das obras, o comitê espanhol do ICOMOS realizou um estudo que teve como resultado um documento¹⁵⁹ de 31 páginas, divulgado em novembro de 2008, com objetivo de informar oficialmente à UNESCO conclusões negativas sobre a “contaminação visual” que o

¹⁵⁹ Documento disponível em http://www.st-tasacion.es/ext/pdf/informacion_mercado/informe_sobre_Torre_Pelli.pdf (acessado em 18/01/2015)

empreendimento de 180 metros provocaria na paisagem histórica e patrimonial da cidade¹⁶⁰. Entre outras coisas, era recomendado à UNESCO incluir Sevilha na Lista dos bens em perigo, caso a execução do projeto não fosse paralisada¹⁶¹. Assim, houve uma clara recomendação para a prefeitura local suspender a licença da construção, diante do suposto impacto irreversível na percepção dos bens inscritos (Catedral-Giralda, Alcázar e Arquivo das Índias). De acordo com o documento do informe, temos:

Uno de los aspectos básicos de este informe no es entrar a valorar el proyecto arquitectónico del estudio de César Pelli, sino evaluar la incidencia del proyecto urbanístico que se ha conformado en este sector tan sensible al paisaje urbano de Sevilla, tan próximo a su conjunto histórico y con tanta incidencia sobre la percepción de uno de los bienes citados de la Lista del Patrimonio Mundial (...) En otras palabras, este informe no entra a valorar si la obra se corresponde con un buen o un mal proyecto de arquitectura, sino que tratará de exponer si un mal planteamiento urbanístico puede alterar los valores de algunos de los bienes sevillanos inscritos en la Lista del Patrimonio Mundial. (ICOMOS, 2008. p.3)¹⁶²

O informe do ICOMOS foi assinado pela presidente do comitê do órgão na Espanha, María Rosa Suárez-Inclán. Buscamos os nomes de outros técnicos e responsáveis pela elaboração do documento; porém, não encontramos mais informações. Em entrevista ao *El País* de 15/09/2009¹⁶³, a presidente destacou as motivações para se produzir um relatório buscando a profundidade das circunstâncias que acompanhavam o projeto de César Pelli em Sevilha.

- Presumível falta de adequação da iniciativa diante dos princípios da Convenção da UNESCO;
- A falsa identificação entre modernidade e edifícios de porte elevado;

¹⁶⁰ *Jornal Diario de Sevilla*. “Icomos plantea su informe sobre la Torre Cajasol al comité” Disponível em: <http://www.diariodesevilla.es/article/sevilla/457055/icomos/plantea/su/informe/sobre/la/torre/cajasol/comite.html> (publicado em 26/06/2009 - acessado em 23/03/2016)

¹⁶¹ *Jornal El País*. “Icomos pide que Sevilla se declare patrimonio en peligro” http://elpais.com/diario/2008/11/27/andalucia/1227741738_850215.html (publicado em 27/10/2008 - acessado em 20/03/2016)

¹⁶² Um dos aspectos fundamentais deste relatório não é avaliar o projeto arquitetônico do escritório do arquiteto Cesar Pelli, mas sim avaliar o impacto do projeto urbanístico desenvolvido neste setor da cidade tão sensível à paisagem de Sevilha, tão perto de seus locais históricos e com tal impacto sobre a percepção de um dos bens listados na Lista do Patrimônio Mundial (...) Em outras palavras, este informe não vem avaliar se a obra corresponde a um bom ou ruim projeto de arquitetura, mas tenta tratar de expor se um mau projeto urbanístico poder alterar os valores de alguns dos bens sevillanos inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. *Tradução nossa*.

¹⁶³ *Jornal El Correo*. “Icomos saca tarjeta amarilla a Sevilla por la Torre Cajasol”. Disponível em: <http://elcorreoweb.es/historico/icomos-saca-tarjeta-amarilla-a-sevilla-por-la-torre-cajasol-MEEC136486> (publicado em 15/09/2009 - acessado em 20/03/2016)

- A ignorância dos valores da paisagem urbana como elemento relevante no âmbito de projetos de arranha-céus;
- A ausência de uma atitude definida por parte das autoridades municipais e demais responsáveis pela cultura para preservar alguns dos espaços chave em uma das cidades com maior peso patrimonial da Andaluzia e da Espanha.

O caso da exclusão da cidade de Dresden um ano antes foi utilizado pelo então vice-secretário do ICOMOS na Espanha, Víctor Fernández Salinas, para demonstrar a possível consequência negativa para Sevilha¹⁶⁴. O mesmo havia exigido providências do poder municipal para que demonstrasse algum sinal de mudança de atitude de Sevilha antes da reunião anual do comitê que foi realizado em junho de 2012 em São Petersburgo. O ICOMOS ainda chegou a propor à prefeitura que organizasse uma reunião com as partes afetadas para buscarem uma solução que conjugasse todos os interesses. Ademais, sugeriu que caso houvesse a necessidade de pagamento de indenização à promotora da obra (diante da paralisação das obras), esta ficaria a cargo das três esferas de poder, *Ayuntamiento, Gobierno Central e Junta*¹⁶⁵.

Em comunicado, o ICOMOS recordou à *Junta de Andalucía* que era de “sua competência e compromisso a correta conservação do patrimônio.” Enfatizaram ainda que o Estado signatário (Governo Nacional) é o último responsável ante a UNESCO da “correta gestão” dos bens inscritos na lista de patrimônio Mundial.¹⁶⁶ Além disso, enfatizou que caso existisse uma previa delimitação da área de entorno do conjunto histórico de Sevilha (zona tampão), o que não era o caso, a raiz de todo o problema teria sido evitada. Sobre o debate em relação à altura aceitável pela instituição, o ICOMOS não mencionou uma cifra, apenas recomendou que esta não fosse resultado de uma negociação econômica, mas sim de um projeto sério elaborado por um grupo de especialistas reconhecidos e independentes.¹⁶⁷

¹⁶⁴ *Jornal ABC de Sevilla* “*Icomos no sabe se Unesco tratará la Torre Pelli en Junio*”. Disponível em: <http://sevilla.abc.es/20120413/sevilla/sevi-icomos-sabe-unesco-tratar-201204130101.html> (publicado em 13/04/2012 – acessado em 20/03/2016)

¹⁶⁵ Idem

¹⁶⁶ *Jornal Diario de Sevilla* “*Icomos señala a Junta y Estado como corresponsables de la Torre Cajasol*”. Disponível em: <http://www.diariodesevilla.es/article/sevilla/1164915/icomos/senala/junta/y/estado/como/corresponsables/la/torre/cajasol.html> (publicado em 22/01/2012 - acessado em 23/03/2016)

¹⁶⁷ *Jornal Diario de Sevilla* “*Icomos señala a Junta y Estado como corresponsables de la Torre Cajasol*”. Disponível em: <http://www.diariodesevilla.es/article/sevilla/1164915/icomos/senala/junta/y/estado/como/corresponsables/la/torre/cajasol.html> (publicado em 22/01/2012 - acessado em 23/03/2016)

4.3.1 – A instrumentalização da paisagem no informe pelo ICOMOS e pela Plataforma Cidadã “Tumbala”

O ICOMOS esteve desde o princípio totalmente contra o arranha-céu, uma vez que este, no entendimento do seu corpo técnico, agrediria o “perfil da cidade”. Identificamos que a principal estratégia para conseguir levar a cabo a paralisação das obras foi a “ameaça” de perda do título da UNESCO, visto que poria em perigo a catalogação dos três monumentos na Lista do Patrimônio Mundial. Contudo, a fundamentação teórica da sua refutação foi baseada no “impacto visual negativo” que a torre provocaria na percepção da “paisagem histórica”.

Não obstante, para não perdermos em conta a complexidade dos fenômenos e a profundidade do debate, sem cairmos em dicotomias herméticas, dentro do próprio ICOMOS, ainda que não fosse maioria, encontramos vozes dissonantes que não enxergavam necessariamente o arranha-céu como um problema. O reconhecido urbanista francês George Zouain, ex-diretor do Patrimônio Mundial da UNESCO, que foi a Sevilha para estudar o caso, declarou¹⁶⁸ que o impacto da torre seria positivo, pois a conclusão deveria levar em conta a localização que ela está inserida, no setor extramuros da cidade, do outro lado do rio, numa zona dedicada também às mesmas atividades terciárias que o empreendimento concentrará.

Entretanto, a despeito das vozes dissonantes dentro da própria organização, ao longo de todo o documento de 31 páginas do ICOMOS, fica claro o entendimento do corpo técnico de que a torre é inapropriada com o contexto urbano onde iria se inserir. A única “solução” apresentada foi a interrupção da obra, que, em outras palavras, significava a não existência da mesma. Nesse sentido, percebemos que nesta perspectiva de patrimônio, sua conservação e gestão, as novas construções dessa espécie, próximas ao centro histórico, são consideradas uma “ameaça” para o valor excepcional artístico e histórico da cidade.

Como já anteriormente citado, o então secretário do Comitê espanhol do ICOMOS, Víctor Fernandez Salinas, apontado como uma das principais vozes contrárias à torre, afirmou que a construção da Torre Sevilha seria um importante transformador da paisagem da cidade (Salinas, 2008). Dessa forma, haveria possíveis alterações da percepção da cidade como um

¹⁶⁸ Blog Torre Pelli Biografia. “A polêmica sobre a Torre: os favoráveis”. Disponível em: torre-pelli.blogspot.com.br

todo, pois, para ele, “sem dúvida, mudará a percepção da cidade e competirá com os marcos valiosos que forjaram os perfis e perspectivas de Sevilha”¹⁶⁹ (SALINAS, 2008. p.23).

A partir da página 3 do informe, os técnicos espanhóis dedicaram uma seção inteira para explicarem a importância da “paisagem urbana da cidade” e de que maneira o empreendimento influiria sobre a mesma. A principal linha argumentativa se pauta, portanto, na “preservação” da paisagem da cidade. A ideia de paisagem é marcada pela sua dimensão visual, de enquadramento, tela formada diante dos nossos olhos, seja na observação direta ou através da iconografia. Para eles, a paisagem legítima seria aquela marcada pelos valores históricos expressos pela morfologia das construções baixas e pelas igrejas, sobretudo suas torres e campanários. A relação da cidade com o rio Guadalquivir também é ressaltada como marca do seu desenvolvimento histórico. No documento, são utilizados quadros e pinturas da Sevilha histórica retratadas por Alonso Sánchez Coello e Domínguez Bécquer para ressaltarem os aspectos das marcas históricas da paisagem sevilhana.

Hay una rica iconografía recogida en la pintura y en los trabajos fotográficos que confirma que buena parte de la personalidad de Sevilla se recoge en su relación con el río y con el caserío tradicional, del que sobresalen los hitos de los templos y, entre ellos, la rotunda imagen de la Catedral y sobre ella la Giralda. Parece obvio, aunque deba recordarse aquí, que el valor fundamental, y en el que se esconde en buena parte el espíritu del Sevilla, es el río Guadalquivir. (ICOMOS, 2008. p 4)¹⁷⁰

O documento reconhece as perdas levadas a cabo pelas demolições, substituições e modificações de construções ocorridas nos anos sessenta e setenta no *Casco Antiguo*, contudo enfatizam que estas não alteraram substancialmente as chaves básicas da paisagem histórica de Sevilha. Este fato facilitaria uma leitura de cidade ainda bastante clara a partir dos principais mirantes e pontos de observação, sobretudo aqueles às margens do rio. Dessa forma, essas circunstâncias fariam da paisagem urbana da cidade uma das mais singulares da Espanha entre as de população do seu porte (ICOMOS, 2008). Esta concepção nos remete às ideias de Cosgrove (2000) da paisagem como um texto, que poderia ser lida e interpretada. Nessa leitura, de acordo com os técnicos do ICOMOS, os elementos chave são aqueles ligados aos valores históricos.

¹⁶⁹ Do original: “A los pies de la Cartuja y a escasos metros del límite del conjunto histórico, se ha comenzado la construcción de un rascacielos de 178 metros y 53 plantas, firmado por el arquitecto César Pelli, que sin duda cambiará la percepción de la ciudad y competirá con los hitos valiosos que han forjado los perfiles y perspectivas de Sevilla. Tradução nossa.

¹⁷⁰ Há uma rica iconografia percorrida na pintura e nos trabalhos fotográficos que confirma que boa parte da personalidade de Sevilha se deve a sua relação com o rio e com o casario tradicional, onde sobressaem os marcos dos templos, entre eles, a imagem da Catedral e da Giralda. Parece óbvio, ainda que deva ser recordado aqui, que o valor fundamental, e que se esconde em boa parte o espírito de Sevilha, é o rio Guadalquivir. Tradução nossa.

O documento aponta o fato de a Andaluzia possuir seis bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (cinco na categoria patrimônio cultural) e conclui que diante do discurso feito à época da posse da conselheira do Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico (IAPH), Rosa Torres Ruiz, certamente a instituição deveria reconhecer os valores da paisagem da cidade e suas condições merecedoras de excepcionalidade (ICOMOS, 2008).

[sobre o discurso da então conselheira do IAPH] se hace mención a la importancia que está adquiriendo el paisaje en la política cultural andaluza: ‘Mención destacada merece el proyecto que el IAPH [Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, dependiente de la Consejería de Cultura] aborda en esta legislatura sobre el paisaje urbano histórico en las Ciudades Históricas Patrimonio Mundial, y que incluye los estudios para la formulación de una propuesta de gestión patrimonial y de declaración del Paisaje Urbano Histórico de Sevilla como Patrimonio Mundial (ICOMOS, 2008. p. 5)¹⁷¹

A partir da página 6, o documento evidencia os possíveis impactos do arranha-céu sobre os bens patrimoniais de Sevilha desde diferentes escalas e pontos de observação. Como já mencionamos anteriormente, para o ICOMOS, o maior problema está na sua localização (problema de ordem geográfica), que afetaria em vários níveis o patrimônio cultural da cidade. De acordo com o informe, ao menos em quatro escalas¹⁷², o projeto entraria em conflito com os bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial:

Um dos impactos relatados pelos técnicos, por exemplo, seria na “escala geral e metropolitana”. Especificamente, na área já mencionada na seção anterior no relatório do grupo de pesquisa CARMAS, situada no município à oeste de Sevilla, que concluiu ser remota e de pouco peso a visão da Giralda a partir deste ponto. Para o ICOMOS, neste mirante onde se localiza a borda oriental de uma pequena colina (mesa) que possibilita as melhores vistas gerais da cidade, até antes da construção da torre, afirma que a Giralda, as naves da Catedral, seguido de outros edifícios monumentais e relacionados com a história de Sevilha (as torres da Plaza de España e outras torres de igrejas), eram os elementos mais importantes constituintes da paisagem deste ponto de vista. Ainda que houvesse alguns

¹⁷¹ Referiu-se à importância crescente da paisagem na política cultural da Andaluzia: 'Menção especial merece o projeto que o [Instituto do Patrimônio Histórico da Andaluzia, no âmbito do Ministério da Cultura] aborda nesta legislatura sobre a paisagem urbana histórica nas Cidades Históricas Patrimônio Mundial, que inclui estudos para a formulação de uma proposta de gestão patrimonial e a declaração da Paisagem Urbana Histórica de Sevilha como Patrimônio Mundial. *Tradução nossa.*

¹⁷² As escalas afetadas seriam: geral e metropolitana; municipal; do conjunto histórico; da margem histórica do rio Guadaquivir e a intermediária (Distrito de Triana, Ribeira próxima ao trecho histórico do rio e do Monastério de Santa María de las Cuevas. (ICOMOS, 2008).

edifícios do século XX - como a Torre de Los Remédios, a Torre Triana e a Torre Mafre – o relatório afirma que não despontavam o protagonismo da Giralda.

Nesta mesma escala destacam o fato de que em outros acessos à cidade - ao Norte e a partir do Oeste - o arranha-céu ganharia todo o protagonismo como marco no quadrante noroeste da área metropolitana da cidade e ao longo de trechos do rio Guadaquivir. Já para o relatório de CARMAS, nestes acessos havia outros elementos que impactavam mais do que a própria Torre.

De acordo com o documento do ICOMOS, a escala mais comprometida seria a das proximidades do centro histórico. Um dos extremos do conjunto histórico se encontra a apenas 80 metros do perímetro definido pelo PGOU de 1990 e que se tornou, posteriormente, a zona de amortecimento apresentada à UNESCO. Complementa que, conseqüentemente, a área mais atingida do setor histórico seria o distrito de Triana, um dos mais “singulares” e “idiossincráticos” da cidade, onde de diversas partes, não exclusivamente nas áreas vizinhas ao arranha-céu, se veria condicionado pela presença da torre.

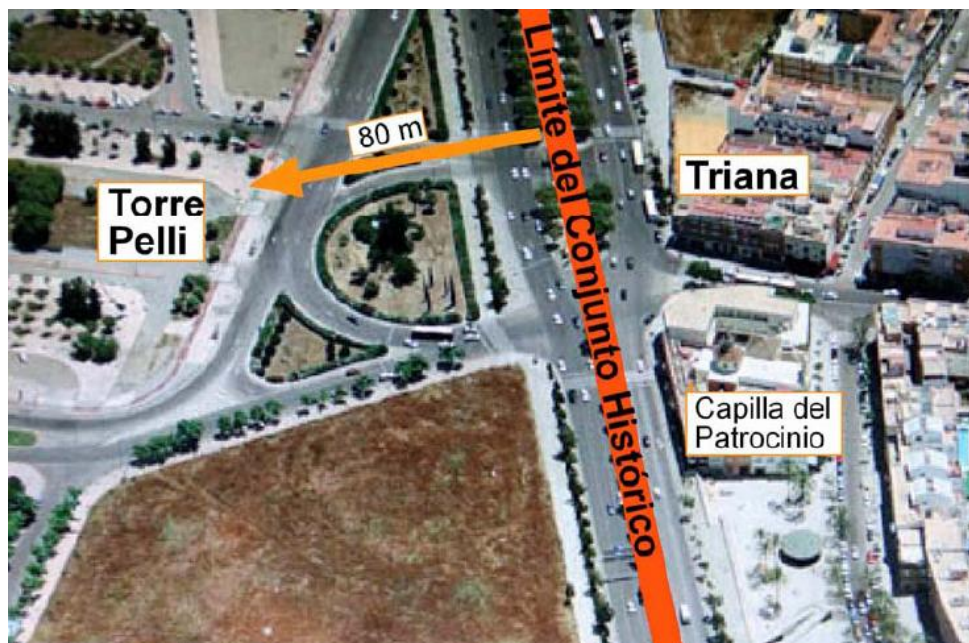


Fig.37 – Localização da Torre Pelli (zona sul da Ilha da Cartuja) em relação ao limite noroeste do perímetro do conjunto histórico de Sevilha definido pelo PGOU de 1990. (ICOMOS, 2008)

Ao longo da seção do informe ICOMOS intitulada “*Impacto de la Propuesta de Construcción del Rascacielos Torre Pelli en los Bienes Patrimoniales de Sevilla*”, são explicados os impactos nas diferentes escalas, com a ilustração alguns eixos de perspectivas

que confluíam para o edifício a partir de pontos históricos de observação, “contaminando” a paisagem.

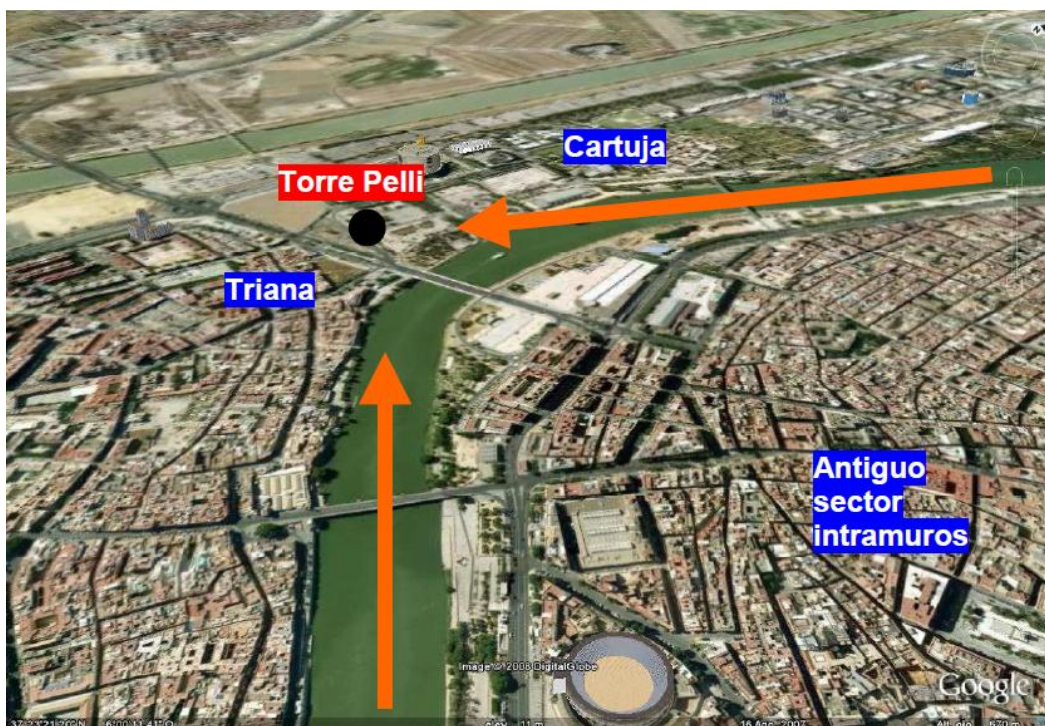


Fig.38 – Eixo de perspectivas que confluem para a Torre Pelli, desde as margens mais ao sul ou ao norte do rio Guadaquivir. (ICOMOS, 2008)



Fig.39 – Ponto de vista a partir do eixo de perspectiva desde a margem mais ao sul do rio Guadaquivir. A montagem, já que a torre ainda não tinha sido construída, coloca no mesmo enquadramento, a Torre Pelli e a Torre Del Oro, construção de 36 metros de altura datada do século XIII (herança da ocupação moura) e declarada em 1931 Monumento Histórico-Artístico do Patrimônio Histórico Espanhol (esfera nacional). (ICOMOS, 2008 e Ministério da Cultura da Espanha, <http://www.mecd.gob.es/portada-mecd/>)

Tal como já apontamos na seção anterior, o papel de geossímbolo conferido à Giralda protagonizou em muitos momentos o debate. Assim, também para o informe, uma das preocupações maiores teria a ver com o fato de a Giralda deixar de ser o principal referente paisagístico da cidade, rompendo com uma chave paisagística que remonta ao século XII.

“Sería imposible incluir en un informe cómo éste un listado exhaustivo de referencias literarias, pictóricas, fotográficas, filmográficas y de otras formas de expresión artística en los que aparece la Giralda. Premios Nobel como Juan Ramón Jiménez (‘La torre de Moguer de cerca, parece una Giralda vista de lejos’), poetas como García Lorca (‘Sevilla es una torre llena de arqueros finos’) han mirado a Sevilla a partir de esta torre que es el referente más evidente de su paisaje. Además, utilizando una expresión de hondo calado en Sevilla, ‘la sombra de la Giralda ha llegado lejos’.” (ICOMOS, 2008. p. 9)¹⁷³

Os técnicos reconheceram que em 1987, quando os bens sevilhanos foram listados individualmente como Patrimônio Mundial, não era objeto da atenção da instituição a ideia de “espírito do lugar”. Como aponta Nór (2013), no âmbito dos organismos internacionais de patrimônio, sobretudo do ICOMOS, tem havido uma constante preocupação com a salvaguarda e promoção do “espírito dos lugares”, sobretudo do seu caráter vivo e social.

O “espírito do lugar” consiste no conjunto de bens materiais (sítios, paisagens, edificações, objetos) e imateriais (memórias, depoimentos orais, documentos escritos, rituais, festivais, ofícios, técnicas, valores, odores), físicos e espirituais, que dão sentido, valor, emoção e mistério ao lugar, de tal modo que o espírito constrói o lugar e, ao mesmo tempo, o lugar constrói e estrutura o espírito. (ICOMOS. Declaração de Quebec, 2008).

Para o documento, dos muitos valores tangíveis e intangíveis que repousam o espírito do lugar de Sevilha, a sua paisagem é um dos mais importantes.

El perfil de la Giralda hace referencia a valores religiosos y trascendentes que, incluso para quienes no practican la religión católica, poseen un valor simbólico de gran alcance y en los que se basa buena parte de la autenticidad, no sólo de la Catedral-Giralda, sino de toda la ciudad. (ICOMOS, 2008. p.9)

A permissão para a construção de um edifício duas vezes maior que a Giralda subverteria a forma paisagística e também alteraria o caráter e o espírito dos valores patrimoniais da cidade. O impacto do arranha-céu seria tão forte que os técnicos afirmaram que se substituiria uma imagem que está vigente ao longo de oito séculos por outra que

¹⁷³ Seria impossível incluir em um relatório como este uma lista exaustiva de referências literárias, pictóricas, fotográficas e outras formas de expressão artística em que a Giralda aparece. Prêmio Nobel Juan Ramon Jimenez , poetas como Garcia Lorca, têm olhado para Sevilha a partir desta torre que é a referência mais óbvia na sua paisagem. Além disso, usando uma expressão de grande uso em Sevilha, a sombra da Giralda chegou longe . *Tradução nossa.*

prioriza a forma e a imagem própria de uma cidade mercantilizada e globalizada. Assim, a imagem do conjunto histórico deixaria seu protagonismo para converter-se apenas num belo pano de fundo para empreendimento (ICOMOS, 2008).

Es la subversión de los valores culturales: el paisaje histórico de la ciudad al servicio de un proyecto urbanístico y no al revés, como no puede ser de otra forma en un paisaje histórico como el de la ciudad de Sevilla. (ICOMOS, 2008. p.9)¹⁷⁴

A última parte do informe ICOMOS é dedicada aos textos (documentos) básicos para a gestão do Patrimônio Mundial. Nela, há referências teóricas e normativas, tal como a Carta de Veneza (1964), a Recomendação de Naerobi (1976), a Carta Internacional para a Conservação de Cidades Históricas e Áreas Urbanas Históricas (Carta de Toledo-Washington de 1987), o Convênio Europeu sobre Paisagem (2000), entre outros.

Plataforma Ciudadana ¡Tumbala! contra la Torre Cajasol

Como já foi apontada no início do capítulo, a autodenominada Plataforma Cidadã Derrube-a foi a principal responsável na esfera civil pela organização das vozes contrárias à construção da Torre Cajasol, reunindo grande quantidade de associações e movimentos sociais¹⁷⁵. De acordo com as informações contidas no manifesto¹⁷⁶ da *Plataforma Ciudadana*, a organização justificou ser contrária à construção do arranha-céu pelos seguintes motivos:

- Impacto negativo sobre a paisagem e o patrimônio da cidade
- Errônea localização urbana do empreendimento e caos de tráfego que gerará
- Ser símbolo da especulação econômico-urbanística, com gastos astronômicos.

¹⁷⁴ É a subversão dos valores culturais: a paisagem histórica da cidade a serviço de um projeto de desenvolvimento e não o inverso, como não pode ser de outra forma em uma paisagem histórica como a cidade de Sevilla. *Tradução nossa*.

¹⁷⁵ De acordo com Moragas *et al.* (2015): “La Plataforma Ciudadana ¡Tumbala! Contra la Torre Cajasol la componen los siguientes colectivos: Arquitectura y Compromiso Social, Ecologistas en Acción, Asociación para la Defensa del Patrimonio Histórico-Artístico de Andalucía (ADEPA), Asociación de Profesores para la Difusión y Protección del Patrimonio Histórico "Ben Baso", Asociación Demetrio de los Ríos para la Defensa de Patrimonio, Foro Social de Sevilla, Universidad y Compromiso Social, Asociación Histórica Retiro Obrero, Asociación Andaluza de Antropología, Plataforma Ciudadana por los Parques y Jardines de Sevilla, Coordinadora de Asociaciones Independientes de Sevilla, Asociación Amigos de los jardines dela Oliva, Casa de la Paz, Asociación Casa del Pumarejo, Centro Vecinal Pumarejo, Comité Pro Parque Educativo Miradores, Baetica Nostra, Asociación para la Defensa del Territorio del Aljarafe (ADTA), Asociación AL-GEA, Guadalgea - Asociación Europea de Jóvenes Geógrafos (EGEA) en Sevilla”.

¹⁷⁶ Manifesto publicado e disponível em: <http://ciudadaniacontralatorrepelli.blogspot.com.br/p/por-que-no-la-torre.html>

- Ir contra um modelo sustentável de cidade mediterrânea
- Ser eticamente injustificável que uma entidade financeira a quem supõe uma dimensão social realize uma atuação, com dinheiro dos cidadãos, algo que atenta contra o interesse coletivo da cidadania sevilhana.
- Uma torre não supõe necessariamente um maior desenvolvimento, nem progresso da cidade.

O grupo adotou várias estratégias para conseguir visibilidade, apresentarem suas posições contrárias à população sevilhana e, sobretudo, conseguir interromper as obras da Torre. Como exemplo, seus membros publicaram o artigo “*Ciudadanía Contra El Rascacielos Pelli-Cajasol*”, no II Congresso Internacional de Boas Práticas em Patrimônio Mundial: pessoas e comunidades, realizado em abril de 2015. De acordo com o trabalho, seu objetivo era narrar a história de uma derrota da sociedade civil preocupada com seu patrimônio cultural e suas paisagens históricas urbanas (MORAGAS *et al*, 2015). Tal como apontaram Rossi & Vanolo (2010), diferentemente da política como governo, que diz respeito às esferas administrativas e burocráticas e da política como representação, que necessita da ação de grandes agentes públicos e privados, capazes de criarem projetos e formas de reprodução do imaginário dominante, a política como contestação diz respeito a uma dimensão igualitária e emancipatória na reflexão sobre as políticas urbanas. Nessa perspectiva há uma denúncia e refutação das representações dominantes da realidade com práticas e contraestratégias comunicativas e expressivas, mais ou menos organizadas ou espontâneas, de afirmação de sua própria presença no espaço urbano (ROSSI & VANOLO, 2010).



Fig 40 – Manifestação organizada pelos membros da *Plataforma Ciudadana Contra La Torre Cajasol* realizada em 17/04/2010 junto à sede central do banco. De acordo com a reportagem, os manifestantes pretendiam mobilizar a sociedade sevilhana, espanhola e internacional contra o projeto que não respeitou as leis e o consentimento da população.¹⁷⁷

Um dos aspectos mais interessantes contido no manifesto¹⁷⁸ e no artigo publicado pelo grupo diz respeito à chamada luta cidadã pela participação nas decisões que lhes afetam de forma direta, tais como aquelas relativas ao patrimônio histórico e ao simbolismo que determinados espaços e paisagens urbanas contêm, já que conformam uma parte do direito à cidade e de todos os seus habitantes. Portanto, assim como o ICOMOS, “Tumbala” utiliza como principal argumento a importância que a paisagem tem para seus cidadãos. Nesse caso, a dimensão visual deste conceito é colocada em relevo e o impacto decorreria de uma nova forma material indesejada inserida na mesma. Porém, o entendimento de paisagem extrapola a noção de simples cenário, morfológico e passivo. A conclusão do autor nos sugere a dimensão dos significados que a paisagem produz a ponto de poder modificar a percepção da cidade. Neste caso, a paisagem além de ser uma *marca*, resultado da ação humana, ela é *matriz*, determinando olhares e a consciência (Berque, 1998). Como afirmou Castro (2002), a paisagem sendo *matriz* participa dos esquemas de representação, percepção e concepção, próprias a uma cultura, que orientam numa certa direção os olhares.

!Tumbala! advertía de que la construcción de la Torre Cajasol trasciende la escala local, al crear un peligroso precedente en Andalucía, porque la Junta no podría ya negarse a las pretensiones de aquellas otras ciudades que quisieran imitar a la capital, construyendo rascacielos junto a sus conjuntos históricos y dañando un bien que es de todos: el paisaje. (MORAGAS *et al*, 2015. p. 8).¹⁷⁹

Além das estratégias já mencionadas, o grupo organizou petições e reuniões com órgãos públicos, tal como o *Ayuntamiento*, o *Parlamento de Andalucía* e o Ministério da Cultura; além do encontro com os membros do Comitê de Patrimônio Mundial, quando este foi inspecionar a cidade; convocou mesas redondas com a imprensa e palestras nas

¹⁷⁷ Jornal *El Mundo*. “Protesta contra la Torre Pelli en la sede central de Cajasol”. Disponível em: http://www.elmundo.es/elmundo/2010/04/17/andalucia_sevilla/1271527536.html. (publicado em 17/04/2010 - acessado em 27/03/2016)

¹⁷⁸ Manifesto publicado e disponível em: <http://ciudadaniacontralatorrepelli.blogspot.com.br/p/por-que-no-la-torre.html>

¹⁷⁹ “!Tumbala!” advertiu que a construção da Torre Cajasol transcende a nível local, criando um precedente perigoso na Comunidade Autónoma da Andaluzia, porque o Conselho já não poderá negar as reivindicações de outras cidades que queiram ir pelo mesmo caminho que Sevilha, construindo um arranha-céus próximo aos locais históricos, danificando um bem que é de todos: a paisagem. *Tradução nossa*.

instituições de ensino superior e ações de sensibilização, com a entrega de panfletos e manifestos. (MORAGAS *et al*, 2015. p. 8). Com destaque, em janeiro de 2010, tornaram público o denominado “*Libro Negro de la Torre Pelli. Informe sobre el Rascacielos de Cajasol y La Normativa Urbanística y Patrimonial de Aplicación*”¹⁸⁰. O documento elaborado por especialistas em arquitetura, urbanismo e legislação, versava sobre as irregularidades detectadas após a análise da documentação oficial e da licença do projeto de Puerto Triana. Foi analisada toda a normativa urbanística e patrimonial de aplicação, desde o PGOU de Sevilha, as leis de ordenação urbanística da Andaluzia e da Espanha e as diretrizes e cartas da União Europeia (Idem, 2015).



Fig.41 – Cartaz de convocação feita pela *Plataforma* para manifestação que foi realizada em 07/10/2011 à ocasião da visita da equipe técnica do ICOMOS e da UNESCO. (<http://ciudadaniacontralatorrepelli.blogspot.com.br/2011/11/no-la-torre-cajasol-si-nuestro.html>)

¹⁸⁰ Tradução nossa: Livro Negro da Torre Pelli. Informe sobre o arranha-céu de Cajasol e a Normativa Urbanística e Patrimonial de Aplicação.

Através do sítio eletrônico do seu blog *www.ciudadaniacontralatorrepelli.blogspot.com* e de sua página virtual na rede social *Facebook*, “Tumbala” disponibilizou e divulgou um grande número de reportagens sobre o debate. O início das postagens começou em 2006, tendo a última publicação datada em 15 de agosto de 2015. Lá consta o manifesto do grupo e as razões por serem contrários à torre. Nossa análise do material publicado em ambos os espaços, blog e rede social, constatou a seleção e o compartilhamento de reportagens com fotografias, ou apenas fotografias, que sugeriam o impacto na paisagem pelo confronto do arranha-céu com certos elementos históricos da cidade, em especial a Giralda.

Através dessa estratégia, muitas fotografias, devido ao enquadramento, ponto de vista e composição, fazem ressaltar a sensação de maior proximidade da construção com o conjunto histórico. O valor simbólico do empreendimento e da Giralda são explorados e confrontados, numa disputa entre os discursos históricos e os de desenvolvimento. A paisagem, nesse sentido, é utilizada para ressaltar a construção identitária de grupos que não reconhecem a inserção da Torre Cajasol com valor positivo. Portanto, através de outros interlocutores, a narrativa construída por esta plataforma é de caráter contestadora e de não aceitação do empreendimento devido ao seu impacto na paisagem da cidade e concorrência com o protagonismo secular da Giralda.



Fig.42 – Layout da página principal do blog da Plataforma “Derrube-a”.¹⁸¹

¹⁸¹ Disponíveis em : <http://ciudadaniacontralatorrepelli.blogspot.com.br/>

Fotografias e reportagens publicadas pela Plataforma “Tumbala” em seu *blog* e na rede social *Facebook*¹⁸² (figuras 43 à 51)



Fig. 43



Fig.44

¹⁸² Disponíveis em : <http://ciudadaniacontralatorrepelli.blogspot.com.br/>



Fig. 45



Fig. 46



Fig. 47



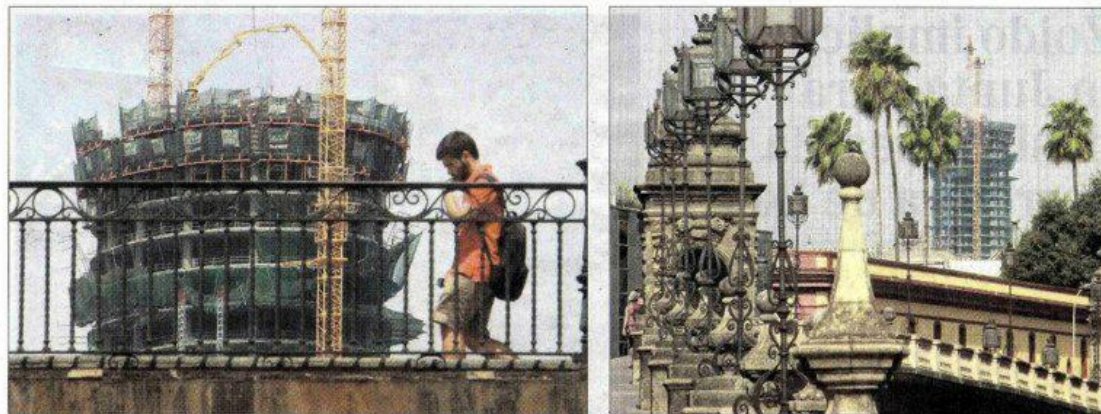
JESÚS MORÓN

Un pináculo de más en la Catedral

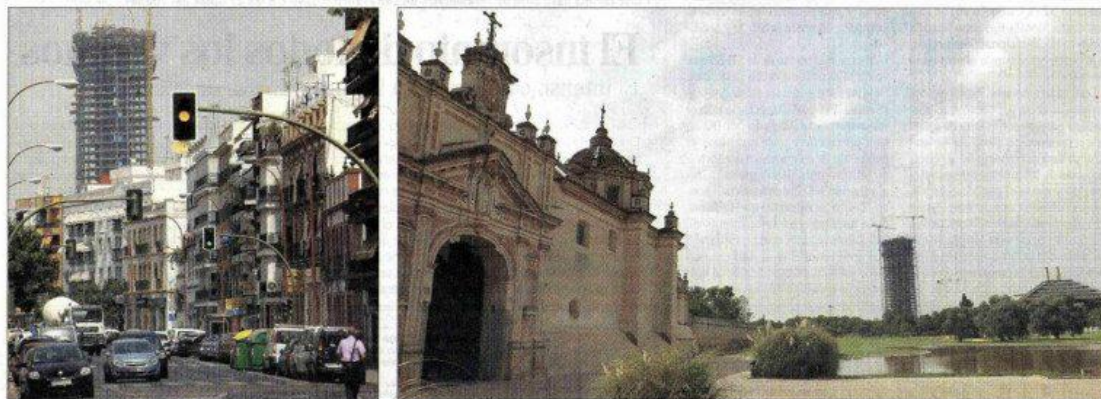
La visita a las cubiertas de la Catedral, programada como en los últimos años dentro de la Semana de la Arquitectura, ha ofrecido en esta edición una vista inédita, la del rascacielos de la Cartuja, que ya casi ha alcanza-

do su altura máxima, sobresaliendo largamente del caserío de la ciudad. Desde las cubiertas, el edificio de César Pelli parece querer confundirse con uno de los pináculos de piedra que coronan las fachadas del templo.

Fig. 48 – *Tradução nossa*. Um pináculo a mais da Catedral. A vista da cobertura da catedral, programada como nos últimos anos dentro da Semana de Arquitetura, ofereceu nesta edição uma vista inédita, a do arranha-céu da Cartuja, que já quase alcança sua altura máxima, se sobressaindo sobre o casario da cidade. Desde o alto da Catedral, o edifício de Cesar Pelli parecer querer se confundir com um dos pináculos de pedra que coroam a fachada do templo.



La Torre Pelli, visible tras el puente de Triana en una imagen captada desde el Muelle de la Sal (izquierda) y desde el puente de San Bernardo (derecha). / CARLOS MÁRQUEZ



El rascacielos asoma tras los edificios de la calle Pagés del Corro y compite claramente con el monasterio de la Cartuja, declarado Bien de Interés Cultural. / DIEGO L.

La estructura, en su tramo final

El edificio debería estar terminado y a disposición de sus inquilinos en el otoño de 2013, pero los últimos problemas con proveedores podrían retrasar la fecha de entrega

deteriora el paisaje de Sevilla, pero es indudable que el rascacielos ya lo ha transformado.

El próximo verano, la Unesco volverá a revisar los informes que el Estado español se ha comprometido a enviar en torno al impacto

Fig. 49 – Reportagem compartilhada pela plataforma traz quatro fotografias com pontos de vista e enquadramentos diferentes de alguns pontos da cidade. “A estrutura, em seu percurso final. O edifício deveria estar terminado e a disposição de seus inquilinos no outono de 2013, mas os últimos problemas com provedores poderiam atrasar a data de entrega.”



Un anciano camina, esta semana, por la calle Pureza, en Triana. Al fondo, perfectamente visible desde el pie de la calle, el rascacielos de la Cartuja. / CARLOS MÁRQUEZ

Una extraña presencia sobre Sevilla

● La Torre Pelli es ya perfectamente visible a pie de calle desde numerosos puntos ● Esta semana alcanzará la planta 36, sobre la que se levantará la zona de instalaciones y el mirador

FRANCISCO JAVIER RECIO / Sevilla
El efecto es espectacular. Pruebe a caminar por la calle Pureza, en Triana, comenzando por el extremo más cercano a la Plaza de Cuba, entre casas de arquitectura popular de dos y tres plantas de altura. El trazado de la calle, ligeramente irregular, oculta el paisaje lejano hasta la altura de la parroquia de Santa Ana y la capilla de la Esperanza de Triana, aproximadamente. Un poco más allá, co-

mo surgió de la nada, aparece en el horizonte el imponente esqueleto del rascacielos de la Cartuja: la modernidad, según unos; el monstruo, según otros. Aplíquese el calificativo que mejor le plazca, pero lo indudable es que la invasión paisajística ya se ha producido.

El rascacielos de la Cartuja es ya perfectamente visible a pie de calle desde numerosos puntos de la ciudad. No es imprescindible subir a una azotea del casco histórico o de

Triana, ni buscarlo en la línea del cielo que se contempla desde el Aljarafe, ni siquiera situarse ante el corredor no urbanizado de la dársena del río. Basta con pasear por algunas calles de Triana o del centro para toparse con él a la vuelta de una esquina.

El edificio proyectado por el argentino César Pelli y promovido por una sociedad dominada por Cajasol —de forma inminente, CaixaBank— ha superado esta se-

mana la planta 35, la última en la que se ubicarán oficinas, e iniciado las de la 36, que estará ocupado por un restaurante. Por encima de ellas habrá dos plantas dedicadas a instalaciones técnicas del edificio y, por tanto, no accesibles a los visitantes e inquilinos. Y más arriba aún, un mirador. En total, 178 metros de altura y 43 plantas si se tienen en cuenta las cuatro subterráneas, una dedicada a servicios y tres a aparcamiento.

Más de cinco años después de que Gaspar Zarrías (Junta de Andalucía), Alfredo Sánchez Monteseirín (Ayuntamiento) y Antonio Pulido (Cajasol) pusieran la primera piedra, la torre se acerca ya a su altura definitiva. Por medio ha superado la crisis económica, las reticencias de asociaciones conservacionistas y ecologistas, las dudas del gobierno municipal del PP y las advertencias de la Unesco.

Sigue en **pág. 53**

Fig. 50 – Legenda da foto: “um idoso caminha, esta semana, pela rua Pureza, em Triana. Ao fundo, perfeitamente visível do chão, o arranha-céu da Cartuja”. *Tradução nossa:* Uma estranha presença sobre Sevilha. A Torre Pelli já é perfeitamente visível à pé das ruas a partir de inúmeros pontos. Esta semana alcançará o pavimento 36, sobre o qual se erguerá a área de instalações e um mirante.

La torre arrogante

El paisaje que queda después de la batalla en la Unesco por el rascacielos de la isla de la Cartuja no puede ser más decepcionante. Por mucho que los defensores de la torre Pelli canten victoria y vean salvado el proyecto original. Sevilla ha salvado en el último momento la consideración de Patrimonio de la Humanidad para sus tres monumentos principales, pero ha tenido que escuchar de labios de los representantes de otros países que ha sido arrogante en todo lo relacionado con el edificio más alto de la ciudad.

Mal principio es la jactancia para conducirse en la vida, pero mucho más en el caso

de las ciudades. Si a la altivez se le une la petulancia de ofrecerse como organizadora de un seminario internacional sobre el paisaje urbano, entonces el panorama que se ofrece es de atrevimiento sin límites cuando la virtud que tenía que haber puesto en escena Sevilla era la humildad.

Justo lo que ha faltado desde un principio en la tramitación, aprobación y ejecución de este singular mamotreto a la entrada de la ciudad. Cuando el delegado alemán habló de arrogancia, no sabía hasta qué punto había acertado con el calificativo que mejor define al rascacielos y a quienes lo han impulsado

contra viento y marea. Porque si engreimiento hubo en quien lo diseñó por encima de la Giralda para dejar su huella, más lo hubo en quienes le dieron el visto bueno hurtando el necesario debate ciudadano a priori que nos hubiera evitado este embrollo.

Una obra tan controvertida como un rascacielos que rompe el techo simbólico del monumento más característico de la ciudad habría precisado de un planteamiento abierto en el que defensores y detractores hubieran expresado sus puntos de vista antes de colocarse la primera piedra en vez de entrar en la dinámica de los hechos consumados

(el plan urbanístico, la licencia, las obras) ante los cuales no queda otra salida (el ejemplo es de la semana pasada) que la rendición incondicional.

Monteserín vio en el rascacielos el símbolo con el que culminar el accidente histórico – con la perspectiva que da el tiempo sobre sus méritos y sus capacidades – que le aupó por tres veces al sillón de la Alcaldía. El resto fue ya una conjunción de intereses (Pelli, Manzanera, Montaner) con tanto por ganar como poco por perder.

A ello se sumó el desplante a las recomendaciones de la Unesco, demasiado timorata en sus reconvencciones como para que los promotores llegaran a sentir el vértigo de comprometer la herencia patrimonial de la ciudad. Cuando de verdad la Unesco quiso tomar cartas en el asunto, la simple contemplación de las 31 plantas levantadas invitaba a tragarse las palabras y dejar pasar el rascacielos como un mal menor. De nuevo la altanería.

Fue el representante alemán en la decisiva reunión de San Petersburgo el que sugirió que, ante una alteración del paisaje urbano de tal magnitud, lo que se imponía era consultar antes de obrar. Pero la arrogancia cegaba a todos los personajes implicados en este desafortunado incidente. ¡Cómo iban a consultar si precisamente actuaron deliberadamente a oscuras! ¡Cómo iban a preguntar en el Comité Mundial del Patrimonio si esa obra tendría repercusión en las vistas de Sevilla si era eso lo que pretendían! ¡Cómo iban a someter su proyecto al debate ciudadano si era eso lo que evitaban por todos los medios!

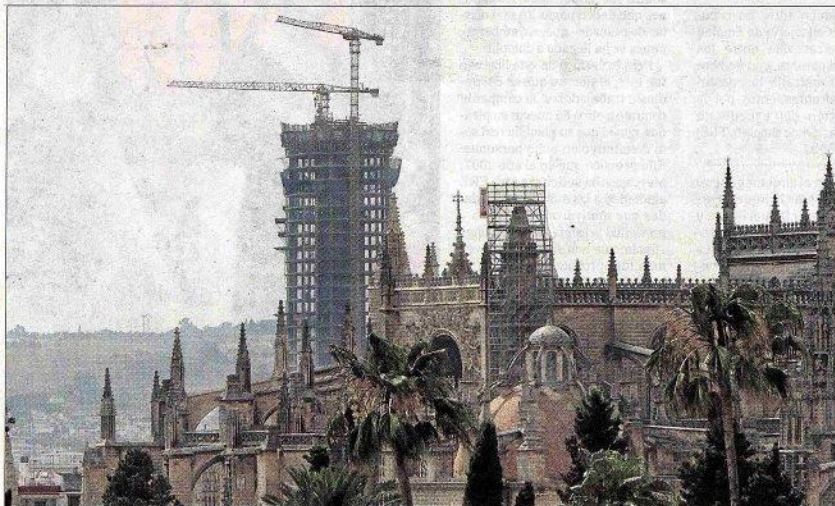
Bien, se han salido con la suya. Salvo que los tribunales de Justicia españoles o el mercado inmobiliario dicten lo contrario, el rascacielos es ya una realidad. Y tendrá unas vistas ciertamente espectaculares sobre el estuario del Guadalquivir o la sierra de Grazalema. Por supuesto, que serán dignas de contemplarse.

Pero nada de eso resolverá los problemas pendientes que plantea el edificio en su relación con la ciudad. En ese sentido, plantear la sostenibilidad del edificio porque permitirá la recarga de coches eléctricos en algunas de sus 3.600 plazas de aparcamiento es un insulto a la inteligencia. Quizá no sea más que la última muestra del desdén con que hemos enfocado la cuestión desde un principio.

A este columnista no le queda otra que pedir humildemente perdón: la batalla tiene un claro vencedor. Al menos, que sepa digerir la victoria sin la prepotencia usada hasta ahora.

Javier.rubio@elmundo.es

Sevilla ha salvado la consideración de Patrimonio de la Humanidad, pero ha tenido que escuchar de labios de representantes de otros países que ha sido arrogante en todo lo relacionado con el edificio más alto de la ciudad



La estructura de la torre Pelli asoma tras los arbotantes y los pínaculos de la nave central de la Catedral de Sevilla. | CARLOS MÁRQUEZ

Fig. 51 – Tradução nossa: A Torre Arrogante. Sevilla se salvou da consideração do Patrimônio Mundial, mas teve que escutar dos lábios de representantes de outro países que foi arrogante em todo o relacionamento com o edifício mais alto da cidade.

Resumo esquemático sobre as ações e estratégias dos grupos favoráveis e contrários

Grupos Favoráveis

Empreendedores

- Em 1999 lançaram um projeto para a mesma área (Torre Boffil, com 80 metros) da Cartuja, sem sucesso, sobretudo, a não aprovação da obra pela prefeitura local e pela secretaria de cultura da Comunidade Autônoma devido à altura imprevista no Plano Geral de Ordenação Urbana (PGOU);
- Retomada de um novo projeto (Torre Pelli, 180) em 2007, após a aprovação do Plano Especial que possibilitava a construção de alturas elevadas na Cartuja.
- Preocupação com a qualidade arquitetônica e de sustentabilidade dos projetos. Nas duas ocasiões foram realizados concursos internacionais para conferirem magnitude, visibilidade e legitimidade às obras;
- Defesa do impacto econômico positivo com a geração de empregos e renda para a municipalidade;
- Estudo de impacto paisagístico da torre alegando o não prejuízo aos bens históricos, uma vez que a visualização da torre nunca se dá simultaneamente à visualização dos bens Patrimônio Mundial;
- Diante do pedido de paralisação por parte do ICOMOS e da UNESCO alegaram estarem construindo fora da área protegida do conjunto histórico, devido à distância de 1.600 metros;
- Alegaram que os bens Patrimônio Mundial foram listados devido ao valor excepcional histórico, não paisagístico;
- Alteração do nome “Cajasol” para “Torre Sevilla” buscando maior identificação com a cidade e apropriação por parte da população.

Esfera Pública (Prefeitura, Comunidade Autônoma e Governo Central)

- Legalidade da obra
 - A torre respeitava as leis municipais vigentes devido à alteração prevista no PGOU de 2006.
 - A Comunidade Autônoma também aprovou as mudanças específicas para a área da Cartuja. Para a secretaria de cultura, a obra respeitava as leis regionais de patrimônio,

desde que não estivesse dentro do perímetro do conjunto histórico, nem margeasse o rio Guadaquivir.

- A gestão socialista (PSOE) de 1999-2011 tinha interesse na ocupação da área para integrá-la ao restante da cidade e fazê-la um centro financeiro
- Relatórios técnicos favoráveis à construção
 - após comunicado da UNESCO, a prefeitura encomendou dois relatórios sobre o impacto visual da construção;
 - Não haveria impacto visual sobre os monumentos listados como Patrimônio Mundial: a torre não é visível de nenhum ponto de vista ao entorno dos monumentos;
 - A partir da análise diversos pontos de vista dentro e fora do centro histórico, os relatórios avaliaram como diminuto o impacto da torre diante das demais construções e alterações do tecido urbano da cidade.
- Significado simbólico positivo para a cidade:
 - A gestão socialista (PSOE) de 1999-2011 enfatizou a necessidade de haver na cidade um edifício que representasse a modernidade e o desenvolvimento da cidade
 - PGOU de 2006 previa a construção de quatro edifícios de altura nas quatro entradas da cidade

Grupos Contrários

ICOMOS

- Elaboração de documento técnico alegando contaminação visual da paisagem urbana devido à proximidade com o conjunto histórico (80 metros) e dos monumentos Patrimônio Mundial;
- Ameaça de perda do título da UNESCO
- Defesa das características históricas da cidade e da paisagem
- Análise de diversos pontos de vista concluindo impacto negativo da torre sobre os monumentos
- Perda do protagonismo e altivez da Giralda na paisagem da cidade

- Referências às cartas patrimoniais da UNESCO que preveem a incorporação da paisagem nas ações de gestão e conservação

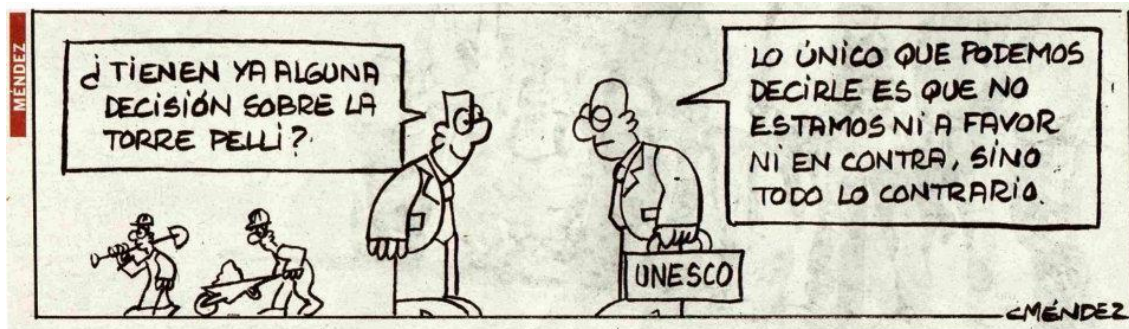
Plataforma “Tumbala”

- Reconhecimento e apoio de todos os impactos negativos apontados pelo informe do ICOMOS
- Alegaram Aumento nos fluxos de automóveis e problemas de tráfego devido a alta densidade da ocupação
- Realização de petições e reuniões com as instituições públicas
- Ações de sensibilização da população e manifestações
- Presença nas redes sociais divulgando reportagens e artigos contrários à construção
- Seleção de fotos e reportagens que sugerissem o contraste negativo entre a torre e os aspectos históricos da cidade, sobretudo a Giralda.

4.4 - As Ações da UNESCO e as respostas contrárias ao seu posicionamento

Mesmo definida a posição do ICOMOS, o Comitê da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura tardou alguns pares de anos para definir qual seria sua decisão final sobre o tema. Diante da demora, ao longo de 2009, 2010, 2011 e 2012, a obra avançou sem interrupção. Assim, ainda que o primeiro informe do ICOMOS pedindo a paralisação tenha ocorrido no final de 2008, as sucessivas reuniões anuais realizadas pelo Comitê da UNESCO não chegaram numa decisão (votação) final sobre a inclusão ou não na lista de patrimônios em perigo.

Contudo, desde o primeiro informe de sua assessoria, o posicionamento inicial da UNESCO foi receoso e preocupado com o início da construção. Outro fator que preocupou a instituição foi o fato de que antes de maio de 2009, nenhum órgão espanhol havia fornecido qualquer informação sobre o projeto da torre, em desacordo com as exigências de salvaguarda - em conformidade com o parágrafo 172 e 173 das Orientações do Patrimônio Mundial (Diretrizes Práticas para a Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial) – que tem como objetivo identificar as ameaças, danos ou perdas do “Valor Universal Excepcional”, a integridade e/ou a autenticidade que justificaram a inscrição do bem na lista (ICOMOS, 2008).



Charge 2 – Veiculada por jornal desconhecido sobre a situação da torre ante a UNESCO (<http://ciudadaniacontralatorrepelli.blogspot.com.br/>). Tradução nossa: Você tem alguma decisão sobre a Torre Pelli? A única coisa que podemos lhe dizer é que não estamos nem a favor, nem contra, mas sim todo o contrário.

Por cartas datadas de 14 de outubro de 2008 e 02 de março de 2009, a UNESCO solicitou ao Estado Parte o fornecimento da documentação sobre o projeto (*Resolução 33COM7B.123* definida após a reunião anual do comitê realizada coincidentemente em Sevilha)¹⁸³, informando os impactos da construção da torre ante os bens listados. Além disso, foi solicitado um mapa com uma “zona tampão” para ser examinado pelo Comitê, já que em 1987, quando os bens foram listados, estes foram incluídos de modo separado, sem haver a formulação de uma zona de amortecimento para os mesmos. A resolução ainda se mostrava preocupada com fato de não ter sido apresentado de modo oficial, até o momento em questão, uma avaliação dos impactos visuais da torre sobre a propriedade do patrimônio mundial, tais como a partir de vistas importantes do belvedere público da Giralda ou para com os monumentos às margens do rio.

Com a maior repercussão do fato e a pressão feita por algumas entidades e Organizações Não Governamentais (ONG's) contrárias à construção, em meados de novembro de 2011, quando as obras já alcançavam o décimo andar, uma comissão composta por um membro da UNESCO (o português José Aguiar) e outro do ICOMOS internacional (a italiana Elvira Petroncelli) desembarcou em Sevilha para realizar a primeira inspeção na cidade a fim de comprovarem o impacto do arranha-céu da cidade. Também formavam parte da delegação um representante do Ministério da Cultura espanhol e outro da Direção Geral de Bens Culturais da Junta da Andaluzia. Foram realizadas reuniões com representantes do *Ayuntamiento*, inclusive com o então prefeito Juan Ignacio Zoido e com a direção do Banco Cajasol. A comissão entrevistou o secretário de urbanismo Maximiliano Vínchez e a

¹⁸³ <http://whc.unesco.org/en/soc/766> (acessado em 23/03/2016)

secretária de Cultura María Del Mar Sánchez Estrella. A missão visitou o pátio de obras e ainda realizou, como já mencionado, um encontro com representantes da plataforma virtual “*Tumbala*”.

Em janeiro de 2012, foi redigida uma carta pelo diretor do Centro de Patrimônio Mundial da UNESCO e remetida à embaixada espanhola, com uma resolução que recomendava a paralisação das obras do empreendimento por considerar “um excessivo impacto excessivo e inegavelmente negativo” sobre o território e a percepção dos monumentos Patrimônio da Humanidade¹⁸⁴.¹⁸⁵ O jornal *Diario de Sevilla* de 04/06/2012¹⁸⁶ aponta a participação do secretário do ICOMOS na Espanha e professor de Geografia da *Universidad de Sevilla* Víctor Fernández Salinas como o principal articulador para conseguir junto à UNESCO o pedido de paralisação da construção.

A proposta de resolução considerava que o arranha-céu supunha um “impacto visual altamente adverso” sobre a localização dos monumentos e a relação com o rio Guadalquivir e o resto dos monumentos, que aspectos que “sustentam os atributos” da Catedral, do Alcázar e do Arquivo das Índias como ativos patrimoniais de “valor universal”. A proposta exigia, portanto, a inclusão na lista negra e a “suspensão imediata dos trabalhos” da obra.

A leitura da resolução da UNESCO de janeiro de 2012 indica que o organismo adotou integralmente as recomendações realizadas por técnicos do ICOMOS após visita à cidade. A comparação entre ambos os documentos assinala, portanto, que coincidem a necessidade de paralisação da obra e a diminuição da altura do projeto, além da ampliação da zona de amortecimento (zona tampão) e melhorias nos planos de proteção e, sobretudo, de penalizar Sevilha caso não fossem cumpridas as recomendações.

Segundo especialistas da indústria do turismo ouvidos pela reportagem do *Diario de Sevilla* de 27/06/2012¹⁸⁷, uma possível expulsão da cidade da Lista do Patrimônio Mundial não teria pragmaticamente um impacto negativo na economia, mas sim na sua reputação. A

¹⁸⁴ Jornal *ABC de Sevilla*. “[Icomos no sabe se Unesco tratará la Torre Pelli en Junio](http://sevilla.abc.es/20120413/sevilla/sevi-icomos-sabe-unesco-tratara-201204130101.html)”. Disponível em: <http://sevilla.abc.es/20120413/sevilla/sevi-icomos-sabe-unesco-tratara-201204130101.html> (publicado em 13/04/2012 – acessado em 20/03/2016)

¹⁸⁵ Resolução disponível em <http://whc.unesco.org/en/soc/130>

¹⁸⁶ Jornal *Diario de Sevilla*. “[Icomos convence a la Unesco](http://www.diariodesevilla.es/article/sevilla/1274869/icomos/convence/la/unesco.html)”. Disponível em <http://www.diariodesevilla.es/article/sevilla/1274869/icomos/convence/la/unesco.html> (publicado em 04/06/2012 - acessado em 20/03/2016)

¹⁸⁷ Jornal *Diario de Sevilla*. “[La Torre del bien y del mal](http://www.diariodesevilla.es/article/sevilla/1291397/la/torre/bien/y/mal.html)” Disponível em: <http://www.diariodesevilla.es/article/sevilla/1291397/la/torre/bien/y/mal.html> (publicado em 27/06/2012 - acessado em 23/03/2016)

cidade perderia seu prestígio e sua imagem de seriedade junto à UNESCO, contrariando a tradição e o peso que o país exerce na instituição.

Vale lembrar, tal como já apontamos anteriormente, a Espanha é o terceiro país com mais bens listados no Patrimônio Mundial, sendo a indústria do turismo um dos pilares da sua política macroeconômica. Outro fato importante a ser destacado para entendermos melhor o desdobramento da questão, é que a presidência do Comitê do Patrimônio Mundial passou a ser presidido em 2009 pela própria Espanha, especificamente por María Jesús Sansegundo (então embaixadora do país no comitê). À época de sua posse, coincidentemente realizada em Sevilha, a reportagem de *La Vanguardia* (09/07/2008)¹⁸⁸ relatou a repercussão do fato:

El Gobierno español ha manifestado su satisfacción por la elección, que se desarrollará desde julio del 2008 hasta junio del 2009, que considera coherente con el compromiso creciente de nuestro país con la protección del patrimonio y con la UNESCO.¹⁸⁹

Portanto, como sugere a declaração do governo central espanhol, havia grande preocupação e compromisso do país com a proteção e com as políticas de salvaguarda. Na mesma reportagem, o ministro da Cultura, César Antonio Molina, expressou sua satisfação pela eleição e destacou a implicação do país com as tarefas do comitê do Patrimônio Mundial desde que foram eleitos Estado membro em 2005. Molina ainda ressaltou os esforços que a Espanha estava realizando na preservação de todo o patrimônio cultural que é reconhecido internacionalmente, como demonstram as 40 inclusões de bens espanhóis na Lista do Patrimônio Mundial.¹⁹⁰

A decisão final da UNESCO foi tomada na reunião anual (XXXVI Sessão do Comitê de Patrimônio Mundial) do seu conselho realizado em junho de 2012 em São Petersburgo (Rússia). Contrariando o posicionamento da resolução e do ICOMOS, os membros de 21 países decidiram por maioria que os bens listados de Sevilha não entrariam na lista de perigo. A reportagem publicada em 30/06/2012 (*La Razón*) sugere o alívio que a cidade teve após a resolução da possível ameaça.

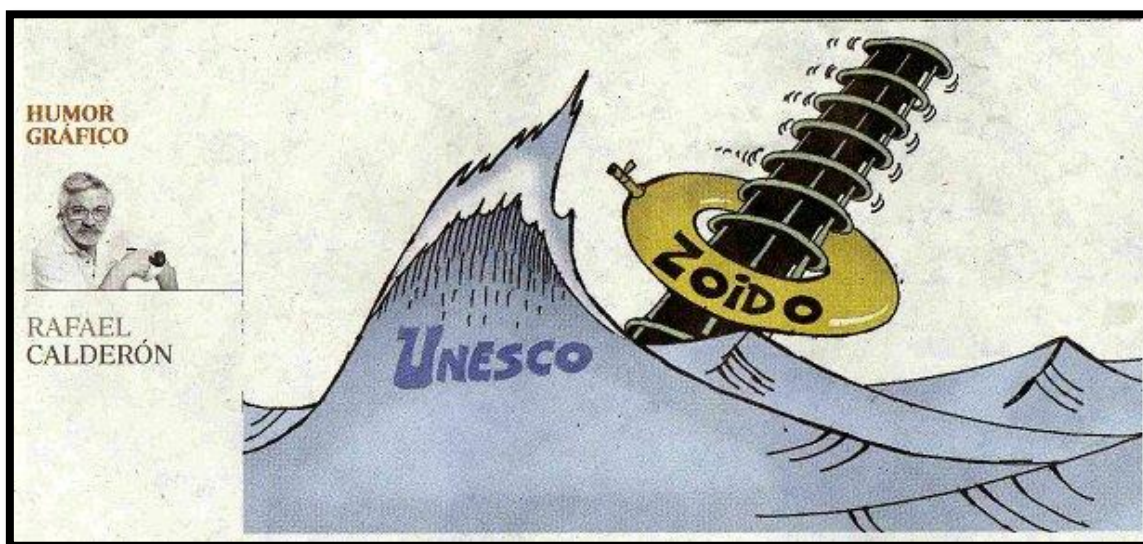
¹⁸⁸ Jornal *La Vanguardia*. “Espanña preside el Comité del Patrimonio Mundial de la UNESCO”. Disponível em: <http://www.lavanguardia.com/cultura/20080709/53496837932/espana-preside-el-comite-del-patrimonio-mundial-de-la-unesco.html> (publicado em 09/07/2008 - acessado em 23/03/2016)

¹⁸⁹ Idem. O Governo espanhol manifestou a sua satisfação com a eleição, que se realizará a partir de Julho de 2008 até Junho de 2009, que considera coerente com o crescente compromisso do nosso país para a protecção do património e da UNESCO. *Tradução nossa*.

¹⁹⁰ Idem

La ciudad hispalense respira. La denominación de Patrimonio de la Humanidad de sus monumentos está, de momento, a salvo; a falta de conocer la resolución final de la Unesco, la Organización de las Naciones Unidas para la Ciencia, la Educación y la Cultura acordó en la XXXVI sesión de su Comité de Patrimonio Mundial, que se celebra en San Petersburgo, que Sevilla «no entra este año» en la lista negra. El impacto de la Torre Pelli no va a ser tenido en cuenta.¹⁹¹

Ainda de acordo com a reportagem, o então prefeito da cidade, Juan Zoido (PP), esteve presente na reunião e foi uma das figuras principais na defesa da cidade. Em seu discurso, enfatizou a legalidade da construção da torre, uma vez que esta estava fora do centro histórico, especificamente a 1,6 quilômetros de distância dos bens patrimonializados. Além disso, alegou o positivo impacto econômico e social que o empreendimento proporcionaria à cidade.



Charge 3 - Veiculada pelo jornal *ABC de Sevilla*, ilustra as divergências entre a UNESCO e o prefeito Juan Zoido (<http://ciudadaniacontralatorrepelli.blogspot.com.br/>)

Após a decisão favorável a cidade, Zoido declarou que a Torre Pelli nunca deveria ter sido um problema para o comitê internacional, e concluiu defendendo sua posição: *“triunfaram o sentido comum e a legalidade (...) Sevilha sai fortalecida diante à*

¹⁹¹ Jornal *La Razón*. “Sevilla aleja de la Torre Pelli el fantasma de la lista”. Disponível em: *negra* http://www.larazon.es/historico/2059-sevilla-aleja-de-la-torre-pelli-el-fantasma-de-la-lista-negra-HLLA_RAZON_469503?sky=Sky-Marzo-2016#Ttt1qwUcZD4wJp0a (30/06/2012 – acessado em 23/03/2016). A cidade de Sevilha respira. Seu título de de Património Mundial está, no momento, assegurada; sem conhecer a resolução final da Unesco, a instituição acordou na na sessão XXXVI do Comité de Património Mundial, realizada em St. Petersburg, que Sevilla "não entrará na " lista negra" este ano. O impacto da Torre Pelli não será levado em consideração. *Tradução nossa.*

UNESCO”¹⁹². A reportagem ainda informou a sua proposta de Sevilha celebrar um congresso para avaliação dos avanços em relação à paisagem urbana e os bens Patrimônio Mundiais.

Vale destacar ainda a divisão ocorrida dentro do Comitê da UNESCO. Antes votação final, os representantes da Alemanha, Suíça e Estônia se posicionaram categoricamente contra a defesa espanhola e insistiram no impacto visual no conjunto e pediram a paralisação da obra¹⁹³. Sobretudo os alemães criticaram o fato de ter havido a construção de um edifício de porte sem se considerar as possíveis consequências sobre o patrimônio e nem, ao menos, consultar previamente a UNESCO. Os germânicos também se queixaram da postura “arrogante” que os representantes espanhóis tiveram ao não aceitar críticas¹⁹⁴. França, Colômbia e Iraque apontaram que devido ao andar das obras, seria muito difícil derrubá-la.¹⁹⁵.



Fig. 52 – Andamento da construção da torre em junho de 2012, (Fotografia do próprio autor em trabalho de campo - 15/06/2012)

A reportagem de *La Razón*¹⁹⁶ concluiu que o resultado da decisão foi baseado na “diplomacia”, conseguindo finalmente afastar o “fantasma da lista negra” que rondava a cidade. Da mesma maneira, inferimos que a decisão da não inclusão de Sevilha teve

¹⁹² Jornal *La Razón*. “Sevilla aleja de la Torre Pelli el fantasma de la lista”. Disponível em: http://www.larazon.es/historico/2059-sevilla-aleja-de-la-torre-pelli-el-fantasma-de-la-lista-negra-HLLA_RAZON_469503?sky=Sky-Marzo-2016#Ttt1qwUcZD4wJp0a (30/06/2012 – acessado em 23/03/2016)

¹⁹³ Idem

¹⁹⁴ Idem

¹⁹⁵ Idem

¹⁹⁶ Idem

consideravelmente um peso político. O artigo jornalístico fez uma observação do contorno “geopolítico” que a plenária do Comitê ganhou, sendo a Alemanha o principal rebatedor da defesa espanhola, enquanto que a Argélia foi seu principal aliado. O peso que a Espanha exerce no comitê, não pode ser descartado como um fator decisivo na votação; assim, para além das questões que envolvem os discursos históricos e culturais, se faz necessário ter em mente que o patrimônio é resultado da política, seja ela local, ou internacional. Os jogos de poderes e a influência que agentes públicos e privados possuem nas esferas de decisão, são capitais no entendimento das ações patrimoniais.

Ainda que tenha afastado o risco da inclusão de Sevilha na lista negra, o documento final da UNESCO reconheceu o “impacto visual altamente negativo” do projeto. A resolução, nesse sentido, reclamou uma série de medidas para evitar casos similares no futuro e outras para mitigar os efeitos visuais da torre sobre a paisagem histórica.

Entretanto, junho de 2013, a XXXVIII sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, aprovou a resolução advertindo que o caso de Sevilha ainda seguia aberto¹⁹⁷. Segundo o documento publicado pela UNESCO¹⁹⁸, a instituição reconhecia os progressos em matéria de proteção do conjunto histórico artístico de Sevilha, mas que exigia um novo informe sobre sua conservação antes de fevereiro de 2015¹⁹⁹. A prefeitura, na época ainda presidida por Zoido, foi notificada pelo Governo Central espanhol e respondeu que as medidas necessárias já estavam sendo tomadas pela municipalidade, entre elas os planos de proteção que já estavam sendo executados para diminuir os efeitos negativos, além do compromisso de não permitir mais arranha-céus na cidade.²⁰⁰ Assim, o poder municipal anunciou²⁰¹ que limitaria a altura dos novos edifícios suscetíveis de impactar negativamente na visão dos bens declarados, revisando e modificando o Plano Geral de Ordenação Urbana (PGOU) para

¹⁹⁷ Jornal *Diario de Sevilla*. “Icomos advierte que el expediente de la torre Pelli sigue abierto en la Unesco”. Disponível em:

<http://www.diariodesevilla.es/article/sevilla/1566219/icomos/advierte/expediente/la/torre/pelli/sigue/abierto/la/unesco.html?> (publicado em 17/07/2013 – acessado em 30/03/2016)

¹⁹⁸ Agência de notícias *Europa Press*. “España remite a la Unesco un informe de los monumentos de Sevilla y las medidas por la torre Pelli”. Disponível em: <http://www.europapress.es/andalucia/sevilla-00357/noticia-espana-remite-unesco-informe-monumentos-sevilla-medidas-torre-pelli-20150202150320.html> (publicada em 02/02/2015 - acessado em 30/03/2016)

¹⁹⁹ Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/soc/766> (acessado em 23/03/2016)

²⁰⁰ Jornal *El Correo*. “Carpetazo final de la Unesco al expediente contra Sevilla por la Torre Pelli”. Disponível em: <http://elcorreoweb.es/historico/carpetazo-final-de-la-unesco-al-expediente-contra-sevilla-por-la-torre-pelli-IFEC472468> (publicado em 28/07/2013 - acesso em 30/03/2016)

²⁰¹ Jornal *El Mundo*. “La Torre Pelli ya no es una amenaza para la Unesco”. Disponível em: http://www.elmundo.es/elmundo/2013/05/24/andalucia_sevilla/1369388037.html (publicado em 24/05/2013 – acessado em 30/03/2016)

introduzir novos controles. A intenção do governo foi de exigir dos projetos de prédios altos, como requisito para concessão de licença, um relatório de impacto visual.

Mesmo com todas as considerações e ações levadas a cabo pela prefeitura após o caso da Torre Pelli, o secretário do Comitê espanhol do ICOMOS, Víctor Fernández Salinas, apontou²⁰², em tom de crítica, que o resultado da decisão evidencia o fato da UNESCO deixar prevalecer os “fatos consumados” e alertou para a “incerteza” e para os “perigos” derivados desse precedente ocorrido no caso de Sevilha. Ademais, declarou que, em sua opinião, o mais difícil era o fato da própria cidade ter dito sim ao projeto, sem colocar empecilhos e sem defender os valores da cidade²⁰³. Entretanto, mesmo contrariado, admitiu que o “risco” para a cidade passou, pois a situação já se exclusão ou não já havia sido superada dentro da instituição.

Na mesma direção crítica à decisão final da UNESCO, Javier Rubio²⁰⁴ em seu artigo publicado em 02/07/2012 em *El Mundo*²⁰⁵, intitulado “*La Torre Arrogante*”, teceu apontamentos contundentes em relação à forma como a construção do empreendimento foi conduzida:

Una obra tan controvertida como un rascacielos que rompe el techo simbólico del monumento más característico de la ciudad habría precisado de un planteamiento abierto en el que defensores y detractores hubieran expresado sus puntos de vista antes de colocarse la primera piedra en vez de entrar en la dinámica de los hechos consumados (el plan urbanístico, la licencia, las obras) ante los cuales no queda otra salida (el ejemplo es de la semana pasada) que la rendición incondicional. (...) ante una alteración del paisaje urbano de tal magnitud, lo que se imponía era consultar antes de obrar. Pero la arrogancia cegaba a todos los personajes implicados en este desafortunado incidente²⁰⁶.

²⁰² Jornal *La Razón*. “Sevilla aleja de la Torre Pelli el fantasma de la lista”. Disponível em: http://www.larazon.es/historico/2059-sevilla-aleja-de-la-torre-pelli-el-fantasma-de-la-lista-negra-HLLA_RAZON_469503?sky=Sky-Marzo-2016#Ttt1qwUcZD4wJp0a (30/06/2012 – acessado em 23/03/2016)

²⁰³ Jornal *Diario de Sevilla*. “La ciudad aspira ser referente mundial al invertir el debate”. Disponível em: <http://www.diariodesevilla.es/article/sevilla/1294506/la-ciudad-aspira-ser-referente/mundial/invertir/debate.html> (publicado em 28/06/2012 – acessado em 28/03/2016)

²⁰⁴ Javier Rubio é um economista, engenheiro aeronáutico e diplomata espanhol. Ocupou vários consulados na França e na América do Sul, foi Cônsul Geral da Espanha em Paris e embaixador da Espanha em Budapeste. Atualmente está aposentado. www.wikipedia.es.

²⁰⁵ Jornal *El Mundo*. “La Torre Arrogante”. Disponível em: <https://cardomaximo.wordpress.com/2012/07/03/la-torre-arrogante/> (publicado em 02/07/2012 – acessado em 23/03/2016)

²⁰⁶ Idem. Uma obra tão controversa como um arranha-céu que rompe o “telhado” simbólico do monumento mais característico da cidade deveria ter exigido um planejamento aberto em que os defensores e opositores pudessem expressar seus pontos de vista antes de colocar a primeira pedra, em vez de entrar na dinâmica dos fatos já consumados (o plano urbano, a licença, a obra) diante dos quais não resta nenhuma outra escolha (a exemplo do ocorrido na semana passada) que a rendição incondicional. (...) Em meio a uma alteração da paisagem urbana desta magnitude, o mínimo que se esperava era a consultar antes de agir. Mas a arrogância cegou todos os personagens envolvidos neste incidente infeliz. *Tradução nossa*.

Segundo este interlocutor, houve a falta de consulta à população para a realização do empreendimento, que devido a sua envergadura, ultrapassaria o teto simbólico da cidade, até então marcado pelo maior geossímbolo da cidade, a Giralda. Percebemos, na posição crítica adotada, que a argumentação também se baseou no impacto da torre sobre a paisagem urbana. Como já salientamos e concluímos, elementos simbólicos foram sistematicamente evocados para defender um “olhar” marcado pela escolha de certos elementos que conferem identidade histórica à cidade.

Complexificando o debate, a reportagem do *Diario de Sevilla* de 11/06/2012²⁰⁷ apontou resultados na direção aposta de Javier Rubi. O jornal divulgou o resultado de uma consulta popular²⁰⁸, que entre outras questões em envolvem a cidade, consultou os entrevistados sobre a Torre Sevilha. O empreendimento obteve a nota 3,02 numa escala onde o 5 era a nota máxima. Em termos percentuais, 39,8% dos sevilhanos emitiram opinião “boa ou muito boa” sobre a construção, contra 29,8% que se opinaram “ruim ou muito ruim”. Não invalidamos as críticas e o posicionamento de Salinas, mas diante do resultado na enquete, apenas confirmamos o fato de que o debate ser fundamentalmente dicotômico e polêmico. Como investigadores, sempre devemos ter em mente que a defesa ou o apoio sempre será fruto de certas concepções, de acordo com visões de mundo e formas de encarar a organização espacial de acordo com certos interesses. A paisagem urbana possui claramente uma dimensão política, sendo a sua produção marcada por disputas e debates entre os diferentes grupos que formam a complexidade da sociedade democrática (CASTRO, 2002).

4.5 - O “Caso Sevilha” e a emergência da Paisagem Urbana Histórica da UNESCO

O conflito verificado na Espanha nos últimos anos em torno da construção do arranha-céu ficou conhecido dentro das reflexões sobre patrimônio como o “caso Sevilha”²⁰⁹. Nesse sentido, a partir do ocorrido na cidade, acumulo-se um intenso debate sobre a incorporação da paisagem nas ações e recomendações patrimoniais. Nesse sentido, além do conceito ser instrumentalizado por diversos agentes tanto contrários, quanto favoráveis à torre,

²⁰⁷ Jornal *Diario de Sevilla*. “El 40% de los sevillanos se muestra a favor de la Torre Cajazol”. Disponível em: <http://www.diariodesevilla.es/article/sevilla/1280563/los/sevillanos/se/muestra/favor/la/torre/cajasol.html> (publicado em 11/06/2012 - acessado em 23/03/2016)

²⁰⁸ A pesquisa de opinião pública intitula-se “XIV Barómetro Socioeconómico” e foi elaborado pelo *Centro Andaluz de Prospectiva* (CANP) e pela *Fundación Antares*. (disponível em www.sevilla.org)

²⁰⁹ <http://unesco.urbanismosevilla.org/unesco/sites/default/files/02.RomanFernandezBaca-Presentacion.pdf>

percebemos que a paisagem ganhou protagonismo em seminários e na ação de órgãos patrimoniais, tanto dentro da UNESCO (escala internacional), quanto no Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico, IAPH (escala nacional e regional).

Respondendo ao compromisso assumido pela administração local na decisão final da UNESCO de não incluir Sevilha na Lista do Patrimônio em Perigo, a Gerência de Urbanismo sevilhana organizou junto com a empresa libanesa Gaia Heritage - a mesma que prestou consultoria para a prefeitura - o “*Encuentro Internacional de Arquitectura Contemporánea em Ciudades Históricas*”, realizando-se em setembro de 2013 ²¹⁰. O objetivo geral do encontro foi de estudar o assunto sobre a arquitetura contemporânea em cidades com paisagens históricas. Assim, especialistas da área refletiram sobre a necessidade de se estabelecer estratégias para orientar as cidades e Estado membros da UNESCO diante de problemas tal como ocorrido em Sevilha em consequência da construção da Torre Cajasol. De acordo com o site oficial do evento²¹¹, especificamente foi analisado e debatido intensamente por arquitetura, urbanistas e técnicos a conservação dos bens declarados Patrimônio Mundial e a possibilidade de fixar esquemas objetivos de atuação que permitam avaliar e detectar os possíveis impactos desfavoráveis que a arquitetura moderna pode ter sobre as paisagens históricas.

Na ocasião, a prefeitura de Sevilha participou ativamente das discussões e, entre outras coisas, propôs a aplicação dos bens listados com a incorporação da *Plaza de España* e a *Torre Del Oro*, ambas localizados no conjunto histórico da cidade. Já em relação ao que ficou conhecido como “o caso Sevilha”, o prefeito Juan Zoido fez um discurso²¹² em defesa dos e monumentos da cidade e afirmou que “a identidade e o patrimônio são construções sociais”. Advertiu que as cidades são espaços de vida e não podem ser entendidas como museus: defendeu as contribuições do urbanismo moderno, mas assinalou que ao lidar com cidades monumentais e paisagens históricas, se faz necessário encontrar um equilíbrio entre arquitetura contemporânea e história.

²¹⁰ Sítio eletrônico oficial do encontro: unesco.urbanismosevilla.org/unesco/ (acessado em 30/03/2016)

²¹¹ Sítio eletrônico oficial do encontro: unesco.urbanismosevilla.org/unesco/ (acessado em 30/03/2016)

²¹² Jornal *El Correo de Andalucía*. “Zoido: “Las ciudades históricas son espacios de vida, no museos””. Disponível em: <http://elcorreoweb.es/historico/zoido-las-ciudades-no-son-museos-OCEC518314> (publicado e 17/09/2013 - acessado em 30/03/2016)

Vale a observação de que, um ano antes do evento, em 2013, o ex-prefeito Juan Zoido havia dado a declaração (jornal *Diario de Sevilla*)²¹³ de que a capital andaluza deveria “investir na polêmica”. O gestor se mostrou convencido de que após a cidade estar no foco das atenções, deveria aproveitar a visibilidade e se tornar uma referência no assunto. Com isso, em seu ponto de vista, Sevilha teria saído vitoriosa após a longa discussão em torno da construção do arranha-céu. Além de ter acumulado grande experiência com o debate sobre patrimônio, o governo local supôs uma grande oportunidade para atrair o turismo e reforçar a imagem patrimonial de uma cidade com importante centro histórico e com monumentos em bom estado de conservação²¹⁴.

Outra voz importante que se fez ouvir no seminário realizado em 2013 foi Jesús Pietro de Pedro, diretor geral de Belas Artes e Bens Culturais e de Arquivos e Bibliotecas da Andaluzia. Em seu juízo²¹⁵, é necessário fomentar uma convivência pacífica entre os distintos extratos de uma cidade em uma integração contínua sempre marcada pela proteção do patrimônio histórico e pelo desenvolvimento sustentável. Pietro recordou que as primeiras recomendações da UNESCO que tratavam da discussão do avance da arquitetura moderna nas cidades com paisagens históricas remontam a 1972. Contudo, com o passar das décadas, reiterou que até o momento não havia sido desenvolvido mecanismo que permitissem medir o impacto real das novas construções sobre a paisagem urbana.

A reportagem²¹⁶ de *El Correo* de 17/09/2013 também publicou a afirmação do diretor de Cidades do Centro de Patrimônio Mundial, Karim Hendili, de que as políticas de desenvolvimento necessitam incorporar sempre os valores do patrimônio e a necessidade da criação de ‘ferramentas’ que permitam os gestores públicos promoverem um desenvolvimento sustentável das cidades históricas.

²¹³ Jornal *Diario de Sevilla*. “La ciudad aspira ser referente mundial al invertir el debate”. Disponível em: <http://www.diariodesevilla.es/article/sevilla/1294506/la-ciudad/aspira/ser/referente/mundial/invertir/debate.html> (publicado em 28/06/2012 - acessado em 03/04/2016)

²¹⁴ Jornal *Diario de Sevilla*. “La ciudad aspira ser referente mundial al invertir el debate”. Disponível em: <http://www.diariodesevilla.es/article/sevilla/1294506/la-ciudad/aspira/ser/referente/mundial/invertir/debate.html> (publicado em 28/06/2012 - acessado em 03/04/2016)

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Jornal *El Correo de Andalucía*. “Zoido: "Las ciudades históricas son espacios de vida, no museos"”. Disponível em: <http://elcorreoweb.es/historico/zoido-las-ciudades-no-son-museos-OCEC518314> (publicado em 17/09/2013 - acessado em 30/03/2016)

Como apontam Bandarin & Oers (2014), um dos avanços no sentido de incorporar a paisagem nas políticas de patrimônio ocorreu em 2005, quando a UNESCO adotou em Viena o memorando “Patrimônio Mundial e Arquitetura Contemporânea: Gerindo a Paisagem Urbana”. Como desdobramento, em 2011, na Conferência Geral da instituição, foi publicada a recomendação expressa sobre a noção de “*paisagem urbana histórica*”. Esta nova abordagem na gestão e conservação da cidade trata de estabelecer, entre outras coisas, os “equilíbrios” entre a proteção da paisagem histórica e a arquitetura moderna. Busca vincular a gestão sustentável das cidades históricas e a planificação e o tratamento unificado de seu patrimônio cultural (material e imaterial), além da integração das diferentes tipologias patrimoniais como o pilar chave de um conceito que aspira oferecer soluções a gestão cotidiana das urbes históricas²¹⁷. De acordo com a definição do documento da Unesco:

A paisagem urbana histórica é a área urbana compreendida como o resultado de uma estratificação histórica dos valores e atributos culturais e naturais, que se estende além da noção de "centro histórico" ou "ensemble" para incluir o contexto urbano mais amplo e a sua localização geográfica.²¹⁸ (UNESCO, 2011)

Diferentemente da “paisagem cultural”, a paisagem urbana histórica não foi elaborada no sentido de se tornar uma categoria possível de inscrição no Patrimônio Mundial. Bandarin & Oers (2014) esclarecem que ela é uma abordagem pensada para servir de instrumento na gestão dos centros históricos fundamentada na necessidade de integrar a conservação do patrimônio e o desenvolvimento urbano.

Para os autores, em primeiro lugar, a concepção e a definição de cidade histórica mudou: ganharam um papel importante no mundo contemporâneo, pois são, ao mesmo tempo, a expressão da história (lugares de memória), núcleo do processo de desenvolvimento sustentável e motor do desenvolvimento econômico. Dessa forma, as cidades históricas devem ser integradas à dinâmica complexa do desenvolvimento urbano, não mais um “distrito espacial”, uma zona separada na visão dos urbanistas e dos agentes políticos.

Infatti, la separazione tra ciò che è ‘storico’ e ciò che non lo è, è vista sempre più come artificiale, poichè ogni città è caratterizzata da una serie di ‘episodi’, è Il patrimônio è Il risultato di questi eventi piuttosto che una selezione arbitraria di alcune parti urbane definite come ‘storiche’. (BANDARIN & OERS, 2014. p.270)²¹⁹

²¹⁷ Jornal *El Correo de Andalucía*. “[El paisaje urbano histórico](http://elcorreoweb.es/historico/el-paisaje-urbano-historico-BCEC155523)” Disponível em:

“ <http://elcorreoweb.es/historico/el-paisaje-urbano-historico-BCEC155523> (publicado em 15/09/2009 - acessado em 03/04/2016)

²¹⁸ “UNESCO: Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana

Disponível em: http://psamlisboa.pt/wp-content/uploads/2014/03/UNESCO_RECOMENDACAO.pdf

²¹⁹ Na verdade, a separação entre o que é "velho" e o que não é, é cada vez mais vista como artificial, uma vez que cada cidade é caracterizada por uma série de "episódios", e o seu patrimônio é o resultado desses incríveis

A abordagem da paisagem urbana histórica é orientada para promover novas práticas e novos instrumentos, sem fornecer respostas definidas, tal como as que se encontram nas cartas e documentos prescritivos. Trata-se de uma abordagem flexível e em contínua evolução, que parte do pressuposto de que as cidades são organismos vivos, suscetíveis a mudanças dos ambientes natural e construído (BANDARIN & OERS, 2014).

Em março de 2015, consoante a emergência deste novo conceito, foi realizado em Sevilha o “*Seminário sobre Paisaje Histórico Urbano*”, organizado pelo Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico (IAPH)²²⁰. Partindo da finalidade prática da noção de paisagem urbana histórica e auspiciado pelos trabalhos desenvolvidos nos últimos anos pelo IAPH em torno da sua aplicação em Sevilha, o evento pretendeu refletir sobre o panorama atual desta noção sugerida pela UNESCO, abordando os desafios que apresenta e os resultados de diferentes experiências. Na ocasião foi lançado o “*Guía de Paisaje Histórico Urbano de Sevilla*”, elaborado pelo próprio IAPH, que pretendia divulgar a comunidade científica e técnica um trabalho de caráter “transdisciplinar” e “inovador”.²²¹

De acordo com o IAPH²²², o Guia teve como ponta de partida o Seminário sobre Cidades Históricas celebrado em Sevilha em novembro de 2006 e uma reformulação dos seus objetivos a partir da reunião ocorrida em Paris, em outubro de 2007, no Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO. Depois dessas reuniões, o projeto se iniciou mediante um convênio de cooperação entre o IAPH e a entidade internacional, além da colaboração do Ministério da Cultura espanhol, para conferir ao trabalho a profundidade necessária e convertê-lo em referência para apoiar outros casos de gestão da paisagem em diferentes cidades e países. Desse modo, o Guia expressa-se²²³ como instrumento de apoio à planificação de modo a ajudar a projetar Sevilha em direção ao futuro, fazendo-a capaz de afrontar novos desafios e de se reinventar em torno de seu rio e de seus valores culturais e naturais para oferecer soluções sensíveis e meditadas para sua gestão sustentável. Ainda de acordo com trechos do

eventos, muito além de uma seleção arbitrária de algumas partes urbanas definidas como “históricas”. *Tradução nossa.*

²²⁰ Sítio eletrônico do *Instituto Andaluz Del Patrimonio Historico* (IAPH). Disponível em: <http://institutourbanistica.com/seminario-sobre-paisaje-historico-urbano-sevilla-iaph/>

²²¹ Idem

²²² Idem

²²³ Sítio eletrônico do *Instituto Andaluz Del Patrimonio Historico* (IAPH). “¿Qué es GPHUS?”. Disponível em: http://www.iaph.es/web/canales/patrimonio-cultural/guia_paisaje_historico_urbano_sevilla/

documento²²⁴, a aplicação de uma metodologia de análise paisagística – ensaiada pelo IAPH para outros contextos – permite orientar decisões futuras em torno de quatro objetivos da qualidade paisagística fundamentada em:

- Regenerar o meio ambiente urbano e periurbano
- Adequar as infraestruturas territoriais
- Fomentar as atividades socioeconômicas sustentáveis
- Qualificar a integração do património cultural na paisagem contemporânea

Como podemos perceber, a paisagem é entendida como um conceito integrador que pode permitir pensar os centros históricos para além dos limites geométricos estabelecidos. Desse modo, ainda que de certo modo experimental, autores como Francesco Bandarin²²⁵ e Ron Van Oers passaram a ser grandes defensores da nova abordagem que tenta dar conta de um dos maiores desafios atuais das políticas patrimoniais, a conciliação entre conservação e desenvolvimento urbano.

²²⁴ Disponível em: http://www.iaph.es/export/sites/default/galerias/patrimonio-cultural/documentos/gestion-informacion/GPHUS_guia_paisaje_urbano_sevilla_volumen_1.pdf

²²⁵ Francesco Bandarin é vice diretor geral da UNESCO para a cultura. De 2000 a 2010 foi diretor do Centro do Património Mundial e secretário da Convenção do Património Mundial. Ron Van Oers foi arquiteto e urbanista. Trabalhou na gestão e desenvolvimento de políticas de conservação no Centro do Património Mundial. Bandarin & Oers, 2014.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento da presente pesquisa logrou encontrar respostas para os nossos dois objetivos gerais. A construção da *Torre Sevilla* se justificou devido a um conjunto de fatores multiescalares. Sem ordem de importância ou magnitude, o primeiro fator diz respeito à política macroeconômica levada a cabo nas últimas décadas pelo estado espanhol que privilegiou a construção civil. Segundo, a proliferação de arranha-céus é uma tendência verificada na escala mundial, sendo uma faceta da urbanização contemporânea. Na última década essa onda de erguimento de empreendimentos desse tipo se tornou uma realidade na Espanha, surgindo uma grande quantidade de projetos em diversas cidades espanholas. Rossi & Vanolo (2010) destacaram o fenômeno da *Mcguggenhaimtização*, fenômeno que surge na Espanha, e se espalha para outras realidades como um modelo de regeneração urbana, que tem como ponto alto a construção de uma ou mais formas simbólicas espaciais que comunicam simbolicamente mensagens de desenvolvimento e modernização da cidade.

Dentre as grandes cidades espanholas, ao menos na visão de alguns agentes públicos, Sevilha parecia ter ficando para trás em relação às demais capitais. Neste caso, o papel dos agentes e instituições públicas foi fundamental para viabilizar projetos que costumam afetar expressivamente o tecido urbano e que conflitam com as legislações de uso do solo urbano. Num mundo globalizado, as cidades passam a concorrer entre si para atraírem investimentos e turistas e se utilizam de intervenções urbanísticas para viabilizar o reposicionamento econômico da cidade num dado contexto. Sob o ponto de vista econômico, historicamente a Andaluzia é vista como problemática ou “atrasada”, uma vez que amarga os menores índices de industrialização, possui uma agricultura pouco dinâmica, além do alto desemprego e lento crescimento econômico em comparação as demais comunidades autônomas.

Em relação à organização interna da cidade, a existência de um amplo terreno urbanizável, apto a receber um grande empreendimento, justo ao lado do centro da cidade também foi um dos principais fatores para compreender o erguimento do edifício. Graças a sua localização privilegiada, se tornaram viáveis, sob o ponto de vista do interesse da especulação imobiliária e dos agentes urbanos privados, os altos investimentos necessários que um arranha-céu exige. Sendo assim, a localização foi oportuna - ao menos na visão dos empreendedores- por três aspectos: primeiro, o terreno está contíguo aos dois principais distritos turísticos de Sevilha, o *Casco Antigo* e *Triana*, que concentram fluxos comerciais e ampla oferta de serviços. Da mesma maneira, concentram expressivo mercado consumidor,

visto que são áreas também residenciais, com alta densidade demográfica e que abrigam majoritariamente domicílios de classe média e média-alta. Segundo, esta localização rende ao edifício grande visibilidade, estando em destaque, praticamente às margens do rio *Guadaquivir*, podendo ser visto de diversas partes da sua margem, avistado do centro histórico e de alguns pontos turísticos. Terceiro, como um empreendimento desse porte concentrara diversas atividades que carecem de funcionários e clientes, estar situado num importante eixo viário, que conecta o município de Sevilha a vários outros da região metropolitana, lhe garante fácil circulação.

A compreensão de uma intervenção urbanística de porte não pode ser encarada simplesmente como ação unilateral de um agente privado, ou da consequência de um capitalismo perverso que vai de encontro aos interesses da cidade e de sua população. Toda a miríade de variáveis multiescalares apontada nos ajuda a confirmar a complexidade que o espaço geográfico possui. Percebemos que as justificativas locacionais as quais podemos analisar envolvem fatores de escalas diferentes, são múltiplas e variáveis, desde a internacional, passando pela nacional até a local, da municipalidade e da situação geográfica do terreno. Essas escalas são sobrepostas e se misturam e guardam forte relação com processos que transcendem a própria cidade e se assentam de forma estrutural no devir das cidades espanholas durante os últimos dez anos.

Além das razões locacionais que justificassem um arranha-céu na cidade, tivemos como objetivo compreender o debate polarizado em torno da sua construção. Todo o imbróglio não passou despercebido diante dos nossos olhos, como se fosse apenas mais uma discussão entre arquitetura tradicional e moderna, o novo em oposição ao velho. Percebemos que o epicentro da discussão estava nas distintas formas de se ver a paisagem urbana e de entender as políticas patrimoniais. Um dos conceitos chave da geografia, objeto de discussão de diversas escolas do pensamento ao longo do tempo, foi instrumentalizado e utilizado nos discursos tanto de apoiadores, quanto de opositores. Entendida a partir de sua dimensão material e visual, mas sobremaneira pela sua natureza semântica, a disputa da paisagem nos permitiu entender a profundidade do debate que dividiu a cidade na última década, sem correremos o risco de julgarmos moralmente o problema.

O conflito entre apoiadores e detratores da Torre Sevilha e a dificuldade da maior instituição de patrimônio do mundo em lidar com a situação nos deixou diante de algumas questões e desafios que ainda devem ser pensados. Confirmamos a premissa de que o que

chamamos de patrimônio e o que e como fazemos para preservá-lo nunca será uma ideia absoluta, senão produto de construções de narrativas que privilegiam certos aspectos em detrimento de outros. A escala da conservação, por exemplo, foi entendida e alterada ao longo desde último século. Antes, para um monumento ser considerado bem preservado, bastaria que sua composição física estivesse em bom estado. Depois, criou-se a ideia de entorno (*buffering zone*), área delimitada necessária a filtrar os impactos ou a permitir melhor contextualização dos bens. No caso de Sevilha, ainda que não existisse para a UNESCO a oficialização dessa zona, as políticas patrimoniais locais tinham dado conta da definição, gestão e da exitosa conservação do seu conjunto histórico. Não obstante, nada disso foi suficiente para impedir o surgimento de questões e conflitos de interesses sociais que se territorializaram, materializando-se em disputas para organizar a cidade da maneira mais adequada aos interesses de diferentes grupos.

A partir da delimitação geométrica de uma “área histórica” que se construiu o discurso da legalidade por parte do empreendedor e dos agentes públicos, afinal o terreno da obra situava-se fora da área protegida. Aos olhos de seus defensores, a cidade carecia de um novo marco arquitetônico que a projetasse nacionalmente e a colocasse na esteira do acelerado desenvolvimento econômico verificado na Espanha na década anterior. Importante observar que a partir de diferentes modos e situações uma cidade poderia alcançar esses objetivos, mas no caso de Sevilha a marcação da paisagem com um edifício alto parecia perseguir a ideia de alguns grupos há mais de uma década. Portanto, um edifício alto dialogaria harmoniosamente com seus demais elementos históricos, valorizaria a cidade e a inseriria num novo patamar de desenvolvimento.

Numa outra via de interpretação de leitura do novo marco visual da cidade, os principais opositores, no caso o ICOMOS e a Plataforma Cidadã “Tumbala!”, alegaram a contaminação da paisagem da cidade: o empreendimento romperia com o padrão da cidade, representaria um prejuízo irreparável na percepção da mesma e seria uma ruptura na sua leitura histórica. Não aceitaram o fato dos monumentos, nem mesmo o seu entorno estarem bem conservados fisicamente. Sua escolha geográfica que seria equivocada para estes, justa ao lado do centro histórico da cidade fez emergir uma onda contrária de discursos que contestavam a concorrência com o mais consagrado símbolo sevilhano, a torre da catedral, que perderia seu protagonismo e altivez. O caráter simbólico das formas materiais presentes

na paisagem foi evocado de modo a delinear um debate sobre as formas distintas de conceber a identidade da cidade.

As ações de embargo à obra exigida pelo UNESCO não prosperaram, pois a política para agir exige delimitações, marcos, definições claras. E sob o marco da legislação urbanística e patrimonial, graças a uma alteração anterior no plano diretor da cidade feita pela secretaria de urbanismo, nada impedia o erguimento de uma torre de 180 metros, mesmo que estivesse no limite do seu conjunto histórico. O discurso de contaminação da paisagem poderia possuir uma lógica teórica para alguns, mas não encontrou respaldo técnico legal. O ICOMOS ficou refém da própria inscrição na Lista do Patrimônio Mundial feita em 1987 dos bens sevilhanos, uma vez que ela se justificou nos aspectos históricos, sem em nenhum momento se pautar na paisagem urbana. Os bens foram inscritos isoladamente, nem mesmo foi exigido uma zona tampão.

A estratégia do órgão de apoio e consulta da UNESCO foi pautada na ameaça de perda do título de Patrimônio Mundial, possibilidade que preocupou seriamente os gestores públicos receosos com as consequências para o turismo e a reputação da cidade. O informe do ICOMOS, através da análise de alguns pontos de observação, concluiu a existência do impacto negativo na paisagem da cidade e nos bens listados. Respondendo a necessidade de um estudo para a aprovação da torre, a prefeitura local, que era muito simpática ao projeto, foi pelo mesmo caminho e encomendou relatórios “técnicos” com a análise dos possíveis impactos visuais. Os especialistas em patrimônio concluíram que a interferência visual era mínima e em nada afetavam ou colocavam em risco os bens, sobretudo levando-se em conta as já existentes interferências paisagísticas pela cidade.

Os resultados “técnicos” comprovam contumazmente a nossa abordagem teórica de que a paisagem não é o significante, mas os significados sobre aquilo que se observa. Os resultados das possíveis interferências foram produtos de um modo de vê-la. Da mesma maneira, outra dificuldade de avaliação reside no fato da paisagem não ter a princípio um limite, podendo ser desnudada de pontos de vista infinitos, pois sempre será fruto de um enquadramento (composição). Logo, mensurar tecnicamente o impacto sobre a mesma torna-se, na maioria dos casos, uma atividade quase impossível. Ficou a critério de cada relatório o que se entende por impacto.

Tanto a concepção de paisagem apresentada pelo ICOMOS, quanto os laudos técnicos das consultorias prestadas à prefeitura de Sevilha, conferem a ela um caráter absoluto, sem levar em conta as ideias de ponto de vista e composição. O enquadramento conferido pelo observador faz toda a diferença na construção de discursos favoráveis, ou desfavoráveis à construção da torre e na conclusão sobre seus possíveis impactos. Podemos considerar tanto uma possível descaracterização ou, em contrapartida, a ausência de impacto, pois sempre dependerá de quem observa e como a observa. Qualquer processo de identificação dos significados da paisagem está ancorado nos limites dos grupos que aplicam significado a ela. A paisagem, portanto, foi “manipulada” de diferentes maneiras, sendo utilizada para esconder ou para ressaltar certos atributos e elementos desejados.

Interessante notar o fato de que a Torre Sevilha certamente multiplicará os pontos de vista de observação da paisagem e se converterá num ponto de atração de cidadãos e turistas. Sua localização privilegiada, ao lado do *Casco Antiguo* e de *Triana* permitirá a observação panorâmica de uma perspectiva única de toda a cidade através do mirante construído no último andar do edifício. Ironicamente, entendida como vilão e contaminador da paisagem, o arranha-céu servirá de suporte para o reconhecimento da cidade histórica e identificação dos seus principais elementos simbólicos, tal como a própria Catedral e a Giralda.

Ainda que tivessem sido apresentados argumentos teóricos suficientes para constatar o impacto negativo na paisagem da cidade e o descumprimento do Estado-membro de não comunicar previamente a construção de um edifício de porte próximo aos bens Patrimônio Mundial, a decisão final do Comitê da UNESCO de não retirar Sevilha da Lista evidenciou a diplomacia que permeia a tomada de decisão do órgão supranacional. Pensar e compreender as ações das instituições de patrimônio nos exige levar em conta o caráter da atuação política que seus membros podem exercer.

A incorporação do conceito da paisagem nas políticas patrimoniais tenha ganhado força nos últimos anos e o “caso de Sevilha” potencializou e remarcou na agenda do tema a necessidade de se pensar a paisagem urbana e a criação de ferramentas que permitem os gestores urbanos terem parâmetros de avaliação dos impactos e interferências do desenvolvimento urbano sobre a mesma. Prova disto é a emergência, sobretudo nos países europeus, da abordagem da “paisagem histórica urbana”.

A incontestável legalidade da obra se baseou fundamentalmente no entendimento de zona de amortecimento puramente geométrica, entretanto a paisagem urbana é viva e complexa, extrapolando os limites pragmáticos. Tratando-se do caso das cidades históricas e as políticas patrimoniais, ainda não está bem definido qual é a paisagem – às vezes imaginária – que se quer proteger. Na verdade, fica nossa dúvida: será que conseguimos estabelecer qual paisagem proteger?

Em épocas recentes as políticas de desenvolvimento econômico de Sevilha perseguiram sua transformação e orientação em direção à constituição de um tecido produtivo dinâmico e moderno para competir no cenário nacional e global. Nesse sentido, o papel e posicionamento dos grupos políticos locais foram fundamentais na promoção e atração de um projeto da magnitude da torre. Contudo, a configuração da cidade segue sendo dependente de segmentos de atividades produtivas tradicionais e sazonais, como o comércio e a hotelaria, a situando longe dos processos de acumulação das grandes capitais europeias, adotando um papel secundário no cenário econômico. Prova disto é a dificuldade que o empreendedor do arranha-céu está tendo nesse início de ano de 2016, quase um ano após a inauguração, para alugar e ocupar os espaços dos 40 andares construídos.²²⁶

O “caso Sevilha” não foi o primeiro e nem será o último diante da dificuldade de integração entre conservação do patrimônio e o desenvolvimento urbano. O intenso debate ocorrido nos mostrou como que a paisagem pode ser o elemento central de um debate que envolveu diversos segmentos da sociedade civil, além das instituições públicas e privadas. Da mesma maneira, evidenciou o caráter político que ela pode assumir diante dos diferentes interesses na organização das cidades. Para um geógrafo, que tem clara a importância de suas categorias e conceitos na compreensão da realidade, mas que em muitos casos não consegue torná-los palpáveis e úteis para a sociedade, ver a paisagem sendo evocada e disputada – ganhando vida e força - nos discursos e ações dos grupos sociais, muito além das reflexões puramente teóricas, produz uma intensa satisfação e sentido ao nosso trabalho. Mas, ao mesmo tempo, nos colocam na responsabilidade de auxiliar e complexificar os entendimentos acerca de um conceitos que se confunde com a própria história da geografia.

²²⁶ Até o trabalho de campo realizado em fevereiro de 2016, o edifício se encontrava fechado, sem previsão exata de abertura. CaixaBank afirmou que até o segundo semestre de 2017 a torre terá 70% de nível de ocupação. *Diario de Sevilla*. Disponível em: <http://www.diariodesevilla.es/article/sevilla/2227492/caixabank/destina/millones/euros/para/centro/comercial/la/torre/sevilla.html>



Fig. 53 – Após toda a polêmica travada, a Torre Sevilla e o Centro Histórico convivendo juntos. (trabalho de campo realizado em 10/02/2016)

REFERÊNCIAS

AMBROSIO, Luis Gabriel Denadai. Gestão de projetos urbanos para grandes eventos: os casos de Barcelona, Sevilha e Genova. 2006. Dissertação. Mestrado em Urbanismo: Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. FAU/UFRJ/PROURB. Rio de Janeiro, 2006

BANDARIN, Francesco & OERS, Ron Van. **Il paesaggio Urbano Historico. La Gestione del Patrimonio in um Secolo Urbano.** Lavis (Itália): CEDAM, 2014.

BARBOSA, Jorge Luiz. **Paisagens americanas: imagens e representações do wilderness.** Espaço e cultura, n. 5, jan./jun. 1998. p. 43-53.

BERQUE, Augustin. **Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural.** In: CORRÊA, L. R. & ROSENDAHL, Z.(Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura.* Rio de Janeiro, EdUERJ, 1998, p.84-91

BRAVO, Laila Concepción Sánchez. **Exposición Universal Sevilla 1992: el antes y el después.** Dissertação. Mestrado em Direção e Planejamento do Turismo. Faculdade de Turismo e Finanças. Universidade de Sevilha, 2010.

CABRAL, Luis Otávio. **A paisagem enquanto fenômeno vivido.** Geosul, Florianópolis, v.t5, p 34-45, jul./dez. 2000

CASTRO, Iná Elias. **Paisagem e Turismo. De estética, Nostalgia e Política** In: Turismo e Paisagem. Eduardo Yázigi (org.). São Paulo, Editora Contexto, 2002. p. 121 – 140.

_____. **Geografia e Política: território, escalas da ação e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHOAY, François. **A Alegoria do Patrimônio.** São Paulo: UNESP, 2006.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural: o Estado da Arte.** In: CORRÊA, R.L. *et al.* (org.). *Manifestações da Cultura no Espaço.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

_____. **A Paisagem dos Geógrafos.** In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagens, Textos e Identidade.* Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 13-75.

CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Textos e Identidade: uma apresentação.** In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagens, Textos e Identidade.* Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 7-13.

_____. **Apresentando Leituras sobre Paisagem, Tempo e Cultura.** In: CORRÊA, Roberto Lobato Corrêa & ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, tempo e cultura.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.07-11

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Geografia Cultural e o Urbano.** In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Introdução à Geografia Cultural.* 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 167-186

_____. **Caminhos pela Geografia: o urbano, as redes e as formas simbólicas espaciais,** 2008. (Disponível em: www.igeo.ufrj.br/robertolobatocorrea). *Acessado em: 10/07/2015.*

_____. **Carl Sauer e a Geografia Cultural.** In: *Trajetórias geográficas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001 [1989], p. 261-285.

_____. **Monumentos, política e espaço.** In: *Geografia: temas sobre cultura e espaço.* CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Rio de Janeiro, EdUERJ, 2005, 226p.

_____. **Denis Cosgrove – A Paisagem E As Imagens.** Espaço e cultura, UERJ, RJ, n.29, p.7-21, jan./jun, 2011

COSGROVE, Denis & JACKSON, Peter. **Novos Rumos da Geografia Cultural.** In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Introdução à Geografia Cultural.* 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 135-146

COSGROVE, Denis. **A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo das paisagens humanas.** In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura.* Rio de Janeiro : EdUERJ, 1998a [1989], p. 92-123.

_____. **Monumentos, política e espaço.** In: *Geografia: temas. Mundos de Significados: Geografia Cultural e Imaginação.* In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Geografia Cultural: Um Século (2).* Rio de Janeiro: UERJ, 2000. p. 33-60.

_____. **Novos Rumos da Geografia Cultural.** In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Geografia Cultural: Um Século (2)*. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2000, p.15-32. *Cultura*, n. 13, p. 7-33, 2002.

DÍAZ, Parra. **Procesos de gentrificación en Sevilla en la coyuntura reciente. Análisis comparado de tres sectores históricos: San Luis-Alameda, Triana y San Bernardo (2000-2006).** Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales: Universidad de Barcelona, 10 de noviembre de 2009, vol. XIII, nº 304. [disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-304.htm>.]

_____. **Sevilla cuestión de clase. Una geografía social de la ciudad.** Sevilla: Atrapasueños. 2010

DUNCAN, James. **A Paisagem como Sistema de Criação de Signos.** In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Paisagens, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 91-132.

_____. **The city as text.** The politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom. Cambridge, New York, Port Chester, Melbourne, Sydney: The Cambridge University Press, 1990.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GÓMEZ, Manuel Marchena & RUBIO, Fernando Repiso. **Turismo Cultural: El caso de Sevilla.** Cuadernos de Turismo, nº4, 1999. p; 35-50. [disponível em: <https://digitum.um.es/jspui/bitstream/10201/12939/1/205703.pdf>]

GUERRERO, María José & LÓPEZ, Purificación. **Políticas urbanas en la ciudad de Sevilla.** Geopolítica(s) vol. 3, núm. 1, 2012. p. 61-81 [disponível em (http://dx.doi.org/10.5209/rev_GEOP.2012.v3.n1.38987)]

ICOMOS. **Informe de Icomos sobre la Construcción de la Torre Pelli para Cajasol en Sevilla.** 2008

ICOMOS. **Carta Internacional sobre la Conservación y la Restauración de Monumentos y de Conjuntos Histórico-Artísticos (Carta de Venecia).** 11 Congreso Internacional de Arquitectos y Técnicos de Monument. 1964. [disponível em: http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/guatemala/guatemala_carta_venecia_1964_spa_orof.pdf]

LÓPEZ, Isidro & RODRÍGUEZ, Emmanuel. **O Modelo Espanhol.** Novos estudos. - CEBRAP no.92 São Paulo, 2012. [disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002012000100006>)

MACIEL, Caio. **A Retórica a Paisagem: um Instrumento de Interpretação Geográfica.** In: Espaço e Cultura, UERJ, RJ, N. 26, P. 32-48, JUL./DEZ, 2009 (Disponível em:

<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3553/2473>>. Acesso em: 08/03/2015).

_____. **Metonímias Geográficas: imaginação e retórica da paisagem no semi-árido pernambucano**. Tese (doutorado), UFRJ/CCMN, Geografia, 2004.

MENDES, Joana Jorge. **Paisagem Histórica Urbana**. Câmara Municipal de Coimbra, 2011.

MARMÓL, Carlos. Puerto Triana alegó contra su propio diseño para ganar más suelo público. Cuadernos Ciudad/Urbanismo (Diario de Sevilla), 2000.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE: **Estadísticas culturales. Las cifras de la cultura en España**. Madrid: 2002. <http://wwwn.mec.es/mecd/jsp/plantilla.jsp?id=41&area=estadisticas>. (Acessado em 20/09/2015)

MORAGAS, Carlos Romero; BAÉZ, Jaime Jover; ALVAREZ, Ana Ávila; MEZQUITA, Carmen Navarro; BLÁZQUEZ, David Gómez; MACHÍO, Lidia Berdonces; NAVARRO, Ventura Galera. **Ciudadanía contra El rascacielos Pelli-Cajasol de Sevilla**. II Congreso Internacional de Buenas Prácticas en Patrimonio Mundial: Personas y Comunidades. 29-30 abril. Menorca, España, 2015

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

_____. **Possibilidades e Limites da Categoria de Paisagem Cultural Para a Formação de Políticas Públicas**. In: CUREAU, S. Et al. Olhar Multidisciplinar sobre a Efetividade da Proteção do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: [s.n.], 2011. p. p.254-267.

_____. **Paisagem, Patrimônio e Democracia: Novos Desafios para Políticas Públicas**. In: Castro, I.E. Rodrigues, J. N. Ribeiro, R. W. (Org.). *Espaços da Democracia. Para a Agenda da Geografia Política Contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 235-259.

ROSSI, Ugo & VANOLO, Alberto. **Geografia Política Urbana**. Bari: Laterza, 2010.

PATÓN, Vicente. **La Senda de los Gigantes. Los arquitectos españoles conquistan en cielos**. *Arquitectura Viva*, nº 121. 2008. p. 24-27.

Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos. **La Política Cultural en España**. Madrid: 2004.

RENAU, Luis del Romero. **Dos Décadas de Urbanismo-Espectáculo en España: los Grandes Eventos como Motor de Cambio Urbano**. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles* N.º 53. 2010. p. 309-327.

ROMERO, Francisca Martínez. **Origen y Causas del Subdesarrollo Andaluz**. I Congreso de Ciencia Regional de Andalucía: Andalucía en el umbral del siglo XXI. 1997.

SALINAS, Víctor Fernández. **El Conjunto Histórico de Sevilla: consideración, protección, amenazas e otros avatares**. In: Ciudades, Culturas y Fronteras en un Mundo en Cambio. Guía para las excursiones del IX Coloquio y Jornadas de Campo de Geografía Urbana. Grupo de Geografía Urbana (AGE). Sevilla, Cádiz, Ceuta, 9 -14 junio, 2008. p.1-30. -

_____. **Las grandes transformaciones urbanas de Sevilla durante los años previos a la Exposición Universal**. Estudios Geográficos, nº 54, 1993. p. 387-408.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade monumento à cidade documento: A trajetória da norma de preservação das áreas urbanas no Brasil, 1937-19990**. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), UFBA, Salvador, 1995.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: EdUSP, 2009 [1996].

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: EdUSP, 2008 [1988].

SAUER, Carl. **Geografia Cultural**. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Introdução à Geografia Cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 19-26.

SILVA, Fernando Fernandes. **As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo: EdUSP, 2012.

STRACHULSKI, Juliano. **A relação entre pessoas, paisagem e geossímbolos na Comunidade rural linha criciumal, Cândido de Abreu – PR**. Geoambiente on-line. Revista Eletrônica do Curso de Geografia – UFG/REJ. nº24. Jataí, 2015.

TABALES, Afonso Fernández & KNAFOU, Rémy. **La Torre Pelli em Sevilla: la dialéctica entre la renovación de los paisajes urbanos y la conservación del patrimonio**. Vi@ - Revista Internacional Interdisciplinaria de Turismo. Breves, marzo, 2013.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. 1979 [Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>]

_____. **Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Report of the World Heritage Committee**. Eleventh session. 1987 [disponível em <http://whc.unesco.org/archive/repcom87.htm#383>]

VAQUERO, Manuel de la Calle & LANUZA, Agustín Ruiz. **Ciudades Patrimonio De La Humanidad Y Turismo: Un Ámbito De Reflexión Compartido**. Actas del Congreso Internacional “América Latina: La autonomía de una región”, organizado por el Consejo Español de Estudios Iberoamericanos (CEEIB) y la Facultad de Ciencias Políticas y Sociología de la Universidad Complutense de Madrid (UCM), celebrado en Madrid el 29 y 30 de noviembre de 2012.

NOTAS DE FIM (Traduções de citações)

ⁱ Texto 1: É a torre da polémica que se está construindo em Sevilha (...) Um projeto que supõe um antes e um depois na fisionomia da cidade. (p.70)

Texto 2: A torre do bem e do mal (...) O motivo é a construção no extremo sul da Ilha da Cartuja de um arranha-céu de 178 metros que para uns é um sinónimo de modernidade e para outros uma agressão intolerável a uma cidade milenária: a Torre Cajasol. (p.70)

Texto 3: Segue o curso de declarações entre os modelos enfrentados: por um lado, o de Cajasol, respaldado pela Prefeitura, que pretende construir uma torre de 178 metros de altura na Cartuja; e por outro lado, o das associações conservacionistas, que entendem que o arranha céu é incompatível com o modelo de cidade europeu seguido por Sevilha há séculos. (p.70)

Texto 4: Falta pouco para que a tradicional Sevilha de Bécquer ou Machado, de clássicas ruelas com o cheiro de incenso Azahar, pés de laranja e adobo, se converta numa cidade cosmopolita e global ao estilo de suas homólogas europeias (...) O edifício mais alto da Andaluzia, símbolo de solvência e autoridade. (p.71)